

ARNALDO SBALQUEIRO

A VARIAÇÃO DOS PRONOMES POSSESSIVOS DE 2ª E DE 3ª PESSOAS EM
REDAÇÕES DE ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE CURITIBA

FLORIANÓPOLIS

2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

A VARIAÇÃO DOS PRONOMES POSSESSIVOS DE 2ª E DE 3ª PESSOAS EM
REDAÇÕES DE ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE CURITIBA

por

Arnaldo Sbalqueiro

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientadora: Profª Drª Izete Lehmkuhl Coelho

Florianópolis
Convênio UFSC/CEFET-PR
2005

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Izete Lehmkuhl Coelho, pela atenção, sugestões e todo tempo dispensado a este estudo.

Aos professores Ana Maria Stahl Zilles e Paulino Vandresen, pelas importantes sugestões no Bondeandando.

Aos professores Luís Isaías Centeno do Amaral, Felício Wessling Margotti e Edair Maria Gorski, pelas importantes sugestões na defesa desta dissertação.

Aos demais professores do mestrado.

Aos colegas do mestrado.

Aos colegas do CEFET-PR.

Aos funcionários e bolsistas do CEFET-PR.

À direção, professores, funcionários e alunos do Colégio Estadual Padre Silvestre Kandora.

Aos meus filhos, pela ajuda e compreensão.

À minha mãe.

Ao meu pai (*in memoriam*).

Ao CEFET-PR, à UFSC, à Fundação Araucária, à CAPES.

Depois de alguns anos de luta, aqui está uma grande vitória.

RESUMO

Este estudo investiga a variação dos pronomes possessivos de 2ª pessoa *teu* e *seu* e de terceira pessoa *seu* e *dele* em redações de alunos de uma escola de Curitiba-PR. Dentre as questões mais importantes, destacamos duas: estariam esses pronomes em variação ou em distribuição complementar? Para respondê-las, analisamos variáveis sociais, estilísticas e lingüísticas que condicionam o uso desses possessivos, avaliando as ocorrências de forma quantitativa e qualitativa. O aparato teórico-metodológico utilizado é a teoria variacionista laboviana, com breves incursões em concepções teóricas sobre as pessoas do discurso e sobre poder e solidariedade. O *corpus* investigado é constituído de 204 redações, cujos dados, após categorizados, foram submetidos ao programa VARBRUL. Os dados de 2ª pessoa, retirados do discurso reportado, apontam 92% de ocorrências do pronome *seu* e 8% do possessivo *teu*, num total 160 ocorrências. Tomando como aplicação da regra o possessivo *seu*, o programa estatístico selecionou apenas o grupo de fatores gênero dos autores das redações com o gênero feminino apresentando a tendência para utilizar a forma de maior prestígio que é *seu*. Nas avaliações qualitativas, constatamos a marca das relações simétricas/assimétricas entre os interlocutores no discurso reportado. Os resultados apontam, ainda, que *teu* e *seu* estão em variação para concordar com *você*, pronome pessoal de 2ª pessoa exclusivo em Curitiba. Na 3ª pessoa, observamos um total de 90% de ocorrências de *seu* e 10% da forma *dele* dentre 637 ocorrências. O programa estatístico, tomando como aplicação da regra o possessivo *dele*, selecionou os seguintes grupos de fatores: discurso reportado/não reportado apontando *dele* como preferido no discurso reportado; escolaridade/idade com maior uso de *seu*, por influência da escola; gênero dos autores das redações com o gênero masculino utilizando mais *dele*. Nas avaliações qualitativas, verificamos que a ambigüidade de *seu* somente é eliminada com o uso de *dele*. E esse possessivo parece ter uma grande versatilidade, pois, na avaliação dos contextos lingüísticos, com menos dados, apresenta quase o mesmo número de contextos que o pronome *seu*. Além disso, mostra um grande poder anafórico por trazer maiores informações para a referência e é isento de ambigüidades. Diante de tudo o que *seu* e *dele* apresentaram, acreditamos que essas duas formas estão em distribuição complementar, na 3ª pessoa, confirmando nossa hipótese.

Palavras-chave: variação lingüística; pronomes *teu/seu* e *seu/dele*; distribuição complementar.

ABSTRACT

This study investigates the variation of the second person possessive pronouns *teu* and *seu* and of the third person *seu* and *dele* in compositions of students of a school in Curitiba-PR. Among the most important questions, we point out two of them: are those pronouns in variation or in complementary distribution? In order to answer them, we analyzed social, stylistic and linguistic variables that condition the use of those possessives, evaluating the occurrences in quantitative and qualitative ways. The methodological and theoretical frame used is the Variationist Labovian theory, with brief incursions in theoretical conceptions about the people in the discourse and about power and solidarity. The *corpus* investigated is composed of 204 compositions, and the data, after being categorized, were submitted to the VARBRUL program. The data of second person, removed from the reported discourse, show 92% of occurrences of the pronoun *seu* and 8% of the possessive *teu*, in a total of 160 occurrences. Having as application of the rule the possessive *seu*, the statistical program selected only the factor group gender of the authors of the compositions with the feminine gender showing the tendency of using the more prestigious form which is *seu*. In the qualitative evaluations, we noticed the mark of the symmetric/asymmetric relations between the interlocutors in the reported discourse. The results still show that *teu* and *seu* are in variation to agree with *você*, exclusive second person pronoun in Curitiba. On the third person, we noticed a total of 90% of occurrences of *seu* and 10% of the form *dele* in the 637 occurrences. The statistical program, having as application of rule the possessive *dele*, selected the following groups of factors: reported discourse/non-reported showing *dele* as favorite in the reported discourse; school/age with higher use of *seu*, by influence of school; gender of the authors of the compositions with the masculine gender using more *dele*. In the qualitative evaluations, we verified that the ambiguity of *seu* is only eliminated with the use of *dele*. And this possessive seems to have a great versatility, because, in the evaluation of linguistic contexts, with fewer data, shows almost the same number of contexts of the pronoun *seu*. Besides, it shows a great anaphoric power because it brings more information for the referenciation and lacks ambiguity. Due to everything that *seu* and *dele* presented, we believe that those two forms are in complementary distribution, on the third person, confirming our hypothesis.

Key words: linguistic variation; *teu/seu* and *seu/dele* pronouns; complementary distribution.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O FENÔMENO EM ESTUDO.....	13
1.1 Do ponto de vista das gramáticas tradicionais.....	13
1.2 Do ponto de vista dos trabalhos de lingüística.....	15
2 OBJETIVOS E HIPÓTESES.....	29
2.1 Objetivo geral.....	29
2.2 Objetivos específicos para a segunda pessoa.....	29
2.3 Objetivos específicos para a terceira pessoa.....	29
2.4 Questões.....	30
2.5 Hipóteses gerais.....	32
2.6 Hipóteses específicas.....	35
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	44
3.1 A teoria da variação e mudança.....	44
3.1.1 A variação na sintaxe.....	46
3.1.2 A variação estilística.....	52
3.2 O papel (sócio)discursivo dos pronomes.....	62
3.2.1 As pessoas do discurso.....	62
3.2.2 O poder e a solidariedade.....	65
4 METODOLOGIA.....	73
4.1 Amostra.....	73
4.2 Envelope de variação.....	74
4.2.1 Variável dependente: pronomes possessivos de segunda pessoa do discurso <i>teu/seu</i>	74
4.2.1.1 Variáveis independentes: sociais e lingüísticas.....	75
4.2.1.1.1 Variáveis sociais (escolaridade/idade e gênero).....	75
4.2.1.1.2 Variáveis lingüísticas.....	75

4.2.2 Variável dependente: pronomes possessivos de terceira pessoa do discurso <i>seu/dele</i>	76
4.2.2.1 Variáveis independentes: sociais e lingüísticas.....	76
4.2.2.1.1 Variáveis sociais (escolaridade/idade e gênero).....	76
4.2.2.1.2 Variáveis lingüísticas.....	77
4.3 O pacote estatístico VARBRUL.....	78
5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	79
5.1 Análise dos resultados dos pronomes possessivos de segunda pessoa.....	79
5.1.1 As rodadas estatísticas.....	79
5.1.2 Grupo de fatores selecionado.....	81
5.1.3 Grupos de fatores excluídos.....	81
5.1.4 Grupos de fatores não selecionados.....	85
5.1.4.1 Relações interpessoais no discurso reportado.....	85
5.1.4.2 Nível de escolaridade/idade.....	87
5.1.5 <i>Teu e seu</i> : um caso de variação?.....	88
5.2 Análise dos resultados dos pronomes possessivos de terceira pessoa.....	91
5.2.1 As rodadas estatísticas.....	91
5.2.2 Grupos de fatores selecionados.....	92
5.2.2.1 Discurso reportado/discurso não reportado.....	92
5.2.2.2 Escolaridade/idade.....	94
5.2.2.3 Gênero masculino ou feminino dos autores das redações.....	95
5.2.2.4 Cruzamento entre discurso reportado/não reportado e gênero dos autores das redações	96
5.2.2.5 A ambigüidade do possessivo de terceira pessoa, <i>seu</i>	96
5.2.3 Grupos de fatores excluídos e não selecionados.....	99
5.2.4 <i>Seu e dele</i> : um caso de distribuição complementar?.....	100
5.2.4.1 A posição dos possessivos no SN.....	100
5.2.4.2 Os contextos lingüísticos antecedentes de <i>seu</i>	102
5.2.4.3 Os contextos lingüísticos antecedentes de <i>dele</i>	107
5.2.4.4. <i>Seu</i> + contexto lingüístico/contexto lingüístico + <i>dele</i>	110
CONCLUSÃO.....	112
REFERÊNCIAS.....	116

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

Quadro 1: Paradigmas dos pronomes pessoais e possessivos.....	13
Quadro 2: Paradigmas dos pronomes pessoais e possessivos.....	16
Quadro 3: Paradigmas dos pronomes pessoais e possessivos.....	18
Quadro 4: Paradigma do presente do indicativo do verbo cantar.....	22
Quadro 5: Paradigma dos pronomes possessivos.....	23
Quadro 6: Paradigma dos pronomes possessivos.....	24
Tabela 1: Número de ocorrências das variantes de 2ª pessoa e percentual.....	80
Tabela 2: Frequência e probabilidade do pronome <i>seu</i> segundo a variável gênero dos autores das redações.....	81
Tabela 3: Ocorrências de <i>teu</i> no grupo de fatores relações interpessoais no discurso reportado.....	85
Tabela 4: Frequência do pronome <i>seu</i> segundo a variável escolaridade.....	87
Tabela 5: Distribuição das ocorrências do uso exclusivo do pronome possessivo <i>teu</i> ...	89
Tabela 6: Distribuição das ocorrências do uso alternado dos pronomes possessivos <i>teu</i> e <i>seu</i>	89
Tabela 7: Distribuição das ocorrências do uso exclusivo do pronome possessivo <i>seu</i> ...	90
Tabela 8: Número de ocorrências das variantes de 3ª pessoa e percentual.....	92
Tabela 9: Frequência e probabilidade do pronome <i>dele</i> segundo a variável discurso reportado/não reportado.....	93
Tabela 10: Frequência e probabilidade do pronome <i>dele</i> segundo a variável escolaridade.....	94
Tabela 11: Frequência e probabilidade do pronome <i>dele</i> segundo a variável gênero dos autores das redações.....	95
Tabela 12: Cruzamento entre as variáveis gênero e discurso reportado/não reportado dos possessivos de 3ª pessoa.....	96
Tabela 13: Contextos lingüísticos antecedentes do pronome possessivo <i>seu</i>	104
Tabela 14: Contextos lingüísticos antecedentes do pronome possessivo <i>seu</i> agrupados.....	104
Tabela 15: Contextos lingüísticos antecedentes da forma possessiva <i>dele</i>	108
Tabela 16: Contextos lingüísticos antecedentes do possessivo <i>dele</i> agrupados.....	109
Gráfico 1: Percentagem das ocorrências de <i>teu/seu</i>	80
Gráfico 2: Percentagem das ocorrências de <i>seu/dele</i>	91

INTRODUÇÃO

O objetivo central deste estudo é investigar a variação dos pronomes possessivos de segunda pessoa do discurso: *teu/seu* e de terceira pessoa: *seu/dele* (e respectivas flexões) ¹ em textos escritos, a saber, redações de alunos de escola pública de Curitiba, do ensino fundamental (de 5ª a 8ª séries do primeiro grau). ²

Estudos apontam que o uso dos pronomes possessivos de segunda pessoa e de terceira pessoa tem variado no sistema pronominal do português brasileiro contemporâneo. Essa variação remonta-se à gramaticalização de *você* como pronome pessoal, desencadeando mudanças em todo o paradigma pronominal. Segundo Menon (1995), a forma original do pronome pessoal *você* gramaticalizado era *Vossa Mercê*, utilizada na corte portuguesa nos séculos XIV e XV como uma das formas respeitadas de se dirigir ao rei. Com o tempo, ela foi perdendo o seu valor honorífico e passou a ser empregada pela população em geral (Faraco, 1982, apud Menon, 1995). Ao mesmo tempo em que deixava de ser formal, perdia algumas sílabas (*vossa mercê* > *vosmicê* > *vancê* > *você*) e também ficava ao lado de *tu*, inclusive desbancando essa forma em algumas regiões do Brasil. E junto com os sujeitos também houve a intromissão dos possessivos (Oliveira e Silva, 1998a). Quanto a essas modificações ocorridas nos pronomes possessivos, conforme Menon (1995), percebe-se que, além da ambigüidade na referência do pronome *seu*, cuja forma é comum à terceira pessoa do singular e do plural, o pronome em questão passou a ser utilizado também para a segunda pessoa, acompanhando o pronome *você* na sua jornada de pronominalização.

Embora os manuais de gramática normativa, na sua maioria, ainda classifiquem os pronomes *teu* e *seu* como pertencentes à segunda e terceira pessoas gramaticais, respectivamente, nota-se com base em pesquisas de Menon (1995 e 1996) e de Oliveira e Silva (1998a) que a população não está mais seguindo tais normas principalmente na língua falada, ao usar *seu* para a segunda pessoa também.

¹ Sempre que usarmos as formas **teu/seu** ou **seu/dele** estamos nos remetendo a todas as formas possíveis desses possessivos de segunda e de terceira pessoas gramaticais, com flexões de gênero e de número.

² As produções textuais foram feitas nas aulas de Português, como exercícios de redação, sem valer nota, especialmente para este trabalho e foi solicitado aos professores que não corrigissem os textos.

No entanto, muitas pessoas, principalmente professores de Língua Portuguesa, criticam o uso alternado do pronome *teu* ou *seu* quando o sujeito está preenchido por *você* ou por *tu*, alegando tratar-se de mistura de tratamento. Mas, de acordo com Menon (1996), se ambos os pronomes *teu* e *seu* estão sendo empregados na segunda pessoa do singular, no discurso, indiferentemente do pronome sujeito utilizado (*tu/você*), como podemos dizer que há mistura de tratamento? Inclusive, vários trabalhos apontam que tal fenômeno está ocorrendo em diferentes variedades do português do Brasil (Menon, 1995), como por exemplo em Curitiba, numa amostra extraída do Banco VARSUL (Variação Lingüística Urbana da Região Sul).

Assim, de acordo com Menon (1995), temos, no português brasileiro atual, dois pronomes possessivos para a segunda pessoa: *teu* e *seu*. Devido a isso, a língua estaria compensando o movimento do pronome *seu* para a segunda pessoa, adotando como possessivas de terceira pessoa formas compostas da preposição *de* mais o pronome *ele*: *dele* e suas flexões.³ Nesse caso, o sistema pronominal estaria se reestruturando, preenchendo os “vazios” criados pelo deslocamento do pronome *seu* para o paradigma da segunda pessoa, ao mesmo tempo em que estaria desfazendo a “antiga” ambigüidade: ser idêntico tanto para o singular como para o plural na terceira pessoa.

Propomos este trabalho, por acreditar que uma nova pesquisa envolvendo os aspectos acima abordados em *corpora* escritos poderá trazer novas contribuições para o desenvolvimento dos estudos em sociolingüística. Além do mais, o fato de se verificar a alternância dos pronomes nos dados de escrita escolar de alunos na faixa etária de 11 a 15 anos é significativo, pois pesquisas de cunho variacionista, na grande maioria, têm privilegiado *corpora* orais de informantes em idade adulta. Por causa disso, acreditamos que este trabalho possa servir de base não só para a área de sociolingüística como também para a área de lingüística aplicada, bem como para professores de 1º e 2º graus, por exemplo, que se interessem ou necessitem conhecer o real funcionamento do sistema dos pronomes possessivos na região de Curitiba.

³ Foram encontradas, nos nossos dados, ocorrências de outras formas compostas de 2ª e 3ª pessoas: *de você, do senhor (e flexões), do marido, da esposa, do papai, da mamãe, da família, de João, do Pedro, do Carlinhos, do filho mais velho, da empresa, do carro e outras*, que serão deixadas de fora da análise estatística.

Esta pesquisa está constituída da seguinte forma: no primeiro capítulo, será feito primeiramente um estudo dos pronomes em questão revisando a literatura de acordo com algumas gramáticas tradicionais, para se perceber como o fenômeno vem sendo tratado conforme esses manuais. Em segundo lugar, haverá um estudo dos trabalhos sobre o tema na área da lingüística (principalmente na sociolingüística) para se conhecer a visão dos teóricos, que vêm fazendo trabalhos nas últimas décadas, analisando os pronomes possessivos: *teu/seu* e *seu/dele* em situações reais de uso. Este estudo pretende apresentar um panorama dos trabalhos sobre possessivos no português brasileiro atual, ou no “campo de batalha”, metáfora adotada por Tarallo (2002).

No segundo capítulo, serão relacionados os objetivos, as hipóteses e seus possíveis desdobramentos para se investigar o comportamento de duas variáveis dependentes: (i) alternância entre as formas de segunda pessoa *teu/seu* e (ii) alternância entre as formas de terceira pessoa *seu/dele*, em redações de alunos de escola pública.

No terceiro capítulo, será apresentada a fundamentação teórica na qual se apóia o presente trabalho, a teoria variacionista, postulada pelo pesquisador americano William Labov, além de uma breve incursão a respeito de concepções teóricas sobre as pessoas do discurso e também sobre poder e solidariedade.

O quarto capítulo consistirá na descrição dos procedimentos metodológicos a serem empregados, bem como na descrição do envelope de variação e do *corpus* a ser investigado.

O quinto capítulo apresentará a análise dos resultados depois de categorizados os dados com as ocorrências das variáveis dependentes dos pronomes em estudo e submetidos ao programa VARBRUL. A essa análise seguirá a conclusão com as considerações finais.

CAPÍTULO 1

O FENÔMENO EM ESTUDO

1.1 DO PONTO DE VISTA DE GRAMÁTICAS TRADICIONAIS

Para compreender como o fenômeno estudado está descrito nas gramáticas tradicionais (doravante GT), serão levantados os posicionamentos de quatro diferentes gramáticos que fizeram algumas observações sobre o emprego de *você* e *seu* na segunda pessoa, por exemplo, ou a respeito de uma possível ambigüidade de *seu* na 3ª pessoa e a conseqüente utilização de *dele*, uma vez que vários autores não fazem qualquer menção a respeito dos diferentes empregos dos pronomes possessivos, limitando-se apenas a apresentar a tradicional tabela de classificação com alguns exemplos artificiais criados pelo próprio gramático ou retirados de textos literários de séculos passados.⁴ Elegemos para discussão o ponto de vista dos gramáticos: Almeida, Bechara, Ferreira e Infante.

Segundo Almeida (1979), da definição de possessivo se deduziria que tais palavras teriam duplo papel na frase: indicar a coisa possuída e a pessoa gramatical possuidora. O autor apresenta a seguinte classificação:

Quadro 1 – Paradigmas dos pronomes pessoais e possessivos

Pessoas gramaticais	Pronomes pessoais	Possessivos
Primeira do singular	<i>eu</i>	<i>meu, minha, meus, minhas</i>
Segunda do singular	<i>tu</i>	<i>teu, tua, teus, tuas</i>
Terceira do singular	<i>ele (ela)</i>	<i>seu, sua, seus, suas</i>
Primeira do plural	<i>nós</i>	<i>nosso, nossa, nossos, nossas</i>
Segunda do plural	<i>vós</i>	<i>vosso, vossa, vossos, vossas</i>
Terceira do plural	<i>eles (elas)</i>	<i>seu, sua, seus, suas</i>

Fonte: Almeida (1979, p. 179)⁵

⁴ Autores pesquisados que não fazem menção aos diferentes empregos dos possessivos são: Maia (2000), Mesquita & Martos (1985), Paschoalin & Spadoto (1989) e Rocha Lima (1984).

⁵ Adaptação nossa.

Esse duplo papel significaria, segundo o autor, que os possessivos deveriam ser empregados de acordo com a pessoa gramatical. Se a pessoa fosse tratada por *vós*, deveríamos empregar, para indicar seres pertencentes a essa pessoa, os possessivos *vosso, vossa, vossos, vossas* e assim respectivamente para as demais pessoas.

Em seguida, Almeida afirma que, no Brasil, com exceção do Amazonas, Pará e Rio Grande do Sul, quase nunca tratamos por *tu* a pessoa com quem falamos; na maioria das vezes tratamos o interlocutor por um pronome de tratamento: *ocê, senhor, vossa senhoria, vossa excelência*, considerados de 3ª pessoa gramatical, por isso deveremos empregar os possessivos correspondentes: *seu, sua, seus, suas*.⁶ Nas notas, ele explica que em sentenças como *Deveis socorrer o menino e o seu pai*, o pronome *seu* refere-se a menino e não à pessoa a quem nos dirigimos, e a expressão equivaleria a: *Deveis socorrer o menino e o pai dele*. E haveria quem empregasse, nesses casos, juntamente com o possessivo, as variações pronominais: *dele, dela, deles, delas*, dizendo: *seu pai dele, seus pais deles*, sendo que tais modos de dizer, mesmo que abonados por textos portugueses, deveriam ser evitados, segundo o autor.

Nessas observações, percebe-se que o autor admite casos de ambigüidade de *seu* e a conseqüente presença de *dele*, inclusive classificando esse pronome dentro do que se conhece como variação pronominal. Entretanto, estigmatiza o uso de *dele* em sentenças do tipo *seu pai dele*, quando diz que deveria ser evitado.

De acordo com Bechara (2003), o possessivo *seu*, em algumas ocasiões, pode ocasionar dúvidas a respeito do possuidor. Nessas situações, alternam-se as formas *seu, sua, seus, suas* por *dele, dela, deles, delas, de você, do senhor, etc.* O autor também argumenta que se pode, para dar maior força de expressão, juntar *dele* a *seu* como no exemplo: *José, Pedro levou o seu chapéu dele*. Bechara refere-se à ambigüidade de *seu*, mas não faz qualquer outro comentário, não estigmatizando, portanto, o uso de *dele* como o faz Almeida.

Ferreira (2003) fazendo a distinção entre língua coloquial e língua culta afirma que na primeira ocorre a mistura de pessoas gramaticais e exemplifica: *Você sabe que te*

⁶ Almeida nem sequer cita Santa Catarina como uma das regiões onde se emprega *tu*, a exemplo a cidade de Florianópolis.

enganam e na língua culta ocorre a uniformidade no uso das pessoas gramaticais, exemplificando com as seguintes sentenças: *Você sabe que o enganam. Tu sabes que te enganam.* Portanto, temos aí a visão da GT condenando a chamada “mistura de tratamento”. Ferreira mostra também que os possessivos *seu* e *sua* podem fazer referência à 2ª pessoa (pessoa com quem se fala) e podem também fazer referência à 3ª pessoa (pessoa de quem se fala). Essa dupla possibilidade de relação gramatical pode gerar ambigüidade em frases como esta: *A garotinha olhava para o pai sem saber qual seria o seu destino. Seu destino:* destino da garotinha ou do pai, questiona o autor. E conclui dizendo que nesse exemplo a ambigüidade pode ser desfeita pela substituição do possessivo *seu* por *dela* ou *dele*.

Em Infante (1995), encontramos o comentário de que na língua coloquial há forte tendência a construir frases relacionadas a *você* com os possessivos *teu/tua* de segunda pessoa do singular e que essa tendência deveria ser evitada na língua formal falada e escrita. Portanto, temos mais uma vez a visão da GT condenando a “mistura de tratamento”.

Sobre as GTs, podemos concluir que elas não apresentam grandes novidades e não podem servir de base teórica para um trabalho de sociolinguística que procurará fazer um levantamento das ocorrências dos possessivos nos textos dos alunos e, mesmo que as gramáticas apresentem alguns exemplos, existe uma grande distância entre os exemplos delas e os das redações dos alunos, porque os autores desses manuais normalmente não buscam os exemplos no vernáculo do povo, mas na linguagem literária, normalmente, dos grandes clássicos. E os casos de emprego dos possessivos que fogem do padrão, quando citados, são tratados como exceções à regra e, na maioria das vezes, estigmatizados como erros que devem ser evitados. Embora esses manuais não possam servir como referência para a análise de dados sociolinguísticos, podem servir ao menos para instaurar a reflexão.

1.2 DO PONTO DE VISTA DE TRABALHOS DE LINGÜÍSTICA

Estudos sobre os possessivos no âmbito da linguística (em especial, a sociolinguística) têm sido motivo de interesse crescente por parte de pesquisadores da área. Na seqüência, serão comentados alguns importantes trabalhos relacionados ao

tema realizados por pesquisadores que, utilizando as palavras de Tarallo (2002), “aceitaram o desafio de tentar processar, analisar e sistematizar o universo aparentemente caótico da língua falada ou combater o ‘caos’ lingüístico”.

Conforme Oliveira e Silva (1998a), quando foi introduzida a forma *você* no sistema pronominal do português, por volta do século XVIII, ocorreu uma convulsão nesse sistema, como pode ser observado nos paradigmas 1 e 2, abaixo:

Quadro 2 – Paradigmas dos pronomes pessoais e possessivos

Paradigma 1	PESSOAL	POSSESSIVO
1ª PESSOA SEMÂNTICA E MORFOLÓGICA	<i>eu</i>	<i>meu</i>
2ª PESSOA SEMÂNTICA E MORFOLÓGICA	<i>tu</i>	<i>teu</i>
3ª PESSOA SEMÂNTICA E MORFOLÓGICA	<i>ele</i>	<i>seu</i>
Paradigma 2		
1ª PESSOA SEMÂNTICA E MORFOLÓGICA	<i>eu</i>	<i>meu</i>
2ª PESSOA SEMÂNTICA E MORFOLÓGICA	<i>tu</i>	<i>teu</i>
2ª PESSOA SEMÂNTICA E MORFOLÓGICA	<i>você</i>	<i>seu</i>
3ª PESSOA SEMÂNTICA E MORFOLÓGICA	<i>ele</i>	<i>seu</i>

Fonte: Oliveira e Silva (1998a, p.171)⁷

Constata-se, segundo a autora, que, no paradigma 2, temos dois pronomes para a 2ª pessoa *tu* e *você*, conseqüentemente o possessivo *seu* hipoteticamente passou a pertencer tanto à 2ª pessoa acompanhando *você*, como à 3ª, mantendo os princípios teóricos da norma, concordando com *ele*. Por causa disso, a forma *seu* teria ficado ambígua. Para amenizar essa ambigüidade, haveria várias estratégias, uma delas seria a “mistura de tratamento”, condenada pelas gramáticas normativas, que consistiria em utilizar o sujeito *você*, acompanhado dos casos objetos e possessivos de 2ª pessoa gramatical *te/teu*. Outra estratégia utilizada, principalmente na língua oral, seria o uso do genitivo *dele* no lugar de *seu* na 3ª pessoa.

Como se observa, a pesquisa de Oliveira e Silva confirma as conclusões de Menon (1995), citadas na introdução deste trabalho, e confirma também as observações feitas por Mattoso (1972). Segundo esse autor, com o uso constante de *você* no lugar de *tu*,

⁷ Adaptação nossa.

ocorreu o emprego abusivo de *te*, porém houve mais logicamente o emprego de *lhe* tanto para o dativo como para o acusativo de *você* e *senhor* como em *Manduca está lhe chamando* onde, conforme Mattoso, a sintaxe correta seria *está o chamando*, pois usamos o acusativo de chamar. Por isso, *lhe* tornou-se ambíguo para a 3ª pessoa propriamente dita, onde *ele* seria o caso-sujeito. Assim colocou-se no lugar de *lhe* sua variante *a ele* como em *estou falando a ele*. Com isso, o possessivo *seu* também tornou-se ambíguo e no seu lugar tivemos *dele*, porque *seu* seria mais sentido como o possessivo de *você* e *senhor*. Exemplo: *água lavava o pretume dele*.

Sobre a ambigüidade de *seu* na 3ª pessoa (na questão do número), também citada na introdução (estudo de Menon, 1995), Mattoso (1977) já comentava que *seu*, sendo possessivo de 3ª pessoa do singular e do plural constitui uma ambigüidade incômoda como no seguinte exemplo *sua opinião = a opinião dele ou deles?* O resultado, segundo o autor, na língua coloquial e mesmo na língua escrita em registro pouco formal seria a eliminação da série *seu* (3ª pessoa do singular e do plural) e sua substituição, neste caso por *dele*, o pronome pessoal substantivo de ambas as pessoas sob a regência da preposição (*de + ele*).

Ainda em Mattoso (1979) encontramos justificativa para o uso do artigo diante do possessivo. Segundo o autor, o possessivo português não seria, em princípio, definidor do substantivo a que se apõe. Daí a necessidade do emprego do artigo. Mas no Brasil costuma-se omitir o artigo quando a definição provém do contexto. Porém a presença do artigo só se manifestaria plenamente na função predicativa, isto é, quando o possessivo se reportasse a um substantivo sujeito. E exemplifica: a) indefinido: *esse livro é seu*; b) definido: *esse livro é o seu*.

Mattoso também afirma que o possessivo português só tem função adjetiva e as gramáticas admitiriam tradicionalmente para ele uma função substantiva, por causa do padrão frasal: *este livro é o seu*. Mas, segundo ele, na função predicativa haveria a supressão da distinção entre substantivo e adjetivo e mesmo as palavras que, do ponto de vista formal, seriam exclusivamente substantivas, ficariam aí em função adjetiva e compara os dois casos: *este homem é bom: este homem é Pedro*. E a presença do artigo não seria para substantivar o possessivo, mas, ao contrário, a sua presença seria para expressar a categoria do ‘definido’ em oposição à de ‘indefinido’ com a sua ausência.

Igualmente, segundo Mattoso, seria a categoria ‘definido’ que imporia a presença do artigo no segundo membro de uma seqüência nominal de dois possessivos, coordenados pela copulativa, referentes a indivíduos distintos da mesma classe de seres, expressa apenas por um substantivo junto ao primeiro possessivo: *(o) meu livro e o teu*; ou em ordem inversa: *o meu e o teu livro*.

Perini (1985), atribuindo à linguagem um caráter funcional na medida em que se estruturaria para atender às necessidades comunicativas, explica a organização dos sintagmas possessivos, apresentando inicialmente a tabela dos pronomes pessoais do português coloquial ou do padrão da parte central do país e outras áreas, já que no sul e no norte haveria locais em que o sistema é diferente. Em seguida, mostra a tabela do sistema possessivo do português padrão em que aparece o pronome *seu* correspondendo a quaisquer dos pronomes pessoais da 2ª e da 3ª pessoa do singular e do plural, ocasionando ambigüidade. Depois, a tabela do português coloquial em que o pronome *seu* aparece apenas na 2ª pessoa do singular, sendo que a língua coloquial, para evitar ambigüidade, teria substituído *seu* por formas analíticas (*de + N*) como *dele*, *deles*, *de vocês* nas demais posições que eram ocupadas por *seu*. Vejamos abaixo os paradigmas:

Quadro 3 – Paradigmas dos pronomes pessoais e possessivos

	(1) Pronomes pessoais			(2) Pronomes possessivos do português padrão			(3) pronomes possessivos do português coloquial		
	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa
(sg)	<i>eu</i>	<i>você</i>	<i>ele/ela</i>	<i>meu</i>	<i>seu</i>	<i>seu</i>	<i>meu</i>	<i>seu</i>	<i>dele</i>
(pl)	<i>nós</i>	<i>vocês</i>	<i>eles/elas</i>	<i>nosso</i>	<i>seu</i>	<i>seu</i>	<i>nosso</i> ⁸	<i>de vocês</i>	<i>deles</i>

Fonte: Perini (1985, p. 4-5)⁹

Segundo o autor, *seu* na língua coloquial é a forma possessiva exclusiva de *você* e um sintagma como *seu pai* significaria apenas o pai da pessoa designada como *você*, portanto sem ambigüidade.

A seguir, Perini tenta capturar os fatos descritos através de dois princípios por ele postulados. De acordo com o Princípio Um, no sistema de possessivos, formas

⁸ O autor nem sequer cita a forma possessiva *da gente* nesse novo paradigma. (Comparar com o novo quadro dos possessivos (no processo mais avançado) de Cequeira (1996) na pág. 24, deste estudo).

⁹ Adaptação nossa.

ambíguas deveriam ser evitadas. E, de acordo com o Princípio Dois, quando um sistema é alterado para atender ao Princípio Um, só se admitiriam alterações mínimas. Depois estende o estudo para interpretar outro fato da língua: o caso da Supressão de Sujeito Pronominal (SSP), reformulando o Princípio Um. E através desses princípios tenta responder a quatro perguntas:

- (a) Por que o pronome *seu* não manteve seus diversos sentidos? Essa questão é respondida com o Princípio Um (reformulado) que impediria a existência de um possessivo do qual não se poderia recuperar sem ambigüidade a pessoa gramatical.
- (b) Por que *meu* e *nosso* não foram também substituídos por construções do tipo *de + N*? A resposta é dada pelo Princípio Dois que estabeleceria que só se fizessem alterações mínimas, de modo que apenas os casos ambíguos deveriam ser substituídos por construções *de + N*.
- (c) Por que *seu* foi mantido em um de seus sentidos (isto é, por que não foi substituído por **de você*)? Perini responde com o Princípio Dois explicando que a maneira mais econômica de se evitar que os pronomes *você*, *vocês*, *ele* e *eles* se transformassem todos em *seu* em construções possessivas seria desmarcar todos menos um deles, de maneira que deixassem de ser exceções, e formassem seus possessivos de maneira geral, através de construções *de + N*. Como seria preciso que todos eles fossem desmarcados, o Princípio Dois nos forçaria a deixar marcado um deles. Por isso *você* continuaria sendo uma exceção (continuaria marcado), e sua forma possessiva permaneceria sendo *seu* em lugar **de você*.
- (d) Por que *seu* foi mantido em seu sentido de 2ª pessoa do singular, antes que no de 3ª do singular, 2ª do plural ou 3ª do plural? Para essa pergunta o autor alega não ter resposta satisfatória já que os Princípios Um e Dois não ajudariam, mas deixa a pergunta em aberto para futuras pesquisas.

Kato (1985), em réplica a Perini, procura analisar os dados e conclusões deste autor e discutir suas abordagens gramaticais. Assumindo uma posição teórica diferente,

afirma que os fatos analisados não são gramaticais ou agramaticais (**de você, *de mim*) e sim não-ocorrentes ou de baixa produtividade. E também, segundo ela, na região central do país, especificamente em São Paulo, é possível ouvir formas como *teu pai, é a tua!*

A autora retoma o Princípio Um de Perini e afirma que esse Princípio seria aplicável a mais casos e não apenas aos casos de ambigüidade que envolvem a pessoa gramatical e postula um princípio mais forte que diga: 'A ambigüidade deve ser evitada no uso da gramática.' Quanto ao Princípio Dois, Kato contesta Perini na questão da SSP. Para Perini, duas formas: 'Eu gosto de jogar sinuca' e 'Gosto de jogar sinuca' teriam a mesma freqüência. Kato argumenta que o português estaria mudando de uma língua (S)VO para SVO, isto é, de uma língua de sujeito opcional para uma língua de sujeito obrigatório e que a longo prazo nossa língua se tornaria um língua SVO. Depois Kato argumenta sobre a resposta que Perini dá à terceira pergunta. Para a pesquisadora, o autor lança mão de um formalismo discutível ao tentar relacionar *seu a você* ao invés de justificar a não ocorrência de **de você*. Segundo a autora, haveria uma maneira bem mais simples de tratar o problema. Seria através de uma restrição distribucional. *Você* no léxico seria marcado negativamente com relação ao contexto genitivo (*N __de+__*). O mesmo ocorreria com *eu* e *nós*. E a distribuição complementar poderia ser estabelecida através de regras lexicais de redundância. Sendo assim, a regra lexical, RL1, diria que para todos os itens, no léxico, marcados como pronome reto haveria um pronome possessivo correspondente para o português padrão, e a RL2 diria que para todo item marcado pronome reto, com restrição distribucional para o contexto genitivo, haveria um pronome possessivo correspondente para o português coloquial. E formula um princípio complementar ao Princípio Um de Perini com o objetivo de estabelecer a distribuição complementar entre as construções genitivas e os pronomes possessivos, o Princípio Três. Segundo esse Princípio, deve-se evitar usar formas diferentes para uma mesma função.

Conforme Kato, a gramática comportaria todas as formas possessivas e genitivas ocorrentes ou não, isto é, conteria paradigmas completos. Não teríamos gramáticas diferentes para o português padrão e o português coloquial, mas apenas usos diferentes.

E, respondendo à pergunta (c) de Perini, Kato argumenta que, ao escolhermos *seu*, não haveria ambigüidade quanto à pessoa, mas sim quanto ao grau de intimidade. *De você* marcaria a relação como íntima e *seu* não seria marcado quanto a isso. A forma não marcada seria uma forma cômoda quando não estamos certos de como tratar a pessoa e não ocasionaria ambigüidade de referência, sendo apenas vaga quanto à relação de intimidade, podendo ocorrer tanto com *senhor* quanto com *você*. E em situações reais de comunicação, quando as formas *você* ou *senhor* estivessem elípticas, o possessivo *seu* seria providencial. Nas variantes de segunda pessoa, *seu* indicaria maior distância; *teu*, maior proximidade,¹⁰ segundo ela.

Em seguida, a autora questiona sobre a escolha entre *meu* e *de mim*, entre *nosso* e *de nós* e entre *seu* e *de vocês* e, como única explicação, formula o Princípio Quatro: ‘Escolha a forma na qual o elemento com que se empatiza mais preceda o elemento com que se empatiza menos.’ Assim sendo, a primeira pessoa seria o elemento mais alto na hierarquia da empatia do falante, colocando qualquer termo com essa referência antes dos demais, justificando os empregos de *meu* e *nosso* em lugar de *de mim* e *de nós*. E, com o Princípio da Empatia, Kato responde a quarta pergunta de Perini, que havia ficado sem resposta: entre a 2ª pessoa e a 3ª pessoa, empatizamos mais com a 2ª, assegurando que a referência à 2ª pessoa anteceda a referência ao objeto possuído, daí *seu* ter sido privilegiado para a 2ª pessoa do singular em relação à 3ª do singular, à 2ª do plural ou à 3ª do plural.

Um outro trabalho que merece destaque é o de Cerqueira (1996a). O autor lança mão de uma abordagem formal para discutir a dupla possibilidade de posse na terceira pessoa com os pronomes possessivos *seu/dele*, no português brasileiro coloquial contemporâneo (PBC).¹¹ Esse fenômeno, segundo ele, teria ocorrido a partir da entrada da forma *você* em lugar de *tu* no sistema pronominal, confirmando trabalhos já comentados anteriormente neste estudo (Menon, 1995 e 1996; Oliveira e Silva, 1998a; Mattoso, 1972 e 1977; Perini, 1985 e Kato, 1985).

¹⁰ Ao descrever o uso desses pronomes, Menon (1995) também diz que as relações de intimidade/não intimidade determinam o emprego dos possessivos *teu/seu*.

¹¹ O prof. Luís do Amaral distingue o uso coloquial do uso popular: o uso coloquial tem a ver com estilo e o uso popular, com o socioleto.

O sistema possessivo teria, portanto, duas formas possessivas na terceira pessoa: uma pronominal - *seu*; e outra - uma construção perifrástica *de + pronome*, sendo esta última equivalente, em termos sintáticos, à indicação de posse quando o possuidor é representado por um sintagma (*de + Paulo, de + o menino*), sendo que uma conseqüência de uso dessas duas formas de indicação de posse estaria relacionada à estrutura do sintagma nominal, que apresentaria em estrutura-S duas configurações distintas. Com a forma de pronome possessivo, teríamos uma ramificação para a esquerda do nome ([poss [Nome]]); com a forma genitiva *dele*, essa ramificação se daria à direita do nome ([Nome [de + NP]]) e diferentes condições de licenciamento estariam garantindo a legitimidade desses dois padrões formais.

O trabalho de Cerqueira procurou focar, então, o contraste entre *seu/dele*, buscando determinar as condições de licenciamento dessas formas no sintagma nominal, restringindo-se ao uso com o sentido de posse. De acordo com o autor, o avanço da forma *dele* estaria relacionado a certos processos de mudança que vêm se verificando no português coloquial (PBC) e que estariam associados a certas mudanças no sistema de concordância da língua.

Cerqueira aborda a questão da redução do paradigma verbal devido ao fato de *você/vocês* ocuparem o lugar de *tu/vós*; de *a gente*, o lugar de *nós* e também de *o pessoal*, o lugar de *eles* e apresenta um exemplo de como ficaria o novo quadro do presente do indicativo do verbo cantar:

**Quadro 4 – Paradigma do presente do indicativo
do verbo cantar**

P1 - <i>eu</i> canto	p4 - <i>a gente</i> canta
P2 - <i>você</i> canta	p5 - <i>vocês</i> cantam
P3 - <i>ele</i> canta	p6 - <i>o pessoal</i> canta

Fonte: Cerqueira (1996a, p. 138) ¹²

Essa nova situação, com a riqueza morfológica do paradigma verbal bastante reduzida, teria causado repercussão no âmbito da legitimação do sujeito nulo, uma vez que a morfologia verbal não estaria mais dando conta de identificar o sujeito, limitando bastante as ocorrências de sujeito nulo. Da mesma forma, o sistema dos clíticos seria outra área da gramática onde os processos de mudança estariam em andamento. De

¹² Adaptação nossa.

modo similar ao preenchimento do sujeito, o preenchimento do objeto por um pronome lexical ou um sintagma nominal anafórico revelaria que o clítico nulo estaria perdendo a sua capacidade de identificação do objeto nulo, que foi bastante empregado no século XX.

O reflexo dessa simplificação do paradigma verbal no sistema possessivo do PBC foi que a forma *seu* só será possível se AGR¹³ for suficientemente especificado para pessoa; caso contrário, a forma *dele* será a única autorizada. Sendo assim o AGR [+pronominal] estaria se transformando em [-pronominal], tornando-se incapaz de identificar a pessoa gramatical do referente associado ao possessivo, não significando, porém, que as formas possessivas não estariam mais sendo licenciadas. O novo quadro de indicação de posse conservaria três das formas do possessivo do PB padrão e os três empregos da forma *seu*, não associados à referência de segunda pessoa do singular, foram substituídos. Vejamos o quadro: ¹⁴

Quadro 5 – Paradigma dos pronomes possessivos

	1ª Pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa
Sing.	P1 <i>meu</i>	P2 <i>seu</i>	P3 <i>dele</i>
Plur.	P4 <i>nosso</i>	P5 <i>de vocês</i>	P6 <i>deles</i>

Fonte: Cerqueira (1996a, p. 149) ¹⁵

Conforme se observa, apenas os possessivos de primeira pessoa (P1 e P4) e de segunda pessoa do singular (P2), remanescentes do quadro padrão, permaneceram no coloquial, sendo que apenas esses poderiam ocorrer pré-nominalmente; para as outras pessoas, os indicadores de posse ocorreriam apenas depois do nome. E os padrões de concordância doravante seriam dois: com o primeiro grupo (P1, P2 e P4) seria mantida a concordância de gênero e número entre o pronome possessivo e o nome possuído; com o segundo grupo (P3, P5 e P6) não se realizaria a concordância entre a expressão indicadora de posse e o nome possuído, antes a expressão de posse variaria na terceira pessoa para indicar se o possuidor é singular ou plural.

¹³ Abreviada por AGR, do inglês *agreement* (flexão de número e de pessoa).

¹⁴ Ao comparar com a classificação dos pronomes possessivos do português padrão de Perini (1985) na pág. 18, deste estudo, observamos que o possessivo *seu* corresponde às segundas e terceiras pessoas do singular e também do plural, ocasionando ambigüidade.

¹⁵ Adaptação nossa.

Nesse quadro misto, ocorreriam dois processos sintáticos: um envolvendo especificação de traços de pessoa (P1, P2 e P4) em AGR e outro em que AGR não é especificado o suficiente quanto ao traço [+pessoa] (P3, P5 e P6).

Com o avanço do processo, segundo Cerqueira, atingindo também a pessoa (P4), o novo quadro dos possessivos passaria a ser o seguinte:

Quadro 6 – Paradigma dos pronomes possessivos

	1ª Pessoa	2ª Pessoa	3ª Pessoa
Sing.	P1 <i>meu</i>	P2 <i>seu</i>	P3 <i>dele</i>
Plur.	P4 <i>da gente</i>	P5 <i>de vocês</i>	P6 <i>deles</i>

Fonte: Cerqueira (1996a, p.150) ¹⁶

Esse quadro hipotético mostra que a identificação de pessoa gramatical, dada pela morfologia, seria apenas a primeira (P1) e a segunda (P2) pessoas do singular que corresponderiam aos dois elementos de uma situação comunicativa: o falante e o ouvinte. O traço [+pessoa] estaria mais orientado para identificar os participantes de uma situação comunicativa básica, do que para a especificação de pessoa gramatical.¹⁷ E a indicação de posse para outros sujeitos diferentes do falante e do ouvinte se daria por meio do sintagma *de+possuidor* (*dele, da gente etc.*).¹⁸

Com o objetivo de discutir a mudança no paradigma pronominal dos possessivos, apresentamos agora, sucintamente, resultados do trabalho de Arduin (2005). A autora, em sua pesquisa sobre a variação dos pronomes possessivos de 2ª pessoa *teu/seu* no português falado da região Sul do Brasil,¹⁹ parte da hipótese central de que os falantes que utilizam o pronome pessoal *tu* tenderiam a utilizar o possessivo *teu*, de acordo com o princípio do paralelismo formal,²⁰ conseqüentemente os falantes que empregam *você* tenderiam para o uso de *seu*.

¹⁶ Adaptação nossa.

¹⁷ Sobre as pessoas do discurso, Benveniste (1995) e Mattoso (1979) têm importantes considerações que estão comentadas nas págs. 62 a 65, deste estudo.

¹⁸ O trabalho de Cerqueira (1996a) não apresenta dados empíricos (de fala ou de escrita). Ao contrário deste estudo, que é baseado nos dados extraídos das redações de alunos.

¹⁹ A pesquisa de Arduin (2005) foi feita com dados do projeto VARSUL referentes às cidades de Blumenau, Chapecó, Florianópolis e Lages em Santa Catarina e Flores da Cunha, Panambi, Porto Alegre e São Borja no Rio Grande do Sul.

²⁰ É importante salientar que esse princípio não é usado consensualmente entre os sociolinguistas.

Como nas regiões estudadas, os falantes usam predominantemente o pronome pessoal *tu*, a autora acreditava que o pronome *teu* seria mais utilizado. Após as rodadas do pacote estatístico VARBRUL, a pesquisadora chegou aos seguintes resultados: num total de 415 dados, houve 356 ocorrências de *teu* (86%) e 69 (14%) de *seu*, confirmando a hipótese central. A única variável lingüística selecionada como significativa foi a do paralelismo formal e os demais fatores relevantes foram os estilístico-discursivos como relações simétricas/assimétricas entre os interlocutores, pessoa do discurso reportado e variáveis sociais, gênero do informante, faixa etária e escolaridade indicando, segundo a autora, que o que estaria em jogo na variação dos possessivos *teu/seu* seriam as determinações socioculturais do indivíduo, confirmando as hipóteses.

Quanto ao paralelismo formal, a presença dos pronomes pessoais *tu* e *você* exerceria influência no uso dos pronomes possessivos de 2ª pessoa. Os resultados obtidos foram de 99% das ocorrências com o possessivo *teu* acompanhadas do pronome pessoal *tu* (PR 0,90) e 80% de *teu* com *você* (PR 0,19).²¹ Segundo Arduin, esses resultados confirmariam que a presença de *tu* favorece a ocorrência de *teu* e a presença de *você* desfavorece.

Outra variável significativa foi relações simétricas/assimétricas no discurso reportado. Confirmando as hipóteses, *teu* foi usado 91% nas relações de superior para inferior (PR 0,65) e nas relações entre iguais também o percentual foi de 91% e PR de 0,56. De acordo com a pesquisadora, esses resultados apontariam que a variação dos possessivos de segunda pessoa *teu/seu* seria de base estilística e estariam comprovando a teoria da influência do poder e da solidariedade de Brown e Gilman (2003)²² no primeiro caso para mostrar poder e no segundo para indicar proximidade entre os interlocutores ao utilizarem a forma solidária.

O quarto grupo selecionado na pesquisa foi pessoa a quem se reporta. O fator discurso de pessoa próxima obteve um percentual de 96% para a variante *teu* (PR 0,76), enquanto que no discurso de pessoa não-próxima houve 70% (PR 0,19). Esses resultados confirmariam novamente a hipótese do poder e da solidariedade, de acordo

²¹ Conforme Arduin, a percentagem de frequência é alta porque *teu* foi a variante mais utilizada pelos informantes. E, embora a frequência de 80% seja alta, o PR de 0,19 indica que a probabilidade de ocorrência é baixa, confirmando o efeito do paralelismo, segundo a autora.

²² Neste trabalho, será apresentada a hipótese de Brown e Gilman como parte do aparato teórico.

com Arduin, pois naquele fator teríamos relações assimétricas, por exemplo, a filha reportando o discurso do pai utiliza *teu* e neste, ao se reportar à pessoa não conhecida, o informante tenderia a utilizar a forma de poder *seu*.

Dentre as variáveis sociais relevantes, o fator gênero do informante apresentou as mulheres com maior tendência para utilizarem *teu* com um percentual de 93% das ocorrências (PR de 0,61) na pesquisa de Arduin. Ao analisar esses resultados, a pesquisadora faz uma comparação entre as pesquisas de Loregian-Penkall (2004) e de Menon (1996). A primeira dessas pesquisas foi feita com amostras das mesmas cidades da pesquisa de Arduin e teria chegado a resultado aproximado, os motivos seriam as mesmas cidades pesquisadas onde predomina o pronome pessoal *tu*, conseqüentemente a forma conservadora seria *teu*. Já, a segunda pesquisa, feita com dados de Curitiba, teria resultados diferentes. Segundo Arduin, o motivo seria que Menon analisou dados de região cujo pronome pessoal predominante é *você* e a forma conservadora adotada pelas mulheres seria *seu*, ao contrário de Loregian-Penkall.

Outro grupo selecionado pelo programa foi faixa etária do informante. De acordo com os resultados, os mais jovens tenderiam a utilizar a forma solidária e menos formal que é *teu* em detrimento da forma de poder *seu*, preferida pelos mais velhos. E, desta vez, conforme Arduin, os resultados apresentariam a mesma tendência da pesquisa de Menon (1996), embora em dialetos diferentes e também se aproximariam mais uma vez dos resultados obtidos por Loregian-Penkall (2004). Seus resultados não deram indícios de que haveria uma mudança em progresso, ou seja, a variação dos possessivos de segunda pessoa permaneceria estável, segundo a autora.

E o último grupo selecionado foi o da escolaridade. Nesse grupo o pronome *teu* foi mais utilizado pelo nível ginasial, com 91% das ocorrências (PR 0,67) que o apontaria como favorecedor para a utilização deste possessivo. Nos outros níveis, o primário, embora com 84% das ocorrências, apresentou PR de 0,48, que seria próximo do ponto neutro e o colegial com PR de 0,37 seria desfavorecedor para o uso de *teu*. No cruzamento entre as variáveis paralelismo formal e escolaridade, os resultados apontaram uma queda no uso do pronome *você* acompanhado do possessivo *teu* no nível colegial o que atestaria a influência da escola na queda da chamada mistura de tratamento, conforme a pesquisadora.

De um modo geral, segundo Arduin, todos os informantes dessas cidades pesquisadas, independentemente dos pronomes pessoais utilizados ao longo da entrevista, teriam preferência pela utilização do possessivo *teu*.

Esse estudo tem muitos pontos que poderão nos auxiliar a interpretar os dados das redações dos alunos após as rodadas estatísticas do VARBRUL. Algumas das nossas hipóteses, como a influência da escolaridade no uso da variante de prestígio, também a tendência das mulheres a utilizar essas formas, as relações entre os interlocutores no discurso reportado e outras parecem que terão pontos de comparação interessantes com os resultados encontrados por Arduin.

Percebe-se nas discussões anteriores, a partir de Menon (1995 e 1996), de Oliveira e Silva (1998a) e de Arduin (2005), passando pelas observações de Mattoso (1972 e 1977), que a introdução de *você* e seus seguidores, no sistema dos pronomes, causou (e tem causado) várias modificações com reflexos não só no sistema dos pronomes mas também em outras partes da gramática do português brasileiro coloquial a ponto de ter sido objeto de estudos de vários pesquisadores que procuraram explicações para o fenômeno e seus desdobramentos a partir da análise dos dados levantados com base principalmente em pesquisas variacionistas. Nos outros estudos enfocados neste trabalho, Perini (1985) procurou explicar as modificações através de princípios funcionais que norteariam o emprego dos pronomes possessivos. Kato (1985), a partir das conclusões de Perini, adotando uma posição teórica diferente, tenta explicar o fenômeno, complementando os princípios formulados por Perini, inclusive o que havia ficado sem resposta. Por sua vez, Cerqueira (1996a) procurou inicialmente explicar as estruturas dos sintagmas nominais com *seu* e com *dele* e relacionar as mudanças no emprego dos possessivos com o novo paradigma das conjugações verbais e com os reflexos dessas modificações no licenciamento do sujeito nulo e no sistema dos clíticos, apresentando novas tabelas dos pronomes possessivos com as modificações em estágio mais avançado do que as que haviam sido apresentadas por Perini e Kato e que estariam modificando quase todo o sistema desses pronomes. Portanto, todas essas pesquisas serão muito importantes para a análise dos dados desta dissertação e servirão de comparação para podermos constatar até que ponto o uso das variáveis dependentes de 2ª pessoa *teu/seu* e de 3ª pessoa *seu/dele* nos textos escritos pelos alunos de escola

pública de Curitiba, reduto do pronome pessoal *você*, estarão confirmando ou refutando as relevantes conclusões desses autores/pesquisadores.

CAPÍTULO 2

OBJETIVOS E HIPÓTESES

2.1 OBJETIVO GERAL

Investigar todas as ocorrências dos pronomes possessivos de 2ª pessoa do discurso *teu/seu* e de 3ª pessoa *seu/dele* em textos escritos (redações) de alunos de uma escola pública de Curitiba.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA A SEGUNDA PESSOA

2.2.1 Identificar as formas alternantes da variável dependente: pronomes possessivos de segunda pessoa (*teu/seu*), nos textos escritos.

2.2.2 Fazer uma análise quantitativa dos pronomes possessivos de segunda pessoa, procurando explicar as motivações que condicionam o uso de cada um, através do levantamento dos grupos de fatores (ou variáveis) que estariam favorecendo o uso da forma nova (*seu*) em detrimento da forma antiga (*teu*).

2.2.3 Fazer uma análise qualitativa²³ das formas variantes envolvidas no processo, procurando estabelecer o perfil de cada uma para identificar se as formas estariam em competição ou em distribuição complementar.

2.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA A TERCEIRA PESSOA

²³ Análise qualitativa refere-se aos contextos lingüísticos que estariam favorecendo a realização de uma ou de outra variante, como por exemplo: preposições que comumente antecedem uma das formas alternantes; artigos presença/ausência/definido/indefinido; posição do possessivo: à direita ou à esquerda do nome etc.

2.3.1 Identificar as formas alternantes da variável dependente: pronomes possessivos de terceira pessoa (*seu/dele*), nos textos escritos.

2.3.2 Fazer uma análise quantitativa dos pronomes possessivos de terceira pessoa, procurando explicar as motivações que condicionam o uso de cada um, através do levantamento dos grupos de fatores (ou variáveis) que estariam favorecendo o uso da forma nova (*dele*) em detrimento da forma antiga (*seu*).

2.3.3 Fazer uma análise qualitativa das formas variantes envolvidas no processo, procurando estabelecer o perfil de cada uma para identificar se as formas estariam em competição ou em distribuição complementar.

2.4 QUESTÕES

2.4.1 Quais os pronomes possessivos de segunda pessoa e quais os de terceira mais utilizados nos textos escritos (redações de alunos) analisados? Eles estão em competição ou em distribuição complementar?

2.4.2 Quanto às variáveis sociais, estilísticas e lingüísticas que condicionam o uso de uma ou outra variante dos pronomes possessivos de segunda pessoa (*teu/seu*), pergunte-se:

a) A variável escolaridade favorecerá a ocorrência da variante *seu* por ser essa forma possessiva considerada a forma canônica, correspondente a *você*, na região de Curitiba?

b) A variável gênero²⁴ influenciará nas ocorrências das formas concorrentes (*teu/seu*) de 2ª pessoa? ²⁵

²⁴ Segundo o professor Luís do Amaral, gênero é uma categoria cultural e sexo, uma categoria biológica.

²⁵ Esta variável será desdobrada em gênero dos interlocutores no discurso reportado e gênero dos autores das redações.

c) Quanto à variável discurso reportado, haverá nos dados de 2ª pessoa preferência pelo pronome *seu*, forma canônica para concordar com *você*?

d) No discurso reportado, quanto à variável relações interpessoais, haverá alguma preferência pela variante *seu* em detrimento de *teu*, nas relações de inferior para superior e a preferência pela variante *teu* nas relações de superior para inferior?

e) Os traços [+animado] e [-animado] do possuído/possuidor são condicionadores das variantes de 2ª pessoa *teu/seu*?

f) Os traços [+ genérico] e [+específico] do possuído/possuidor implicarão favorecimento de uma ou outra forma possessiva de 2ª pessoa?

2.4.3 Quanto às variáveis sociais, estilísticas e lingüísticas que condicionam o uso de uma ou outra variante dos pronomes possessivos de terceira pessoa, pergunta-se:

a) A variável escolaridade favorecerá a ocorrência da variante *seu* (em detrimento da variante *dele*) por ser a forma possessiva de terceira pessoa ainda ensinada nas escolas?

b) A variável gênero masculino ou feminino influenciará nas ocorrências das formas concorrentes de 3ª pessoa?

c) Quanto à variável discurso reportado, quais as formas de possessivo de terceira pessoa mais usadas?

d) No discurso reportado, quanto à variável relações interpessoais, as relações de poder e solidariedade podem ser verificadas através do uso de *seu* e *dele*?

e) Com relação à ambigüidade de *seu*, ela será resolvida no próprio contexto ou haverá favorecimento da variante *dele*?

f) Os traços [+animado] e [-animado] do possuído/possuidor serão condicionadores das variantes de 3ª pessoa *seu/dele*?

g) Os traços [+genérico] e [+ específico] do possuído/possuidor implicarão favorecimento de uma ou outra forma possessiva de 3ª pessoa?

2.5 HIPÓTESES GERAIS

2.5.1 Os pronomes possessivos *teu* e *seu* estão em competição como variantes de segunda pessoa, mesmo quando o sujeito é usado com o pronome *você*, em Curitiba e na maioria das cidades do Brasil, como os exemplos abaixo ilustram:²⁶

(1) *Mas eu tenho uma solução, vou vender o meu carro e o TEU, Pedro e vamos levando, até eu arrumar um novo emprego, eu tenho uma boa experiência, talvez consiga logo um emprego. (N 3 f)^{27 28}*

(2) *Por mais que você resolva trabalhar so TEU dinheiro e o da SUA mãe seriam suficiente. (P 3 m)*

(3) *Vá viajar para o sítio, pessa do TEU serviço umas férias, para se distrair um pouco, e enton depois volte mais tranqüila você, Cezar e o filho de vocês o Lucas. (T 3 f)*

(4) *Só com o SEU trabalho, não vai dar para segurar a barra. (W 8 m)*

(5) *Camila, chame SUA mãe, e SEU irmão, quero dar uma notícia a vocês. (S 8 f)*

²⁶ Os exemplos foram transcritos sem alteração de sua grafia ou estrutura sintática.

²⁷ N: significa a letra inicial do nome do aluno de cuja redação foi retirado o exemplo; 3, a série do aluno (no caso 3ª série do 2º grau) e f, o sexo. Esse código se manterá nos demais exemplos.

²⁸ Embora o *corpus* selecionado para esta pesquisa seja constituído de redações de alunos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, investigamos também redações do 2º grau num primeiro momento, de onde colhemos exemplos.

(6) *Pai, com o dinheiro que você ganhar SEU “fundo de garantia” nós poderíamos, abrir uma lojinha de 199, uma coisa assim. (E 8 m)*

(7) *Mas meu querido, você já trabalha quase 20 anos nesta firma, SEU chefe está ficando louco. (C 3 f)*

Procuramos mostrar, nos exemplos acima, algumas ocorrências de *teu* e *seu*, assim distribuídas: de (1) a (3), ocorrências de *teu*; de (4) a (7), de *seu*; em (1) e (4) temos *teu/seu* respectivamente sem o pronome *você* explícito; e, em (2), ocorrências de *teu* e *seu* na mesma sentença.

2.5.2. Os pronomes possessivos *seu* e a contração da preposição *de* com o pronome *ele*: *dele* apresentam-se em distribuição complementar e não como variantes de terceira pessoa. *Seu*, como pronome de terceira pessoa, é usado apenas em contextos específicos, enquanto *dele* é a forma preferida. Evidências para essa hipótese podem ser encontradas nos exemplos abaixo. Observem-se, primeiro, exemplos com *seu*:

(8) *É que hoje o meu patrão me chamou em SUA sala para conversarmos. (T 5f)*

(9) *Um tempo depois a família consegue montar SUA loja e reerguer SUA economia. (S 8 f)*

(10) *Sem entender direito Rodrigo senta-se ao sofá esperando uma explicação de SEU pai. (T 2 f)*

(11) *Quando José foi receber SEU dinheiro, fez tudo o que deveria fazer e abriu SUA loja. (S 1 f)*

(12) *Ele disse ao SEU filho mais velho eu quero que você me arranje um trabalho. (R 1 f)*

Nos exemplos anteriores, os contextos estariam favorecendo o pronome possessivos *seu* em detrimento de *dele*, uma vez que o emprego da construção perifrástica: *de + ele* tornaria muitas vezes as sentenças agramaticais. Conforme trabalho comentado neste estudo (Cerqueira, 1996a), à esquerda do nome seria a posição favorável para a ocorrência de *seu*. A pesquisa de Neves (2002) mostra vários contextos que estariam licenciando ocorrências de *seu* e que podemos observar nos exemplos acima. Em (8), o sintagma iniciado pela preposição *em* seria um deles; em (10), a preposição *de*; em (9), (11) e (12), os sintagmas anafóricos que ocorrem imediatamente após os itens que devem ser retomados como possuidores também seriam contextos favoráveis para *seu*.

Já foi constatado nesses exemplos preliminares que *dele*, salvo situações especiais, ocorre posposto ao núcleo do sintagma nominal. Os estudos de Cerqueira (1996a) e de Neves (2002) comprovam ser à direita do nome contexto específico para *dele*. Também este estudo comprova isso, como os exemplos abaixo ilustram.

(13) *Depois disso a família de José Fernandez Almeida recebeu o seguro e vive bem, e hoje falo a você no enterro DELE. (F 1 m)*

(14) *...e com esse dinheiro mais o meu acerto, compramos este sobrado que está a venda aqui na frente da casa da sua avó e montamos um negócio na parte de baixo DELE. (K 3 f)*

(15) *Eles tinham três carros ficou com os carros Cristiano um e um o Juliano passou 3 meses depois que o pai DELES estava desempregado eles estavam sem nada. (J 7 m)*

(16) *Marta não gosta muito da notícia, pois além de morarem com ela, agora vão precisar da ajuda DELA. (M 2 f)*

Os exemplos (13) a (16) apresentam sentenças com contextos que estariam favorecendo a forma *dele* e o emprego do pronome adjetivo possessivo *seu* poderia torná-las agramaticais ou ambíguas. Os exemplos (14), (15) e (16) com a seqüência: artigo definido + substantivo (+ adjetivo) + *dele*, de acordo com Neves (2002), seria

uma organização do grupo nominal favorecedora para *dele*. Em (13), a distância entre o sintagma e o item que irá retomá-lo anaforicamente como possuidor (sem falarmos na ambigüidade que *seu* causaria) favorecem *dele*.

2.6 HIPÓTESES ESPECÍFICAS

2.6.1 A variável nível de escolaridade deverá influenciar na realização das variantes de 2ª pessoa (*teu/seu*), favorecendo a ocorrência da forma *seu* nas séries finais do 1º grau (7ª e 8ª). De acordo com Votre (2003), a escola atua como preservadora das formas de prestígio, inculcando gostos, normas, padrões estéticos e morais, através da familiarização com a literatura nacional, impondo normas da gramática, das pessoas consideradas superiores na escala socioeconômica e outras gerando mudanças na fala e na escrita das pessoas que as freqüentam e das comunidades discursivas, criando mecanismos de resistência à mudança.

Nos exemplos abaixo, podemos constatar essa diferença, que poderá (ou não) ser confirmada nos nossos resultados estatísticos, segundo a qual casos com *teu* são mais usados nas séries iniciais.

(17) *Papai, que tau você procurar outro emprego e nos TEUS filhos procurar emprego e se nois arranjar emprego dará para nos vivermos. (T 5 f)*

(18) *Não tem dinheiro filho, Espere o natal daí TUA mãe já te dar outro. (V 6 m)*

(19) *Filho você é jovem ainda mas vai ter que ajudar, em algum emprego para podermos melhorar a nossa renda até SEU pai conseguir um novo emprego. (C 7 m)*

(20) *Ricardo, calma que SEU pai tem uma notícia ruim para vocês. (O 3 m)*

Quanto à variável nível de escolaridade, no que se refere aos pronomes possessivos de terceira pessoa, acreditamos que a forma *seu* seja mais usada pelos informantes mais escolarizados, enquanto a forma *dele* pelos menos escolarizados.

2.6.2 Em relação ao gênero do informante, espera-se que a forma possessiva de segunda pessoa, *seu*, considerada canônica nas regiões em que *você* é a forma preenchida do sujeito, seja utilizada de uma forma mais expressiva pelo gênero feminino. Vários pesquisadores da área: Fischer (1958), Sherre (1996), Omena (1996), o próprio Labov (1996) e outros que fazem parte do estudo de Paiva (2003); Oliveira e Silva (1998b) e também a pesquisa recente de Arduin (2005) comprovaram que a variável gênero tem se mostrado significativa, por isso será levada em consideração neste trabalho. De acordo com Paiva, a maioria dos estudos tem mostrado que as mulheres empregam as variantes de maior prestígio mais do que os homens e num processo de mudança, quando se trata de implementar na língua uma forma socialmente prestigiada, as mulheres tendem a assumir a liderança da mudança; ao contrário, quando a variedade a ser implementada é uma forma socialmente desprestigiada, então as mulheres assumem uma atitude conservadora e os homens lideram a mudança. Mas a autora ressalta que qualquer explicação acerca do efeito da variável gênero deve ser analisada com cautela devido às peculiaridades da organização social de cada comunidade lingüística, principalmente no que se refere à definição dos papéis feminino e masculino em cada sociedade. Menon, em trabalho de 1996, utilizando dados da fala da região de Curitiba, interpretou que haveria um ligeiro favorecimento para os homens utilizarem *teu* que poderia ser considerado como uma marca de agressividade, enquanto que as mulheres usariam ligeiramente mais *seu*, que apontaria para um discurso mais respeitoso, mais polido e mais conservador.

Os exemplos abaixo já apresentam uma amostra dessa distribuição, que pode ser confirmada *a posteriori* nos resultados estatísticos. Os informantes masculinos utilizam *teu* e os femininos, *seu*.

(21) *E que fui demitido era isso que a TUA mãe queria conversar, agora vamos economizar amanhã eu vou procurar em outro emprego. (H 6 m)*

(22) *Pelomenos temos três carros o meu o TEU e o do nosso filho mais velho que se chama Denilsom. (J 6 m)*

(23) *Vou ter que vender o meu e o SEU carro. Tente arrumar um emprego bom para poder sustentar nós. E também SUA mãe esta esperando um filho. (P 7 f)*

(24) *Família tenho que converçar com vocês, recebi uma carta de demissão, e agora o que vamos fazer para sobrevivermos, com o SEU salário querida não vai dar. (K 6 f)*

Quanto à variável gênero, no que se refere ao uso do possessivo de terceira pessoa, nossa expectativa é de que as mulheres prefiram o uso da forma *seu* em detrimento da forma não canônica *dele*, uma vez que *seu* é a variante mais conservadora, que detém maior prestígio.

2.6.3 Em se tratando da variável discurso reportado, nossa hipótese é a de que haverá maior número de ocorrências da variante *seu* no discurso reportado, concordando com o pronome *você*, forma categórica de 2ª pessoa em Curitiba, fato verificado em várias pesquisas. Quanto ao discurso reportado, de acordo com Zilles e Faraco (2002), existem tradicionalmente três classes de discurso reportado: discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre. Sobre o discurso reportado direto esses autores tecem importantes considerações sobre a forma de se reportar. Segundo eles, ao reproduzir a fala de outrem, o falante muitas vezes atribuiria atitude avaliativa a essa fala reportada, por exemplo, alterando o seu modo de falar, empregando um estilo que não seria o seu característico, mas o de outro, segundo a sua própria avaliação, reproduzindo a fala sob um juízo positivo ou sob deboche. Devido a isso, poderia empregar regras variáveis diferentes daquelas que normalmente usa na sua fala. Também existiriam os discursos reportados reais e os hipotéticos (imaginados) e que são justamente os empregados nas redações dos alunos da nossa amostra. Outro ponto que Zilles e Faraco destacam é sobre o ouvinte a quem os falantes reportam que seria elemento condicionante do dizer do informante. No nosso estudo, os alunos contaram uma história para um ouvinte hipotético, mas numa situação de formalidade, pois se trata de atividade escrita de uma aula de Português. Conseqüentemente todos esses detalhes devem ser levados em consideração na hora de analisá-los. Por causa disso, Zilles e Faraco alertam que não se

deve considerar apenas o enfoque quantitativo na análise dos dados. Observemos, então, exemplos com ocorrências de *teu* e *seu* no discurso reportado.²⁹

(25) *Sim eu até poderia vender meu carro Diogo mas eu uso mais do que você, usaria para vender meu carro, mais tarde eu posso até pensar em vender o meu carro se a TUA mãe ganhasse uma carta de demissão. (E 8 m)*

(26) *Israel você tem que entender que nós não vamos conseguir manter 3 carros, com o salário de SUA mãe. E quando nossa situação melhorar nós compramos outro carro. (L 8 f)*

Quanto às ocorrências dos possessivos de 3ª pessoa, nossa hipótese é de que nos trechos em discurso não-reportado deverão preponderar ocorrências do pronome possessivo *seu* e no discurso reportado a forma possessiva *dele* prevalecerá. Podemos observar abaixo dados com as duas formas em competição. Em (27), temos dado com *seu* no discurso não reportado e, em (28), dado com *dele* no discurso reportado.

(27) *João era um homem muito trabalhador, era jornalista, o SEU trabalho era muito importante para ele não só pelo dinheiro mas pelos SEUS sonhos de ser dono de um jornal. (R 5 f)*

(28) *Mulher vamos vender um ou dois carros que eu fui demitido. Mais calos eu trabalho com o meu e felipe com o DELE e você leva a mãe para o medico dous vezes por semana e a nossa casa é da mãe e não pagamos aluguel... (B 6 f)*

2.6.4 A variável relações interpessoais no discurso reportado deverá influenciar na realização das variantes *teu/ seu* de segunda pessoa.³⁰ Estudos mostram que não só a escola, mas também a família teria uma certa influência na realização da variante que denota maior grau de respeito, principalmente quando os filhos forem os emissores ao se dirigirem aos pais ou quando as personagens estiverem se referindo a pessoas mais velhas. Seriam, nesses casos, relações assimétricas. Por outro lado, quando os pais

²⁹ Todas as vezes que citamos discurso reportado, estaremos nos referindo ao discurso reportado direto.

³⁰ Há, além das relações interpessoais no discurso reportado, sinais da linguagem, como o uso de imperativos, por exemplo, para identificar as relações simétricas ou assimétricas entre os interlocutores. Esses sinais, porém, não serão considerados neste trabalho.

estiverem dialogando entre si, por exemplo, teremos, nesse caso, relações entre iguais ou simétricas (Brown e Gilman, 2003). Conforme Menon (1995 e 1996), as relações de intimidade/não intimidade, de poder, de familiaridade, de respeito e de formalidade na relação falante/possuidor determinam as formas de tratamento e são fatores de decisão no emprego dos possessivos *teu/seu*.^{31 32}

Essas diferenças interpessoais podem ser encontradas nos exemplos seguintes. Em (29) e (30), os filhos utilizam *seu* como pronome de segunda pessoa ao se dirigirem aos pais; em (31), o pai emprega *sua avó* ao se referir a uma pessoa mais idosa. Seriam portanto relações de respeito ou assimétricas de inferior para superior. Em (32) e (33), os pais empregam *teu* ao se dirigirem aos filhos e, em (34), o marido emprega *teu* ao se dirigir à esposa caracterizando relações de intimidade ou familiaridade; no primeiro caso, relações assimétricas de superior para inferior e, no segundo caso, relações simétricas (entre iguais).

(29) Então Pai! com SEU acerto, você pode montar o SEU próprio negócio, até conseguir um emprego, depois que o senhor começar a trabalhar, nós tomamos conta pra você trabalhar socegado. (E 3 f)

(30) Mas é claro pai eu ajudo com o maior prazer a pagar SUAS contas no banco pai. (J 6 m)

(31) Quando eu tiver com um emprego bom agente vai lá no centro comprar roupas e calçados novos para agente ficar mais bonitos, e as roupas velhas nós vamos lá e doamos para aquela igreja da esquina ou para aquele orfanato perto da casa de SUA avó. (G 6 m)

(32) Matheus, sendo que TEU pai poderia de dar tudo o quê você precisa para ter um futuro melhor, mas foi você que não quis. (V 7 f)

³¹ Embora as pesquisas de Menon (1995 e 1996) enfoquem os múltiplos aspectos das relações interpessoais, neste estudo iremos nos limitar apenas às relações simétricas e assimétricas entre os membros da família, devido também às próprias limitações das amostras estudadas.

³² Kato (1985) também considera essas diferenças entre as variantes de segunda pessoa. Segundo ela, em situações reais de comunicação, *seu* indicaria maior distância e *teu*, maior proximidade.

(33)³³ *Mas eu tenho uma solução, vou vender o meu carro e o TEU, Pedro, e vamos levando, até eu arrumar um novo emprego, eu tenho uma boa experiência, talvez consiga logo um emprego. (N 3 f)*

(34) *Eu sei Fer so que ele não podia me demitir se eu não fiz nada para ele fazer isso comigo, e agora vamos fiver so com o TEU dinheiro o não. (G 6 f)*

Quanto à variável relações interpessoais nos possessivos de terceira pessoa, acreditamos que nas relações simétricas e assimétricas (de superior para inferior) a forma *dele* seja mais recorrente e nas relações assimétricas (de inferior para superior) a forma *seu* prevaleça, mantendo assim a hierarquia de poder entre as pessoas.

2.6.5 Com relação apenas à terceira pessoa, a ambigüidade de *seu* deverá ser resolvida pelo contexto ou com o emprego da variante *dele*. Aliás, acreditamos que um dos principais motivos que justificam a existência dessa forma composta (*de+ ele*) é justamente para resolver esses casos de ambigüidade. Menon (1996) explica que, “no subsistema dos pronomes possessivos, a ambigüidade de *seu*, já percebida no português arcaico, foi ‘resolvida’ pela introdução do *dele*, primeiro pleonástico, depois pronome pleno, já aceito como fato consumado por alguns gramáticos”.

Vejamos os exemplos abaixo:

(35) *O SEU filho mais velho comprou um carro novo com SUAS economias. (A 6 m)*

(36) *Mas denílson não vai querer vender o SEU carro pois ele foi reformar inteirinho. (J 6 m)*

(37) *Só que se ele não trabalhar eu vendo o carro DELE, é claro eu também vou procurar outro emprego e quem sabe eu não ganhe mais. (B 7 f)*

³³ Exemplo retomado de (1).

(38) *O Marcos; ele pode trabalhar, ele já terminou o 1º e 2º grau, e na idade DELE é muito mais fácil conseguir um trabalho bom. (M 7 f)*

(39) *Meu filho mais novinho, ainda uma criança, quem diria que a resposta DELE seria a mais sensata, sabe só o que ele respondeu? (E 3 m)*

No primeiro caso (35), podemos interpretar *suas economias* como as do *seu filho mais velho*, mesmo assim a ambigüidade não pode ser descartada, porque se trata de discurso reportado e, no sintagma do sujeito, *seu* refere-se ao pai (o pai é o possuidor, o filho é o possuído); no sintagma do adjunto adverbial *com suas economias*, *suas* pode se referir também ao pai. A mesma ambigüidade de *seu* pode ocorrer no segundo exemplo (36). *Denílson* é o proprietário do *carro*, daí *seu carro*, mas o ouvinte também pode ser o proprietário. Já nos exemplos com *dele* (37), (38) e (39) não ocorre ambigüidade.

2.6.6 Com relação à variável animacidade a respeito da terceira pessoa, trabalhos (Oliveira e Silva, 1984, 1991 e 1998a) apontam que o traço [+animado], semanticamente referindo-se a seres vivos, deverá privilegiar a forma *dele*, enquanto que o traço [-animado], semanticamente referindo-se a seres inanimados, deverá favorecer *seu*. De acordo com Oliveira e Silva, o fator [+animado] favorecerá a forma *dele* e o fator [-animado] a desfavoreceria.

Observamos nos exemplos seguintes que o traço [+animado], *filho* (40) e (41), *esposa* (42) e (43), favorece *dele* e o traço [-animado], *casa* (44) e *problemas* (45), favorece *seu*.

(40) *O filho DELE disse: (J 5 f)*

(41) *O Leonardo filho DELES disse: (W 5 m)*

(42) *Numa tarde, Pedro chegou em casa chorando e falou para a esposa DELE! (E 5 m)*

(43) *Naquela tarde o empresário chegou em casa chorando e a esposa DELE disse: (J 5 f)*

(44) *Um homem ligou na SUA casa e disse que tinha um emprego. (D 7 f)*

(45) *A família Souza, com SEUS problemas, serto dia chegou uma carta pelo correio informando que o Senhor Souza seria demitido,... (V 7 m)*

Quanto aos possessivos de segunda pessoa, nossa hipótese é de que o uso de *teu* ou de *seu* não esteja sendo influenciado por traços semânticos dessa natureza.

2.6.7 Quanto à variável genenericidade do referente³⁴, nossa expectativa é de que na terceira pessoa, o traço [+ genérico] deverá favorecer a variante *seu*; em contrapartida, o traço [+específico] deverá favorecer *dele*. Conforme o estudo de Oliveira e Silva (1991) sobre “definitude” através do comportamento das variáveis dos possessivos de terceira pessoa *seu/dele*, fatores como sem referente, [+genérico], [+abstrato], [-definido] favorecem a forma *seu*.

Podemos observar alguns exemplos abaixo que estariam apresentando essas restrições semânticas. Em (46), o pleonasma cristalizado teria um sentido [+genérico], pois todos que não possuem casa almejam adquirir *sua casa própria*. Já em (47), *para a casa dele* semanticamente parece que vai muito além do aspecto material do imóvel, podendo significar lar, aconchego familiar da personagem após ter passado por uma *decepção*, portanto num sentido [+específico].

(46) *Manoel, usando o conhecimento que tem no ramo de refrigerantes abre uma loja de consertos, e com o sucesso consegue comprar a SUA casa própria. (A3m)*

(47) *Depois desta decepção, foi para a casa DELE, ficou uns dois meses sem trabalho, só com é sendo da mulher que é de um quarto do salário mensal,... (J 6 m)*

³⁴ Neste momento, vamos opor apenas os traços [+ genérico] e [+específico], diferentemente de Oliveira e Silva.

Observemos os outros exemplos. Em (48), *seu carro* trata-se de um *carro* ainda não citado, portanto [-definido], enquanto, no exemplo (49), *dele* é anáfora de *filho mais novinho*, portando [+definido].

(48) Rapidamente o filho mais velho no momento com dezenove anos, oferece ao pai que venda SEU carro para obter algum dinheiro. (S 3 f)

(49) Meu filho mais novinho, ainda uma criança, quem diria que a resposta DELE seria a mais sensata, sabe só o que ele respondeu? (E 3 m)

Acreditamos que aqui, também, não haja restrição semântica condicionando o uso de uma ou outra forma possessiva de segunda pessoa (*teu/seu*).

CAPÍTULO 3

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 A Teoria da Variação e Mudança

Este estudo apóia-se na “Teoria da Variação Lingüística” postulada inicialmente pelo americano William Labov, cujo interesse recai nos estudos empíricos que fornecem resultados estatísticos e probabilísticos relativos aos condicionamentos das formas lingüísticas que determinam ou condicionam a variação e a mudança.

Em 1963, Labov publica *The social motivation of a sound of change*³⁵. Trata-se de sua pesquisa realizada na Ilha de Martha’s Vineyard, Massachussetts, Estados Unidos, sobre o processo de centralização dos ditongos (ay) e (aw) no inglês falado na localidade. Ao final, o pesquisador chegou à conclusão de que o uso de uma ou de outra variável estaria correlacionada a fatores sociais como idade, sexo, ocupação, origem étnica e região, como uma maneira de marcar a identidade cultural da ilha.

Em 1966, Labov realiza nova pesquisa: *The social stratification of (r) in New York city department stores*, onde investiga a presença/ausência do [r] em posição pós-vocálica na língua falada na cidade de NY. A conclusão a que chegou foi a de que o uso do [r] estaria novamente condicionado à estratificação social, como marca de prestígio.

Labov, ao analisar a fala dos indivíduos das comunidades acima referidas, verificou a heterogeneidade da língua dentro de um contexto social. Observou, por exemplo, que as variações não seriam aleatórias, mas obedeciam a regras próprias de acordo com os fatores que as estariam condicionando, em situações reais de uso. Essa nova forma de encarar a língua passou a considerar a variação essencial à própria natureza da linguagem humana, como se a ausência de variação é que necessitasse ser explicada.

³⁵ Tanto a discussão do trabalho de 1963, quanto a do trabalho de 1966 podem ser encontradas no livro *Sociolinguistic patterns* (capítulos 1 e 2), de Labov (1972).

Dessa forma, a Sociolinguística estava se impondo às concepções linguísticas anteriores que consideravam a variação apenas um acidente e não como uma característica essencial das línguas como a do mecanicismo de Bloomfield, a teoria glossemática de Hjelmslev, o gerativismo de Chomsky (Monteiro, 2000). Inclusive, alguns desses autores foram alvos de críticas por parte de Labov (1972) em seu famoso texto *The study of language in its social context*. Saussure é criticado ao separar a língua em *langue* e *parole*, principalmente por apresentar um paradoxo difícil de equacionar, segundo Labov, pois se todos os falantes possuem um conhecimento da *langue*, é possível estudar o aspecto social da linguagem pela observação de um indivíduo, mas o estudo da *parole* (individual) só pode ser feito pela observação da linguagem em seu contexto social. Já a principal crítica a Chomsky é por apresentar como objeto da linguística uma comunidade de fala abstrata, homogênea, com falante-ouvinte ideal que não existe; ele seria, portanto, segundo Labov, apenas uma construção teórica.

Camacho (2003) retoma as concepções e críticas de Labov ao dizer que a Linguística, até então, procurava isolar a língua numa situação ideal abstraído a variação para torná-la coerente e controlável, sendo essa a postura do estruturalismo saussuriano que, ao estabelecer a dicotomia língua e fala, separa o que é geral e social, a língua, do que é particular e individual, a fala. Com essa idealização, o estruturalismo cria um objeto de estudos de natureza estritamente linguística, ou um objeto formal. Ainda, segundo Camacho, a posição de Chomsky mantém a concepção saussureana na redução dos fenômenos a um modelo formal denominado de competência, pois devido à variabilidade inerente da linguagem humana, a única possibilidade viável de se estudar a competência seria isolá-la do desempenho para garantir distância segura entre o objeto de estudo e seu contexto social.

Diferente dessas concepções, a Sociolinguística assume um ponto de vista que passa a ver a língua como algo, que se desenvolve e se transforma no espaço, no tempo, na esfera social e em seu próprio sistema, caracterizando-se como um organismo dinâmico e heterogêneo. Procura ver e analisar a língua levando em consideração todo tipo de variação, eliminando nas suas análises os chamados preconceitos linguísticos, mesmo que algumas variantes sejam, no meio social, mais prestigiadas do que outras. Com a Sociolinguística, portanto, novas perspectivas foram lançadas sobre o objeto de

estudo dos cientistas da linguagem. Tais perspectivas levaram-nos a adicionar o componente social à língua e a insistir na estreita relação desta com a sociedade. É uma nova concepção de língua que traz consigo a noção de mudança lingüística.

Labov lançou, então, as bases para uma pesquisa teoricamente coerente e metodologicamente eficaz para a descrição da língua em uso numa perspectiva sociolingüística (Mollica, 2003), a Teoria da Variação Lingüística. Com o chamado envelope de variação, descrição detalhada das “variantes lingüísticas”³⁶, composto por variáveis dependentes e por variáveis independentes, o pesquisador conseguirá verificar quais os fatores lingüísticos e extralingüísticos que estariam condicionando a variação estudada. Após o tratamento estatístico dos dados coletados, o pesquisador terá também condições de avaliar até que ponto uma das formas em competição estará prevalecendo sobre a outra ou as outras para, finalmente, voltando à metáfora de Tarallo (2002), descobrir quem venceu “a batalha”, se é que houve algum vencedor.

3.1.1 A variação na sintaxe

As pesquisas de Labov dos anos 60 e 70, principalmente no âmbito da fonologia, causaram grande impacto na comunidade lingüística e foram adotadas como um importante modelo de descrição para os pesquisadores da área. Devido a isso, ele é considerado o representante maior da corrente sociolingüística denominada de variacionista e sua influência propagou-se por diversas regiões do mundo (Monteiro, 2000).

Seus trabalhos, porém, não ficaram imunes a críticas. Tal fato ocorreu quando Labov publicou um trabalho em conjunto com Weiner (1983) levando a discussão da variação sociolingüística para o plano da sintaxe. Nesse trabalho, as passivas sem agente e as ativas generalizadas foram consideradas como variantes de uma mesma variável, porém mantendo o mesmo significado, embora socialmente não significativas. O que favoreceria a escolha de uma ou outra forma em competição seriam fatores internos. Esse estudo foi alvo de críticas e de polêmicas. Sendo uma delas provocada por Lavandera (1977) que questiona até que ponto seria válido estender-se a outros níveis

³⁶ Variantes lingüísticas - duas ou mais maneiras de se dizer a mesma coisa, em um mesmo contexto, com o mesmo valor de verdade.

de análise (sintático, morfológico, léxico) a noção de variável lingüística desenvolvida originalmente com base em dados fonológicos. Seria necessário, segundo ela, demonstrar que variáveis sintáticas, por exemplo, tivessem o mesmo valor de verdade antes de tratá-las como variáveis lingüísticas. Labov (1978) contestou Lavandera afirmando que significados sociais e estilísticos não seriam fundamentais. O mais importante seria chegar à gramática da língua e à competência lingüística dos falantes, o que significa dizer que, mais do que medir o peso dos fatores sociais, os trabalhos de (sócio)lingüística deveriam obter um retrato da estrutura gramatical da língua. A maneira como as regras gramaticais cumpririam as funções de acomodação e de identificação seria um passo posterior da análise.

De acordo com Oliveira (1987), dessa discussão entre Labov e Lavandera, pode-se depreender que a noção de variantes e variáveis lingüísticas depende de restrições em termos de contexto e de valor de verdade: “dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas e têm o mesmo valor de verdade devem ser considerados variantes de uma mesma variável”. Com relação ao contexto, o autor arrola exemplos que não se constituiriam em variantes de uma mesma variável, uma vez que seriam controlados por fatores estruturais ou não-estruturais determinando que somente uma das formas aconteça e cita como um dos exemplos as pronúncias alternativas de *palha x paia*, objeto de um trabalho seu e que fora tratado “indevidamente” como caso de variação. Na verdade, segundo o autor, um favelado só diz *paia* e nunca diz *palha*, porque essa última forma não existiria no seu léxico.

Com relação ao valor de verdade, o autor questiona sobre o que seria dizer a mesma coisa? A resposta dependeria em grande parte da noção de sinonímia e no caso das análises sociolingüísticas a sinonímia seria limitada ao valor de verdade. O próprio Labov (1978) nos diria que o lingüista formalista expandiria os significados representacionais e o sociolingüista os limitaria. Então, o autor faz alguns questionamentos sobre as sentenças *João comeu* e *O que João fez foi comer*. Questiona Oliveira: essas sentenças teriam o mesmo significado? Seriam ou não variantes de uma mesma variável? E, se nos limitarmos ao valor de verdade, poderemos ou não usar as nuances de significado como contexto? Dependendo das respostas que dermos a essas perguntas, segundo o autor, poderemos restringir bastante os candidatos a possíveis variáveis lingüísticas.

Na questão da seleção dos parâmetros de análise, de acordo com Oliveira, uma vez detectado um caso de variação (no mesmo contexto e dizendo a mesma coisa), deveremos preferir a análise que minimizar a variação, ou seja, seria mais interessante restringirem-se as regras variáveis a deixar que elas proliferem, porque, do ponto de vista diacrônico, os casos de variação foram (ou são) resolvidos mais cedo ou mais tarde. Exemplos: podem ser encontrados nas gramáticas históricas. Do ponto de vista sincrônico, eles também tenderiam a ser resolvidos, já que, segundo o autor, os sistemas lingüísticos conspiram contra as variações.

Outro estudo sobre a variação na sintaxe é o de Bentivoglio (1987). A pesquisadora venezuelana afirma que a maioria das pesquisas sociolingüísticas se desenvolveram na fonologia e que seria mais difícil de se conseguir grande quantidade de dados na sintaxe. E cita alguns estudiosos que seriam contra os estudos variacionistas na sintaxe, apontando Lavandera como uma das mais representativas.

Colocando-se numa posição de neutralidade, ou seja, não compartilhando de nenhuma das duas posições (a variacionista e a anti-variacionista), a autora primeiramente procura expor as dificuldades de se encontrar contextos iguais para a sintaxe e conclui que os postulados do variacionismo laboviano teriam a sua aplicação restrita nesse campo, ao contrário do que acontece na fonologia, e propõe que se aproveite para as análises sintáticas tanto o que se aprendeu com o variacionismo como as contribuições das diferentes correntes funcionalistas-comunicativas e que os resultados obtidos quantitativamente recebam interpretações qualitativas. E estabelece três princípios que deveriam nortear as pesquisas sobre sintaxe e que, segundo ela, estariam de acordo com as linhas de pesquisas lingüísticas realizadas no seu país.

Para o primeiro princípio ela adota o pensamento de Lavandera de que 'toda diferença de forma indica alguma diferença de significado, ao menos que existam claras provas em sentido contrário' (Lavandera, 1977). O segundo princípio seria, segundo Bentivoglio, que, numa dada língua, existiriam múltiplos mecanismos sintáticos dos quais o falante selecionaria os que melhor lhe conviessem em cada situação de fala, aos seus propósitos comunicativos que seriam, em última instância, aqueles que se fazem entender o mais claramente possível pelo ouvinte. E o terceiro desses princípios diria

que a utilização funcional desses mecanismos sintáticos só se poderia observar dentro do contexto discursivo. E conclui este princípio citando Urbaneta: ‘os atos lingüísticos não existem por si sós, senão em função de um objetivo comunicacional’ (Urbaneta, 1985; apud Bentivoglio).

De acordo com esses princípios, poderíamos analisar as ocorrências, utilizando o enfoque variacionista clássico, modificado por Lavandera e enriquecido pelas contribuições da Análise do Discurso, ou seja, considerar sempre os fenômenos dentro do contexto. Dessa forma sim, para certas construções, seria possível utilizar o enfoque laboviano na sintaxe, conforme Bentivoglio.

Em seguida, a autora discute alguns exemplos de pares de sentenças da língua espanhola que poderiam ser casos de variação sintática como um par com pluralização e sem pluralização do verbo *haber* em seu uso impessoal, outro com uso do possessivo anteposto e posposto à unidade léxica e outros exemplos.

Após esses enfoques, a pesquisadora apresenta a sua proposta de que não seria necessário classificar os estudos sintáticos em variacionistas ou não-variacionistas. O importante seria a contribuição deles para os conhecimentos da língua estudada e que deveríamos, sim, utilizar as análises sociolingüísticas, pois não seria cientificamente desejável abandoná-las, mesmo porque uma metodologia que recolhe extensos *corpora* de fala, incluindo diferentes parâmetros sociolingüísticos como gênero, idade, nível sócio econômico, etc., utilizando recursos estatísticos apropriados, não poderia causar prejuízo a nenhuma análise. Porém, se os fatores extralingüísticos se mostrarem irrelevantes, aí sim, se analisarão apenas os lingüísticos.

E apresenta o resultado de duas pesquisas recentes: da pluralização do verbo *haber* impessoal e do uso do possessivo (anteposto ou posposto), citadas anteriormente, que analisaram o uso de uma construção *versus* o uso de outra no mesmo contexto e cujos resultados apontariam para uma possível estratificação social desses fenômenos sintáticos na fala de Caracas. De acordo com a interpretação de Bentivoglio para os resultados estatísticos, haveria indícios de uma covariação entre os empregos sintáticos e as variáveis sociais: o nível baixo da população empregaria a forma pluralizada de *haber* e o possessivo posposto mais do que os níveis médio e alto.

Demonstrando preocupação com os resultados, a pesquisadora afirma haver necessidade de um programa coordenado de pesquisas sintáticas para procurar auxiliar as pessoas que se preocupariam com o estado do espanhol e o seu ensino no país, mas que tal programa inexistiria na Venezuela, naquele momento.

Em seguida, Bentivoglio mostra o que seria um exemplo de mudança lingüística em progresso: o estudo em que Sedano teria descoberto e teria chamado de *verbo ser focalizador* a presença do verbo *ser* em sentenças da língua espanhola falada da Venezuela do tipo: ... *yo queria era fresas* e ...*me da miedo es la arena*, em que o verbo *ser* estaria cumprindo uma função pragmática. Seria um sinal para pôr em relevo os elementos a sua direita, podendo-se comprovar tal fato, eliminando o verbo dos contextos examinados e mesmo assim as sentenças manteriam o mesmo significado referencial (Sedano, 1985; apud Bentivoglio). Em seguida, a autora discute o fato de que essas construções seriam um ‘venezuelanismo sintático’, presentes apenas na língua falada recente da Venezuela, não compartilhada com outros países, sabendo-se muito pouco sobre sua origem e difusão e, apesar de tudo, não estigmatizada. E a análise teria mostrado que essas construções se dariam com maior freqüência entre homens jovens (15-29 anos) do nível sócio-econômico baixo. Bentivoglio afirma também que, dentre as hipóteses de Sedano, a primeira, de que essas sentenças poderiam estar em variação com as pseudocindidas como *yo lo que queria era fresas* e *lo que me da miedo es la arena* e a segunda, de que suplantariam em certos contextos as pseudocindidas por serem mais simples, esta, segunda hipótese, poderia explicar a rápida propagação do seu uso.

Finalizando, Bentivoglio ressalta a necessidade dos conhecimentos acumulados não só para a Lingüística como também para outras disciplinas e que os estudos de Sedano, em que se descrevem as variáveis sociais ligadas à aparição do fenômeno e as suas hipóteses da funcionalidade comunicativa e da simplicidade estrutural, poderão ser, no futuro próximo, uma forma de recuperar o aparecimento dessas construções, quando elas tiverem passado também para a língua escrita e essas primeiras hipóteses estiverem superadas por outros enfoques mais avançados.

Faremos agora uma breve discussão a respeito de alguns exemplos de possessivos de segunda pessoa, apresentados na seção 2.5.1.

(1) *Mas eu tenho uma solução, vou vender o meu carro e o TEU, Pedro, e vamos levando, até eu arrumar um novo emprego, eu tenho uma boa experiência, talvez consiga logo um emprego (N 3 f)*

(2) *Por mais que você resolva trabalhar so TEU dinheiro e o da sua mãe seriam suficiente. (P 3 m)*

(4) *Só com o SEU trabalho, não vai dar pra segurar a barra. (W 8 m)*

(5) *Camila, chame SUA mãe, e SEU irmão, quero dar uma notícia a vocês. (S 8 f)*

Substituindo em (1) e (2) o pronome possessivo *teu* por *seu* comprovamos que eles mantêm o mesmo valor de verdade em ambos os exemplos:

(1a) *Mas eu tenho uma solução, vou vender o meu carro e o SEU, Pedro, e vamos levando, até eu arrumar um novo emprego, eu tenho uma boa experiência, talvez consiga logo um emprego.*

(2a) *Por mais que você resolva trabalhar so SEU dinheiro e o da sua mãe seriam suficiente.*

O mesmo acontece em (4) e (5) ao substituirmos *seu* por *teu*, como podemos observar em (4a) e (5a).

(4a) *Só com TEU trabalho, não vai dar para segurar a barra.*

(5a) *Camila, chame TUA mãe, e TEU irmão, quero dar uma notícia a vocês.*

Entretanto, ao revermos exemplos com dados de terceira pessoa, da seção 2.5.2, notamos que a alternância entre *seu* e *dele* nem sempre é possível.

(13) *Depois disso a família de José Fernandez Almeida recebeu o seguro e vive bem, e hoje falo a você no enterro DELE. (F 1 m)*

(14)... *e com esse dinheiro mais o meu acerto, compramos este sobrado que está a venda aqui na frente da casa da sua avó e montamos um negócio na parte de baixo DELE. (K 3 f)*

Substituindo (13) e (14) por (13a) e (14a) constatamos que os exemplos tornam-se agramaticais ou ambíguos, não se mantendo, portanto, o mesmo valor de verdade:

**(13a) Depois disso a família de José Fernandez Almeida recebeu o seguro e vive bem, e hoje falo a você no enterro SEU.*

**(14a) ...e com esse dinheiro mais o meu acerto, compramos este sobrado que está a venda aqui na frente da casa da sua avó e montamos um negócio na parte de baixo SUA.*

3.1.2 A variação estilística

Segundo Labov (2003[1969])³⁷, um dos princípios da investigação sociolinguística seria o de que não há falantes com um único estilo. Todo falante mostrará alguma variação nas regras fonológicas e sintáticas de acordo com o contexto imediato da fala. Tais mudanças estilísticas seriam determinadas pelas relações do falante com o ouvinte e particularmente com as relações de poder entre eles, ou também por um contexto social no âmbito da escola, trabalho, casa, vizinhança, igreja ou ainda com referência ao assunto. Deve-se acrescentar que a extensão estilística e a competência do falante podem variar enormemente. Crianças ainda poderiam ter uma extensão mais restrita, homens velhos também, porque a motivação para a mudança de estilo para esta última geração teria desaparecido juntamente com a preocupação com as relações de poder.

³⁷ O texto de Labov (2003) é uma reimpressão do artigo: “Some Sociolinguistic Principles” in *The Study of Nonstandard English*, 1969, p. 19-38.

Princípios como os colocados acima, ressalta Labov, deveriam ser considerados ao se conduzirem pesquisas com entrevistas face-a-face, não se julgando o estilo usado, nessa situação, como o padrão absoluto de casualidade do falante, pois ele estaria utilizando um estilo relativamente cuidadoso, diferente do mais casual e íntimo que usa com seus amigos ou com sua família, por exemplo. E, embora haja técnicas de se conseguir uma fala mais casual, numa entrevista, a forma mais confiável de se conseguir isso seria observar o falante interagindo na sua vida cotidiana sem a presença do observador.

Em seguida, o pesquisador argumenta que variáveis sociais bem desenvolvidas mostrariam uma extensão sistemática de mudança de estilo correlacionada com a atenção prestada à fala e apresenta exemplos comuns a quase todos os dialetos do inglês como a pronúncia de *th* de *thing* e *that* podendo aparecer como fricativa suave, a variante padrão e *t* como um som fortemente articulado, também como uma combinação dos dois ou como zero em *Gimme'at*. Essas formas seriam bem misturadas e graduadas para cada nível estilístico, em níveis absolutos para grupos sociais diferentes. E aponta outros exemplos como a alternância das pronúncias de *-ing/-in* em sílabas átonas; o *r* mais ou menos pronunciado de *car/card*, sendo que a pronúncia considerada padrão seria a das redes de televisão e a pronúncia cuidadosa da classe média e que quase todos os falantes mais jovens e de meia idade mostrariam alguma mudança de estilo e usariam + [r] num estilo mais formal e – [r] num estilo casual.

Quanto às variáveis sintáticas que mostrariam mudança de estilo, de acordo com Labov, elas seriam bem conhecidas embora se tenha perdido o conhecimento exato de onde e quando essas características seriam usadas para sinalizar mudança de estilo. E cita exemplos como *ain' t*, que teria uma avaliação sociolinguística por parte dos falantes nativos na sua avaliação social da forma. Outro exemplo seria o da negativa dupla que permitiria aos falantes expressar as negativas de jeito enfático e também registrar a adesão à forma não padrão, estilisticamente oposta à forma padrão. Outro caso seria o das duas formas da passiva em inglês: a forma coloquial com *got* em *He got run over* e a forma padrão com *to be* em *He was run over*. Devido ao fato de dialetos não padrão dependerem da passiva com *got*, a passiva com *be* teria adquirido um gosto padrão que não teria se não fosse a forma oponente.

Em quase toda entrevista, continua Labov, se encontrariam falantes fazendo correções, mas tais correções iriam em direção a um estilo mais formal se houvesse mais atenção dispensada à fala e, ao contrário, se houvesse uma atenção mínima à fala.

Argumenta Labov que as variáveis sociolingüísticas encontradas no inglês americano são raramente confinadas a um ou outro dialeto mas normalmente vão de um extremo da extensão estilística para outro. Algumas nunca serão usadas no inglês literário ou formal, mas os dialetos diferem na forma como seriam usadas as variáveis, isto é, na distribuição das frequências ao longo da extensão estilística. E, na questão da variação na sintaxe, o ideal seria a organização de uma gramática pandialetal ou multidialetal para os vários dialetos, embora existam dialetos bem diferentes dos outros como é o caso do inglês negro não padrão, que pareceria ter um sistema diferente.

Já, para comunidades bilíngües, Labov afirma que pesquisas mostraram que os repertórios lingüísticos dos falantes poderiam incluir, mais do que línguas individuais, uma ampla extensão de estilos em uma língua e uma estreita extensão em outra, ao contrário dos indivíduos monolíngües, que dominariam vários estilos, especializados para vários domínios.

Ao abordar a questão da estratificação da linguagem, Labov defende a idéia de que em cada estilo haveria uma estratificação social, portanto o contexto social do falante se refletiria no seu uso das variáveis estilísticas; e que cada grupo de falantes modelaria seu estilo formal no comportamento de fala daqueles grupos um ou dois graus acima na escala social. A secretária, por exemplo, padronizaria sua fala formal na fala do seu chefe, já a fala formal para os trabalhadores da loja que raramente ouvem a linguagem das pessoas da administração diretamente teria como modelo a fala de trabalhadores de escritório e secretárias. A tendência à insegurança lingüística sentida por um grupo particular teria a proporção do reconhecimento de um padrão externo de correção e desde que professores teriam saído da classe média baixa americana, o comportamento da hiper-correção, observado nessas pesquisas de Labov, deveria ser considerado ao se planejar um programa educacional.

Na questão das escolhas lexicais, elas seriam determinadas por regras de co-ocorrência. Na 2ª pessoa do singular do inglês, por exemplo, “*thou*” é empregada com a forma do verbo “*hast*”, não se podendo mudar “*you have*” para “*you hast*” ou “*thou have*”; ao invés disso, ambas as mudanças devem ter acontecido juntas.

Ao contrário das situações sociolinguísticas estáveis, consideradas anteriormente, num processo de mudança, segundo Labov, haveria uma tendência para as novas formas serem adotadas por um grupo social e só gradualmente se propagarem para os outros. O valor social atribuído a essas formas derivaria de valores associados aos grupos que as introduziram. Exemplificando, gírias introduzidas pelos guetos negros teriam um tipo de prestígio e seriam usadas na fala mais casual, enquanto pronúncias alternativas introduzidas pelos falantes da classe média baixa gradualmente se espalhariam para grupos sociais mais baixos e mais altos. E o valor social associado ao item só desapareceria quando a mudança se completasse, porque aí a possibilidade de escolha teria desaparecido.

De acordo com Labov, a estratificação étnica da sociedade também se refletiria nos padrões linguísticos. E exemplifica com pronúncias de falantes, de várias etnias, da palavra “*bad*” com o aumento da vogal, para se igualar a “*beard*”, pronúncia dos italianos. Muitas vezes características de um dialeto de uma região seriam transportadas para outra como a semelhança entre as pronúncias de *i* e *e*, antes de nasais, em palavras como *pin* e *pen*, do dialeto dos negros do sul dos Estados Unidos, transportado para um ambiente urbano, tornando-se um marcador de classe e etnia.

Quando o grupo étnico ainda preserva uma língua estrangeira para pelo menos um domínio social, nós encontramos claros traços dela no seu inglês. Alguns sotaques estrangeiros teriam alto prestígio nos Estados Unidos como o francês, embora pequeno número de imigrantes fale essa língua. Quem aprende o inglês como segunda língua, no final da adolescência, mostra o padrão e não o coloquial nas pesquisas.

Em seguida, Labov formula três tipos de regras linguísticas ou regras variáveis. Regras do Tipo I seriam automáticas e não aprendidas na escola. Por exemplo, o uso opcional das regras de contração do *is* por *'s* em *He's here, but not* mas não em **Here*

he's ready, but not. Tais regras existiriam em todas as formas de comportamento social. São difíceis de detectar por nunca serem violadas e ninguém pensar sobre elas. Formariam a coluna vertebral da estrutura lingüística. Regras do Tipo II, normalmente ensinadas na escola, seriam as regras para as pessoas falarem corretamente, através das expressões: “Não faça isso de jeito nenhum”. “Não diga *ain't!*” “A não ser que você queira falhar ou ser considerado estúpido ou mal educado.” Muitas vezes as pessoas violariam intencionalmente essa regra por motivo de humor. Seria comum encontrar regras do Tipo II no começo de uma mudança lingüística em progresso, porque a forma ainda seria rara o suficiente para ser observada. Regras do Tipo III seriam bem comuns em inglês. Por exemplo, não haveria instruções fixas para a pronúncia do *th* de *then*, mas aqueles que pronunciam *then* com som de *d-* seriam estigmatizados como não educados ou de classe baixa, portanto, conforme Labov, embora haja escolhas para o uso de uma ou de outra forma, elas não estariam em variação livre e, apesar do fato de não poderem ser violadas por qualquer pronúncia dada de uma palavra, elas seriam uma parte importante da nossa competência lingüística.

Sobre as normas lingüísticas, Labov afirma que o comportamento lingüístico mostraria a diferenciação social e, na sociedade americana, as normas da classe média, por ser o grupo dominante, é que seriam adotadas na escola, negócios e comunicação de massa. Certas formas lingüísticas como a fricativa *th* em *then*, forma considerada padrão e outras seriam mais adequadas para pessoas que têm certos tipos de trabalho como anunciante de televisão, professor, gerente de escritório e outros. Ao contrário, a linguagem não padrão como a pronúncia de *d-* em *then* seria característica de pessoas rudes e grosseiras pelo menos este seria o estereótipo sofrido por essas pessoas; valores que muitas vezes seriam reforçados pela própria escola.

A estabilidade e a uniformidade de valores sociais em relação à linguagem, conforme Labov, seriam extraordinários. Na própria sociedade americana, todos os grupos sociais compartilhariam o mesmo conjunto de normas em linguagem correta e pública. Figuras radicais e revolucionárias, salvo alguns casos isolados, usariam em seus discursos o inglês da comunidade da classe média, aquele que é ensinado na escola. Como por exemplo, os líderes do movimento nacionalista negro.

Um princípio sociolinguístico importante para Labov é o seguinte: as pessoas que usariam o grau mais alto de uma forma estigmatizada na sua própria fala casual seriam também os mais rápidos em estigmatizá-la na fala de outros. Este princípio teria conseqüências importantes na sala de aula. O professor da mesma comunidade teria a vantagem de poder detectar e corrigir características não padrão mais importantes de seus alunos, mas teria a desvantagem de reagir a estas características de um modo extremo e algumas vezes não realista principalmente nas questões de pronúncia.

Com respeito à forma de utilização da linguagem pelos gêneros, embora haja diferenças gritantes em algumas sociedades, Labov afirma não ter encontrado, nos Estados Unidos, ampla variação nas características reais da linguagem entre homens e mulheres, mas as maiores diferenças estariam em importantes áreas de atitudes em relação à linguagem. O comportamento sociolinguístico das mulheres seria bem diferente do que o dos homens. Tais diferenças já teriam aparecido nos primeiros estudos de Labov. Em geral, as mulheres seriam mais sensíveis à correção e usariam mais as formas de prestígio do que os homens, mas essa conclusão dependeria da classe social. Seria mais contudente principalmente no grupo de segundo *status* mais alto. Abaixo de um certo ponto da escala social, o efeito seria revertido. Na classe mais baixa, as mulheres teriam menos consciência das normas lingüísticas devido ao fato de viverem em casa, de pensão ou sem uma ocupação regular. Também, ao examinar estudo sociolinguístico que analisou o comportamento estilístico não padrão de homens e mulheres com respeito a sentenças como *My brother he's pretty good*, Labov interpretou mais uma vez como está colocado acima: o padrão hipercorreto do segundo grupo de *status* mais alto é acentuado nas mulheres. Isso seria importante para as escolas uma vez que as mulheres seriam a maioria dos professores norte-americanos e a reação delas à linguagem não padrão deveria ser considerada ao se examinarem as aplicações educacionais destas descobertas.

Sobre os estágios na aquisição do inglês padrão, Labov afirma que as crianças não falariam como seus pais. O seu inglês vai se parecer com o de seus pares, com o de seu grupo mais do que com o de seus pais, principalmente na quarta e quinta séries quando a criança começaria a ficar sob a influência total do grupo de pares pré-adolescentes. A criança se tornaria uma falante nativa de um dialeto entre as idades de mais ou menos 4 e 13 anos. Se ela muda para uma nova área na idade de 10 ou 11 anos,

há possibilidade de que ela nunca venha a adquirir o padrão de um dialeto local tão completamente como aqueles que nasceram na área. No processo de aprendizagem da linguagem, haveria partes do vocabulário aprendidas bem mais tarde. Provavelmente, o sistema lingüístico subjacente utilizado por uma criança seria diferente do adulto, se ela aprendeu pouco do vocabulário latinizado antes dos 13 anos e também, num estágio ainda mais tardio, a criança adquiriria as normas sociolingüísticas discutidas anteriormente, saberia pouco da significação social das diferenças. E, nas famílias com muitos filhos, as crianças mais velhas mostrariam mais mudança de estilo do que as mais jovens, isso mostraria que, à medida que as pessoas vão amadurecendo, vão se tornando mais sensíveis ao padrão sociolingüístico adulto. Famílias da classe média começariam num nível mais alto e, com isso, as crianças teriam um sistema sociolingüístico completamente adulto no final da adolescência. Por outro lado, crianças da classe trabalhadora demorariam mais para adquirir o controle produtivo dos padrões de prestígio, justamente por começarem num nível mais baixo.

Em geral, para Labov, as normas adquiridas mais tarde na vida, principalmente depois da puberdade, nunca atingiriam à regularidade automática da regra do Tipo I. Seria necessária monitoração ou atenção prestada à fala para se atingir tais padrões, porém, bastaria o falante estar cansado ou distraído para esse padrão adquirido ou superposto dar espaço a favor do vernáculo nativo adquirido no começo da vida. E este realmente seria um sistema lingüístico mais consistente e regular de uma comunidade de fala. Qualquer falante não adquiriria controle completo tanto do inglês padrão quanto do vernáculo não padrão, pois o conhecimento de um sistema inevitavelmente afetaria o outro.

Quanto às diferenças no uso da linguagem pelas classes sociais, estudos mostrariam que falantes da classe média usariam sentenças mais longas, mais orações subordinadas e mais vocabulário aprendido e eles tornariam um ponto de vista verbal menos pessoal do que os falantes da classe trabalhadora. Os próprios estudos de Labov mostrariam que esses falantes teriam um estilo impessoal ao darem declarações avaliativas e, ao tomarem o ponto de vista do outro, eles o fariam de forma generalizada. Também as crianças da classe média, de uma forma geral, teriam um melhor desempenho na escola. Por causa disso, muitos educadores achariam que a classe trabalhadora deveria aprender hábitos verbais da classe média e abandonar as

regras do seu próprio dialeto. Labov discorda alegando que, antes de se treinarem falantes da classe trabalhadora para copiar padrões da classe média em grande escala, seria válido perguntar quais aspectos deste estilo seriam funcionais para a aprendizagem e quais seriam apenas matéria de prestígio e moda.

Claramente, então, para Labov, as habilidades verbais que caracterizam falantes da classe média estariam na área chamada de ‘linguagem escolar’ e que falantes confinados a um dialeto não padrão, não as controlariam. Esses falantes, porém, teriam uma grande variedade de outras habilidades verbais, muitas delas não controladas pelos falantes da classe média. E até agora não teria havido jeito de a escola conectar as duas habilidades, contudo pareceria claro que as técnicas educacionais deveriam contar também com as habilidades não padrão para melhor vantagem de todos os envolvidos.

Labov (1996) é outro texto que acreditamos não poder faltar nestas considerações sobre estilo. Nesse texto, Labov trata do estudo de Fowler (1986), que fez uma réplica do estudo das grandes lojas sobre a pronúncia de [r] em posição pós-vocálica.³⁸

Segundo Labov, o reestudo de Fowler mostrou que a estrutura de [r] na cidade de Nova Iorque continuava estável. Cada uma das relações mencionadas, no estudo de 1962, teria reaparecido em detalhes. Em cada caso, as três lojas estariam estratificadas do mesmo modo, pela percentagem de falantes que usavam 100% de [r] com constrição nas suas respostas e a percentagem que usava [r] de modo variável. As respostas às perguntas feitas pelo pesquisador e a repetição da resposta com ênfase³⁹ mostraram que o [r] de *floor* se articula com mais [r] com constrição do que o [r] pré-consonantal de *fourth* e os enunciados enfáticos obtêm mais [r] do que os não enfáticos.

O estudo de 1986, continua Labov, teria reproduzido também os resultados de 1962 com referência à estratificação por ocupação dentro das lojas, por meio da

³⁸ Em 1986, Joy Fowler reproduziu o estudo de Labov das grandes lojas de departamento de Nova Iorque (Labov, 1966). A estratificação das lojas permanecia a mesma da análise original: Saks (classe média alta), Macy's (classe média baixa) e como a terceira, S. Klein (classe baixa) havia fechado, foi substituída por May's, loja de clientela, tamanho e localização similares aos da S. Klein.

³⁹ Fowler utilizou o mesmo número de entrevistados em cada loja e as mesmas perguntas formuladas por Labov, perguntando por um departamento situado no quarto andar, para poder controlar a pronúncia de [r] na fala descuidada e enfática nas palavras utilizadas da seguinte forma: primeiro perguntava e, ao receber a resposta, dizia então, desculpe-me e obtinha uma segunda e mais cuidadosa resposta de *fourth floor*.

diferenciação de andares baixos e andares altos na Saks e por meio das diferenças étnicas entre os sujeitos.

A replicação de Fowler, permitiria uma reflexão sobre a questão fundamental no que concerne ao mecanismo da mudança lingüística. O efeito de uma nova norma de prestígio não seria o de modificar a forma corrente e própria de falar da maior parte dos nova-iorquinos e sim melhor produzir comportamento variável em situações formais. Contudo, afirma Labov, a norma vulgar, sem [r], também teria sido anteriormente modelo de prestígio por influência inglesa, no início do século XIX.

O resultado de ambas as pesquisas em tempo aparente, segundo Labov, teria mostrado que os mais jovens usariam [r] com constrictão em maior número na loja Saks, mas ocorreria o inverso na Macy's com a frequência maior de [r] correspondendo ao aumento da idade dos falantes.

De acordo com Labov, teria havido mudança em tempo real, pois a percentagem de falantes que usavam [r] em 100% das vezes aumentou em todas as lojas no período de 24 anos, mas a diferença seria muito maior na loja de *status* superior. Com referência ao emprego do [r] variável ou 'algum' [r], a Saks e a Macy's mostraram um pequeno movimento ascendente, porém a loja de *status* inferior apresentaria um incremento drástico, até ao mesmo nível do que as outras. O uso do [r] como variável estilística estaria aumentando de modo surpreendente entre os empregados de *status* inferior porque eles mostrariam o mesmo controle sobre esta variável do que os empregados da Saks.

As tendências ao incremento do [r] seriam similares nos três grupos de idade da Saks, mas na Macy's haveria um índice crescente nos falantes mais jovens por influência do modelo com [r] da classe média alta, prossegue Labov.

O estudo de Fowler proporcionaria provas claras de mudança geracional em curso em tempo real, mas de forma bastante lenta. Haveria também provas de que uma estratificação por idade e o efeito dessa estratificação seria muito maior que a mudança geracional. Na Saks, a mudança de todos os [r] desde o grupo mais jovem ao grupo 20 anos mais velho se manteria em elevada velocidade de 40%, enquanto que o movimento

ascendente depois de 24 anos, intervalo entre as duas pesquisas, seria somente de 10%, segundo Labov.

A reprodução precisa do estudo das grandes lojas mostra que a estrutura sociolinguística da comunidade de fala nova-iorquina seria possivelmente até mais estável do que se antecipou. Ante a pressão da norma nova de que se pronuncie [r], a fala de NY estaria mudando lentamente.

Concluindo, Labov afirma que o efeito do padrão hipercorreto do segundo grupo de *status* mais alto nos teria levado a uma revolução global da estratificação de [r] na cidade de NY. Os dados de Fowler se refletiriam na repetição enfática de *floor*, onde os empregados da Macy's ultrapassam o nível dos empregados da Saks. A repetição de *fourth floor* corresponderia à fala cuidada das entrevistas sociolinguísticas de 1962 e o acréscimo principal nos empregados da Macy's se daria na fala cuidada. A classe média alta seguiria adiante no uso de [r] nos estilos menos controlados, enquanto que a classe média baixa o utilizaria nos estilos mais cuidados.⁴⁰ E qualquer incremento global no uso desta forma de prestígio, na linguagem corrente, dependeria do incremento gradual do uso entre os falantes de prestígio superior.

Os estudos realizados por Labov são muito interessantes, por serem baseados em várias pesquisas empíricas, muitas delas retomando as primeiras hipóteses do pesquisador americano, cujos resultados foram reinterpretados, e, mesmo que esses resultados tenham sido parecidos com os das primeiras pesquisas, parece que as interpretações de Labov para essas últimas são bem mais abrangentes, pois o sociolinguista leva em consideração uma gama bem mais rica de fatores, fazendo correlações bastante interessantes com vários aspectos que norteiam as complexas relações da sociedade moderna, mostrando uma evolução dos estudos sociolinguísticos e, com isso, passando a nos dar uma visão mais abrangente e dinâmica dos fenômenos investigados.

⁴⁰ Um trabalho que merece destaque a respeito de noções sobre identidade e estilo, no Brasil, é o de Pagotto (2004). O autor investiga de que maneira o drama identitário que vive atualmente Florianópolis estaria refletindo na realização das oclusivas alveolares diante da vogal [i]. Segundo ele, por causa do grande número de migrantes de classe média, teríamos atualmente, na capital catarinense, duas realizações das oclusivas alveolares: a) africada palatal – identificada com a fala dos migrantes; b) não africada [t, d] – forma conservadora, característica da cidade (Vieira, 1997 e Furlan, 1989; apud Pagotto, 2004).

3.2 O papel (sócio) discursivo dos pronomes

3.2.1 As pessoas do discurso

De acordo com Benveniste (1995), o verbo seria, juntamente com o pronome, a única espécie de palavra submetida à categoria da pessoa, classificada em três pessoas no singular e três no plural.⁴¹ Essa classificação seria até hoje admitida, valendo para o verbo em qualquer língua. Segundo o autor, ao alinharmos numa ordem constante e num plano uniforme ‘pessoas’ definidas pela sua sucessão e relacionadas com esses ‘seres’ que são ‘eu’, ‘tu’ e ‘ele’, não fazemos senão transpor para uma teoria pseudo-lingüística diferenças de natureza ‘lexical’. Essas denominações não nos informariam nem sobre a necessidade da categoria, nem sobre o conteúdo que ela implica, nem sobre as relações que reúnem as diferentes pessoas. Seria preciso, portanto, procurar saber como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras e sobre que princípio se fundaria a sua oposição, uma vez que não poderíamos atingi-las a não ser pelo que as diferencia.

Segundo Benveniste, uma teoria lingüística da pessoa verbal só poderia constituir-se sobre a base das oposições que diferenciam as pessoas e se resumiria inteiramente na estrutura dessas oposições. Para desvendá-la, parte-se das definições empregadas pelos gramáticos árabes. Segundo eles, a primeira pessoa seria ‘aquela que fala’; a segunda, ‘aquela a quem nos dirigimos’, mas a terceira seria ‘aquela que está ausente’ e, nessas denominações, estaria implícita uma noção justa das relações entre as pessoas; justa, sobretudo por revelar a disparidade entre a terceira pessoa e as duas primeiras e elas não seriam, portanto, homogêneas.

Nas duas primeiras pessoas, haveria ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. ‘Eu’ designaria aquele que fala e implicaria ao mesmo tempo um enunciado sobre o ‘eu’: dizendo ‘eu’, não poderia deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, ‘tu’ seria necessariamente designado por ‘eu’ e não poderia ser pensado fora de uma situação proposta a partir do ‘eu’; e, ao mesmo tempo, ‘eu’ enunciaria algo

⁴¹ Essa classificação teria sido elaborada pelos gregos para a descrição da sua língua, conforme Benveniste.

como um predicado de ‘tu’. Da terceira pessoa, um predicado seria bem enunciado somente fora do ‘eu-tu’ (os únicos que indicam pessoas); essa forma seria assim retirada da relação pela qual ‘eu’ e ‘tu’ se especificariam. Daí ser questionável a legitimidade dessa forma como ‘pessoa’. A ‘terceira pessoa’ não seria uma ‘pessoa’. E a forma verbal teria por função exprimir a ‘não-pessoa’. Inclusive, devido à sua própria estrutura, a terceira pessoa seria a forma não pessoal da flexão verbal. ‘Ele’ pode ser uma infinidade de sujeitos – ou nenhum. Tudo o que está fora da pessoa estrita, isto é, fora do ‘eu-tu’ receberia como predicado uma forma verbal da ‘terceira pessoa’ e não poderia receber nenhuma outra. O ‘tu’ seria a pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva representada por ‘eu’ e essas duas ‘pessoas’ se oporiam juntas à forma de ‘não-pessoa’ (= ‘ele’).

Mattoso (1979), ao descrever os pronomes do português, fala da origem latina desses pronomes. Afirma que o latim não levava em conta no sistema de pronomes pessoais uma terceira pessoa fora do eixo falante-ouvinte. O sistema de indicação dos pronomes tinha como ponto de partida esse eixo que se estabeleceria num ato de comunicação. Haveria formas para o próprio falante se indicar no momento da fala. *Ego* indicaria o falante e *tu*, o ouvinte. Essas duas formas de nominativo seriam idênticas para ambos os sexos e empregadas apenas como redundância enfática ou como vocativos, numa comunicação isolada ou numa frase de verbo inexpresso, porque a indicação do falante ou do ouvinte como sujeito já fazia parte da desinência da própria forma verbal. E haveria também os respectivos plurais *nos* e *vos*.⁴²

A esse sistema, chamado de ‘pronomes pessoais’, corresponderia um sistema demonstrativo em que os elementos exteriores ao falante ou ao ouvinte, considerados de 3ª pessoa, eram indicados pela sua posição em referência ao falante ou ao ouvinte. *Hic*, para quem estava próximo do falante; *iste*, para quem estava próximo do ouvinte e uma série de outros pronomes para o que estava além dessas duas áreas. A série era primeiramente constituída por três pronomes distintos: *ille*, de valor indicativo preciso; *is*, de indicação vaga e *ipse*, que reiterava uma indicação anterior, mais ou menos como *o mesmo* ou *idem* em português. Esses pronomes tinham formas específicas para cada

⁴² De acordo com Mattoso (1979), as formas de nominativo *ego* e *tu* alternavam-se com outras formas respectivas de outros casos como *mei* e *tui* de genitivo, *mihi* e *tibi* de dativo e *me* e *te* de acusativo-ablativo. No sistema morfológico geral da língua latina, essas outras formas seriam de uso constante e freqüente.

um dos três gêneros em latim (masculino, feminino e neutro) com desinências para os cinco casos fundamentais.

Como a flexão verbal latina já indicava quando o sujeito não era nem o ouvinte nem o falante, a especificação desse sujeito era feita pelo respectivo nome substantivo ou por um pronome demonstrativo em função do campo mostrativo da comunicação. Ao pronome *ille* coube, desde a fase imperial do latim vulgar, essa nova função. Exemplo: *Marcus currit* ‘Marco corre’ – *Ille* (aquele indivíduo que estás vendo ali) *currit*.

Em português e também nas demais línguas românicas, o sistema de pronomes pessoais se ampliou com a emergência de uma série de 3ª pessoa. O processo geral foi reservar para essa função o pronome demonstrativo latino *ille*, esvaziado da sua significação dêitica, que virou, em português, o pronome pessoal *ele*. Vamos encontrar, portanto, ao lado de *eu, tu, nós, vós*, uma série *ele* e suas flexões. Mas esse pronome, de acordo com Mattoso, não passaria de um substituto de um nome substantivo, a que necessariamente se reporta e consta explícita ou implicitamente do contexto lingüístico. *Ele* estaria sempre no lugar de um substantivo que poderia ser, por exemplo, *livro, jardim, professor* etc. E, do ponto de vista formal, deverá concordar em gênero e número com o substantivo que substitui. E só através desse substantivo é que atingiria o contexto extralingüístico. Ao contrário, *eu* e *tu* e também *nós* e *vós* já incidiram diretamente num dos pólos do eixo falante-ouvinte da situação extralingüística. E esses pronomes de 1ª e de 2ª pessoa teriam formas independentes para designar gênero e número. Portanto, o sistema de pronomes pessoais na língua portuguesa seria dicotômico, seguindo a estrutura latina com: *eu, tu, nós* e *vós* de um lado e a série de 3ª pessoa com a estrutura nominal de feminino em *-a* e plural em *-s* de outro lado. Os primeiros estariam se referindo às pessoas que participam ativamente da comunicação lingüística e o segundo, substituindo no contexto lingüístico um nome substantivo, que, por sua vez, refere-se a qualquer coisa que é assunto passivo da comunicação.

A diferença fundamental entre português *ele* e latim *ille*, em função de sujeito, seria, por exemplo, que este pronome poderia se reportar diretamente ao mundo bio-social que envolveria a comunicação lingüística: *ille* (‘aquele que vês ali’ e não ‘*ele*’) *currit*.

Essas considerações de Mattoso vão ao encontro do texto de Benveniste (1995) na medida em que ambos os autores consideram apenas a 1ª e a 2ª pessoas com os respectivos pronomes *eu* e *tu*, como pessoas realmente participantes de um ato de comunicação. *Ele* está fora do processo. Para Benveniste, a 3ª pessoa seria a não-pessoa e, para Mattoso, *ele* estaria fora do eixo falante-ouvinte, num ato de fala.

Considerando agora a 2ª e a 3ª pessoas, temos atualmente dois pronomes pessoais em variação para a 2ª pessoa, no português brasileiro. São as formas *tu* e *você*, fenômeno comprovado por várias pesquisas já apontadas nesta investigação, inclusive pelo próprio Mattoso (1972), e a intromissão do pronome *você* na segunda pessoa é que teria causado mudanças no sistema dos pronomes, dentre elas nos possessivos, objeto deste trabalho.

3.2.2 O poder e a solidariedade

Em seu trabalho, Brown e Gilman (2003[1960])⁴³ afirmam que no inglês atual haveria apenas um pronome para se dirigir às segundas pessoas do singular e do plural. Este pronome seria *you* e que o Inglês já teve no passado *thou*, uma forma familiar para se dirigir a uma única pessoa, e que hoje em dia este pronome estaria reservado a orações e poesia inocente e que *you*, naquele tempo, era o singular de reverência e de distância educada, além de plural invariável. Referindo-se a outras línguas mais proximamente relacionadas ao inglês como francês, alemão, italiano, espanhol e outras, os autores afirmam que nessas línguas ainda hoje haveria dois pronomes singulares para se dirigir a alguém e esse desenvolvimento europeu de dois pronomes singulares teria origem no latim com *tu* e *vos*. E o interessante sobre tais pronomes seria, segundo eles, a sua associação próxima com duas dimensões fundamentais para a análise de toda a vida social – as dimensões do poder e da solidariedade.

Segundo os autores, no latim da antigüidade haveria somente *tu* no singular. O plural *vos* para se dirigir a uma pessoa foi primeiramente utilizado para o imperador e haveria várias teorias de como isso poderia ter acontecido. No século IV, época da cisão

⁴³ Reimpressão do texto ‘The pronouns of power and solidarity’ in *Style in Language*, 1960, p. 156-176.

do Império Romano, havia dois imperadores. O governante do império leste com trono em Constantinopla e o governante do oeste em Roma, mas o império era administrativamente unificado e as palavras endereçadas a um homem eram por implicações endereçadas a ambos. Um imperador também seria a soma do seu povo e poderia falar como representante desse povo e algumas vezes falava dele mesmo como *nós*, então o uso do reverencial *vos* seria a recíproca a isso. Esses seriam motivos justificando a origem do uso desses pronomes.

No Império Romano, segundo os autores, somente as pessoas da mais alta classe tinham alguma ocasião de se dirigir ao imperador, então primeiramente só elas teriam feito uso de *vos* no singular. Posteriormente, em outras partes da Europa, o *vos* reverencial foi normalmente adotado por uma corte que imitava a outra. A prática lentamente disseminaria esse uso para a sociedade.

Com o decorrer dos séculos, variando com a língua, um conjunto de normas, segundo os autores, cristalizaria a chamada semântica do poder não recíproco. O superior diria *T* e o inferior *V*⁴⁴. Haveria muitas bases de poder como força física, riqueza, idade, sexo, papel institucionalizado na igreja, o estado, o exército ou dentro da família. Na diferenciação entre as classes sociais, *V* sempre foi introduzido na sociedade no topo. Dessa forma, o seu uso no singular viria a conotar um falante de *status* alto. O uso extensivo do *V* passou também a ser considerado uma marca de elegância e de nobreza. Por esse motivo, os burgueses, por exemplo, dirigiam-se um ao outro como *V*. Já servos e camponeses usavam *T* entre eles. Por muitos séculos, o uso desses pronomes seguiu a regra do *T – V* não recíproco entre pessoas de poder desigual, semanticamente classificadas como relações assimétricas ou de poder e a regra dos mútuos *V* ou *T* entre pessoas de poder próximo ou equivalente, semanticamente classificadas como relações simétricas ou de solidariedade. Conforme os autores, haveria atributos que determinariam a solidariedade entre duas pessoas e o uso do mútuo *T* como: associação política, família, religião, profissão, sexo, local de nascimento e outras, mas o centro da semântica da solidariedade estaria no pensamento semelhante.

⁴⁴ T e V são símbolos utilizados pelos autores como designadores genéricos para esses pronomes de 2ª pessoa em qualquer língua. Correspondem aos pronomes latinos *tu* e *vos* respectivamente.

Conforme os pesquisadores, no século XIX, a solidariedade teria ganhado terreno e contemporaneamente estaria superando o poder. Essa afirmação teria apoio não só em citações de intelectuais da linguagem (Litré, 1882; Grand, 1930; apud Brown e Gilman, 2003), mas principalmente nas entrevistas, nas anotações sobre a literatura contemporânea e nos resultados dos questionários realizados nos respectivos países onde são faladas as línguas que foram objeto da pesquisa. E a nova direção da mudança semântica em expansão estaria ocorrendo devido ao número de relações definidas como solidárias o suficiente para merecerem o mútuo *T*, como qualquer tipo de camaradagem resultante de tarefa comum, entre alunos, trabalhadores, políticos, pessoas que compartilham um passatempo predileto ou fazem uma viagem juntos. Esta seria a direção da mudança atual, que resumiria o que os informantes das pesquisas disseram.

Contemporaneamente, graças a comparações estatísticas de respostas a questionário, os autores constataram diferenças nas características semânticas das línguas pesquisadas, mas nas três línguas estaria ocorrendo o crescimento do uso recíproco do *T*. Os italianos de um modo geral seriam os mais propensos a dizer *T*. As diferenças estariam nos pesos relativos aos vários atributos dados para pessoas que poderiam servir para gerar solidariedade. Os alemães dariam mais peso a membro da família ao passo que franceses e italianos, para características adquiridas, não encontradas nas relações de família, mas desenvolvidas de algum tipo de destino comum.

De acordo com o estudo histórico feito pelos autores, a semântica do poder não recíproco sempre esteve associada a sociedades estáticas nas quais o poder estaria distribuído pelo direito de nascimento, por exemplo. E, nessas sociedades, cada homem teria direitos duradores e obrigações de tratamento. Já a semântica da solidariedade recíproca estaria em processo de crescimento associada com a mobilidade social e ideologia igualitária mais desenvolvida em sociedades abertas. Nessas sociedades, a ideologia igualitária trabalharia para suprimir cada expressão convencional de assimetria do poder.

Os pronomes não seriam as únicas formas de tratamento não recíproco. Haveria também nomes próprios e títulos que operariam hoje num padrão de poder não recíproco na América, na Europa e em outros continentes, em sociedades abertas e

igualitárias. A diferença para expressar simetria de poder entre pronomes, títulos e nomes próprios seria, segundo os pesquisadores, que num tratamento face a face nós poderíamos evitar o uso de nome ou de título, mas não tão facilmente evitaríamos o uso de um pronome e, se pudéssemos evitar também o pronome, ainda assim ele ficaria implícito na flexão verbal.

Sobre as variações de estilo no uso dos pronomes, os pesquisadores afirmam que nas línguas estudadas essas variações estariam associadas com o *status* social do falante. O uso do *V* sempre teria sido interpretado como uma marca da boa educação. E, de acordo com os informantes das pesquisas, *V* e *T* ainda funcionariam como indicações de membros de classe. As variações estilísticas no uso dos pronomes também seriam potencialmente expressivas de radicalismo e conservadorismo na ideologia ou não. Um francês poderia inferir que um aluno universitário que regularmente diria *T* para alunas companheiras seria a favor da nacionalização da indústria, amor livre, por exemplo.

Afirmam Brown e Gilman que prática costumeira no uso dos pronomes colocaria o falante como pertencente a um grupo, uma classe social, um nível de educação, um conjunto de visões políticas e muito mais. Porém, o estilo pessoal consistente não revelaria o suficiente para estabelecer o caráter único do falante, embora possa ajudar a colocá-lo numa ou noutra categoria. A sua quebra implicaria uma interpretação para tal atitude como fora da normalidade. O falante poderia estar mudando sua consideração para com o ouvinte ou também poderia significar que sua fala, naquele momento, estaria impregnada de emoção. Para a semântica do poder, a quebra da norma geralmente teria um significado de que o falante passaria a considerar o destinatário como seu inferior, superior ou igual, ou seja, o uso do pronome não corresponderia à real posição do destinatário, considerando a uso costumeiro do falante. Ao passo que, para a semântica da solidariedade, geralmente significaria que o falante está temporariamente considerando o outro como um de fora ou um íntimo, ou seja, a solidariedade estaria sendo estendida ou retirada, portanto o uso de *T* e *V* seria sensível aos sentimentos de aproximação ou distanciamento.

Esse texto de Brown e Gilman deu uma importante contribuição para esta dissertação na medida em que fez um estudo a respeito do emprego dos pronomes de tratamento ao longo dos séculos na Europa e também em outros continentes, chegando

até as pesquisas realizadas pelos seus autores em meados do século XX, cujos resultados refletem toda a correlação desses pronomes com as estruturas que formam a sociedade levando-se em conta o relacionamento entre os componentes dessa sociedade entre si e as estruturas de poder, de respeito, fazendo com que os falantes, ao escolherem o pronome adequado, assumam, quer espontaneamente, quer obrigados por convenções de tratamento adequado para com as outras pessoas, uma posição na sociedade em relação ao ouvinte. Esta posição pode ser de inferioridade, de igualdade de superioridade, mas principalmente de solidariedade em relação ao outro nas diversas épocas, nas diferentes culturas, nos diferentes contextos político-sociais. Além disso, esses empregos dos pronomes de tratamento impregnados da semântica do poder ou da solidariedade vêm ao encontro de algumas das nossas hipóteses sobre o uso alternado de *teu* e *seu*, objeto desta pesquisa. Como por exemplo, nas relações entre pais e filhos, marido e esposa, a questão da formalidade, respeito, poder, igualdade, intimidade e outras dessas relações podem revelar contextos favoráveis à escolha dos pronomes possessivos de 2ª pessoa *teu* ou *seu*.

A leitura do trabalho de Brown e Gilman (2003) e de outros que lhe seguiram teriam levado Biderman (1972-1973) a investigar o problema das formas de tratamento relacionando-as com as estruturas sociais nas sociedades latinas, em particular na Península Ibérica e na América Latina.

Segundo a autora, na România Medieval, quando se constituíram os padrões literários e normativos das línguas românicas, a estrutura social exibia três distintos 'status': a nobreza, o clero e o povo. E as relações entre esses estados seriam assimétricas, e às duas primeiras, por estarem no topo da sociedade e exercerem autoridade, lhes era devido o respeito. Haveria também relações assimétricas entre os sexos e, no interior da família patriarcal, entre pais e filhos.

Na Renascença italiana, conforme a pesquisadora, multiplicaram-se as formas de tratamento respeitosas e servis. Quando essas cortes entraram em decadência, os títulos teriam seguido a mesma sorte. Entretanto, alguns teriam permanecido na cultura italiana e em outras culturas latinas que os importaram, como por exemplo Vossa Santidade, Ilustríssimo, Reverendíssimo, Magnífico e outros. E esses títulos honoríficos seriam

acompanhados da forma verbal na 3ª pessoa do singular, generalizando-se como padrão mais respeitoso e indireto.

Na França, Biderman explica que as formas de tratamento foram sempre mais simples. Desde a Idade Média, o tratamento mais comum entre os nobres era *vous*, trato de iguais. O *tu* aparece como variante estilística nos momentos de emoção ou para marcar a intimidade. Só as classes inferiores utilizariam apenas o *tu*. O *vous* se estende como marca de bons costumes e quase elimina o *tu* na linguagem dos salões franceses no século XVII. Apesar do ideal preciosista da conversação galante, as formas de tratamento foram sempre mais simples do que na Itália, exceção feita ao rei. Os nobres recebiam as formas de tratamento cortês como *Monsieur, Madame e Mademoiselle*, que continuam a ser as mesmas de todos os tempos. A Revolução Francesa, após o triunfo, teria utilizado o pronome *tu* como símbolo da igualdade entre os cidadãos, mas não conseguiu êxito na adoção por parte da sociedade francesa, acostumada com os dois pronomes e o *vous* e o *tu* teriam continuado.

Na Espanha dessa época, início do século XVII, o pronome *vos* passa a denotar dois valores: tratamento dado a um inferior, um criado, por exemplo, e tratamento dado a um amigo íntimo com quem se tem familiaridade. Nesses tempos, tratar a um fidalgo espanhol por *vos* corresponderia a uma ofensa. Como consequência, a casa de tratamento de cerimônia e respeito teria ficado vazia. Daí o surgimento de *Vuestra Merced*, como forma cortês de tratamento. Com o passar do tempo, esse pronome teria passado por longa cadeia de mudanças fonéticas culminando na atual forma *usted*. E a Espanha teria hoje o sistema bipartido *tu – usted* (José Pla Cáceres, 1923; apud Biderman, 1972-1973).

Em Portugal, o trabalho de Biderman mostra que desde a Idade Média o uso das formas de tratamento já apresentava as relações assimétricas apresentadas por Brown e Gilman. Contemporaneamente o Português europeu apresentaria um sistema tripartido de tratamento *tu – você – o senhor*. Além desses haveria uma variada gama de pronomes de tratamento como *Vossa Excelência, Vossa Senhoria* e outros. Sobre o surgimento de *você*, a autora explica que seria um tratamento intermediário entre *tu* e *Vossa Mercê*, tratamento importado da Espanha no final do século XVII. Nessa época, Portugal estava sob o domínio espanhol. E afirma não ter certeza se *você* teria derivado

de *Vossa Mercê*, como afirmariam alguns etimologistas, pois ambas as formas teriam convivido no século XVIII.

A estrutura social e os padrões de comportamento trazidos para a América Latina teriam sido os mesmos existentes na Península Ibérica ao tempo da colonização, continua a pesquisadora, e até mais extremada porque o imigrante europeu que veio para América era pobre e das zonas rurais e repetiu o esquema opressivo que sofrera - até de forma mais intensa, trazendo para o nosso continente as velhas formas medievais de relação, fundando a família patriarcal ainda hoje típica no mundo latino-americano. E essa estrutura de poder teria feito com que perdurassem nessas sociedades formas de tratamento dependentes das relações assimétricas, segundo Biderman.

De acordo com a autora, as pessoas do diálogo comporiam hoje os seguintes sistemas de díades pronominais nas sociedades ibero-americanas pesquisadas. No Peru e no Chile: *tu-usted*; na Argentina: *vos-usted*. Assim, *vós* teria ficado apenas nesse país, mas com valor de *T* não de *V*⁴⁵. O *tu* teria entrado nos diálogos de forma artificial, na Argentina, por pressão da escola e seria um traço típico da filosofia educativa da América Latina, considerando o padrão correto aquele da Espanha. Dessa forma, continuaríamos a ter mentalidade de colônia, quando se trata de gramática normativa. E o mesmo aconteceria com o Brasil em relação a Portugal (Frida Weber, 1941; apud Biderman, 1972-1973).

No Brasil, o sistema de relações interpessoais seria *você- o senhor* e esses dois pronomes preencheriam as casas vazias deixadas pelos extintos *tu-vós*.⁴⁶ E aquelas formas deveriam ser consideradas como legítimas representantes da 2ª pessoa. Na fala brasileira, a série de pronomes de tratamento usados em Portugal apareceria somente em situações muito formais como discursos, por exemplo. No Brasil teríamos também corruptelas de *senhor*, sendo *seu* a principal. Para mulher a forma respeitosa de tratar seria o uso de *dona* antecedendo o nome próprio. O masculino *dom* teria desaparecido da fala brasileira, permanecendo apenas no tratamento dado aos bispos. O uso do pronome *tu*, no Brasil, seria corrente no Rio Grande do Sul, talvez por influência dos países vizinhos de fala espanhola como o Uruguai, mas acompanhado das formas

⁴⁵ A autora utiliza aqui a caracterização de Brown e Gilman (2003).

⁴⁶ De acordo com várias pesquisas, o pronome *tu* não está extinto no Brasil.

verbais da 3ª pessoa e esporádico e artificial no Rio de Janeiro. ⁴⁷Os vestígios, porém, teriam ficado, seria o oblíquo *te* e os possessivos *teu, tua*.⁴⁸ No Brasil, teria ocorrido a substituição de *tu* por *você* como forma de tratamento familiar e íntima. E só teríamos, em nosso país, dois pronomes de tratamento, compondo o sistema de díades pronominais: *você* (familiar) e *o senhor* (formal) que corresponderiam ao par *tu - vos* ou *T - V*.

E a autora, ao final, afirma que estaria havendo dismantelamento gradativo dos costumes patriarcais e isto estaria se refletindo nas relações interpessoais com reflexo na utilização das formas de tratamento das línguas. A implantação da democracia seria um dos fatores que estariam contribuindo para isso na sociedade da América Latina e até na própria Igreja Católica Romana do continente estariam ocorrendo alterações na utilização litúrgica das línguas, nessa mesma direção.

O trabalho de Biderman é muito interessante na medida em que comprova que a tese de Brown e Gilman também se aplica às culturas latino-americanas e acaba mostrando que no nosso continente, da mesma forma que na Europa, o enfraquecimento dos costumes patriarcais do passado está provocando um avanço da semântica da solidariedade nas relações humanas em detrimento da semântica do poder.

A recente pesquisa de Arduin (2005), comentada no primeiro capítulo deste estudo, realizada com dados do projeto VARSUL de oito cidades do Sul do Brasil, confirmou que a variação dos possessivos de segunda pessoa *teu/seu* seriam de base estilística e comprovariam a teoria da influência do poder e da solidariedade. Os resultados da pesquisadora mostraram percentuais de 91% do uso de *teu* tanto nas relações de superior para inferior como nas relações entre iguais. Vale lembrar que a autora analisou amostras de fala de informantes que utilizam os pronomes pessoais *tu* e/ou *você* em seus dialetos.

⁴⁷ Como já foi mencionado anteriormente, nesta dissertação, mais uma vez não é feita qualquer alusão ao uso de *tu* em Santa Catarina e em muitas regiões do Nordeste.

⁴⁸ Afirmação muito importante para esta dissertação que investigou o uso de *teu* em redações escolares de Curitiba, região que não apresenta o pronome *tu* em seu dialeto.

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo centra-se na investigação e na análise de dados que comporão um trabalho de descrição lingüística. Para tanto, nos serviremos do modelo variacionista laboviano, também chamado de sociolingüística quantitativa (Tarallo, 2002), por operar com números e tratamento estatístico dos dados coletados.

4.1 AMOSTRA

O *corpus* selecionado para esta investigação, conforme já mencionado, é constituído de textos escritos, isto é, de redações não corrigidas feitas por alunos do Colégio Estadual Padre Silvestre Kandora (ensino de 1º e de 2º graus), uma escola pública de Curitiba. “O modelo teórico-metodológico da sociolingüística parte do objeto bruto, não polido, não aromatizado artificialmente” (Tarallo, 2002).

As amostras foram coletadas nas aulas de Português do curso regular de 1º grau (5ª a 8ª séries).

Para escreverem as redações, os alunos seguiram a seguinte proposta:

Proposta de Redação

Narração

Elabore uma narração baseando-se no acontecimento abaixo. Além do narrador, você deverá criar personagens e fazer com que elas dialoguem, tentando resolver a situação da família.

“O marido chega em casa à noite e comunica o fato de ter recebido da empresa onde trabalha, há mais de vinte anos, um aviso prévio de demissão. Se ele não conseguir um novo emprego, a família passará a depender unicamente do trabalho da mulher cujo salário equivale a mais ou menos um quarto da renda familiar. Eles residem num bairro de Curitiba, na casa da mãe da esposa. Possuem três carros que pertencem respectivamente ao marido, à esposa e ao filho mais velho.”

(Obs.: A sua narrativa deverá ser lida por uma pessoa que não conhece a história e é para ela que você vai narrar.)

A elaboração dessa proposta teve o objetivo de fazer com que os alunos, ao redigirem as suas redações, utilizassem os pronomes possessivos na medida em que as personagens, em discurso reportado, necessitaram se referir aos carros e seus respectivos proprietários, por exemplo. Nessas situações, tivemos ocorrências principalmente das variantes de segunda pessoa. Os trechos em discurso não-reportado, os comentários sobre o problema por que passou a família e as tentativas de soluções como a venda dos carros, a procura de novo emprego para o pai, emprego para os filhos, o salário da esposa, por exemplo, proporcionaram situações favoráveis para o emprego das formas de terceira pessoa. E, para concluir, retomamos mais uma vez as palavras de Tarallo (2002), “o fato sociolinguístico, o dado de análise, é ao mesmo tempo a base para o estudo linguístico: o acervo de informações para fins de confirmação ou rejeição de hipóteses antigas sobre a língua e também para o levantamento e o lançamento de novas hipóteses”.

Após o recebimento das redações, foram destacadas todas as ocorrências dos pronomes *teu/seu* (2ª pessoa) e *seu/dele* (3ª pessoa) em cada um dos textos e depois foi feita a categorização dos dados, constituindo-se dois bancos de dados: um para a 2ª pessoa e outro para a 3ª pessoa do discurso. Algumas redações que não apresentaram nenhuma ocorrência desses pronomes foram deixadas de lado, ficando o “*corpus*” assim distribuído conforme as respectivas séries: 5ª série: 45 (quarenta e cinco redações), 6ª série: 54 (cinquenta e quatro), 7ª série: 53 (cinquenta e três) e 8ª série: 52 (cinquenta e duas), totalizando 204 (duzentas e quatro) redações.

4.2 ENVELOPE DE VARIAÇÃO

Para a análise estatística dos dados, foram consideradas as seguintes variáveis:

4.2.1 Variável dependente: pronomes possessivos de segunda pessoa do discurso *teu/seu*.

4.2.1.1 Variáveis independentes: sociais e lingüísticas

4.2.1.1.1 Variáveis sociais (escolaridade/idade e gênero)

Variável escolaridade/ idade:

1º GRAU

- a) 5ª série / idade: +/- entre 11 e 12 anos
- b) 6ª série / idade: +/- entre 12 e 13 anos
- c) 7ª série/ idade: +/- entre 13 e 14 anos
- d) 8ª série/ idade: +/- entre 14 e 15 anos

Variável gênero:

- a) masculino
- b) feminino

4.2.1.1.2 Variáveis lingüísticas

Variável discurso reportado ou não reportado:

- a) reportado
- b) não reportado

Obs.: Pelo motivo de termos encontrado dados de possessivo de 2ª pessoa apenas no discurso reportado, esse grupo foi deixado de fora da análise estatística.

Variável gênero dos interlocutores no discurso reportado:

- a) masculino
- b) feminino

Variável relações interpessoais no discurso reportado:

- a) superior para inferior
- b) inferior para superior
- c) entre iguais

Variável animacidade do possuído:

- a) traço [+ animado]
- b) traço [- animado]

Variável animacidade do possuidor:

- a) traço [+ animado]
- b) traço [- animado]

Variável genericidade/especificidade do possuído:

- a) traço [+ genérico]
- b) traço [+ específico]

Variável genericidade/especificidade do possuidor:

- a) traço [+ genérico]
- b) traço [+específico]

4.2.2 Variável dependente: pronomes possessivos de terceira pessoa do discurso: *seu/dele*.

4.2.2.1 Variáveis independentes: sociais e lingüísticas

4.2.2.1.1 Variáveis sociais (escolaridade/idade e gênero)

Variável escolaridade/idade:

1º GRAU

- e) 5ª série / idade: +/- entre 11 e 12 anos
- f) 6ª série / idade: +/- entre 12 e 13 anos
- g) 7ª série / idade: +/- entre 13 e 14 anos
- h) 8ª série/ idade: +/- entre 14 e 15 anos

Variável gênero:

- a) masculino
- b) feminino

4.2.2.1.2 Variáveis lingüísticas

Variável discurso reportado e não reportado:

- a) reportado
- b) não reportado

Variável gênero dos interlocutores no discurso reportado:

- a) masculino
- b) feminino

Variável relações interpessoais no discurso reportado (entre os interlocutores):

- a) superior para inferior
- b) inferior para superior
- c) entre iguais

Variável animacidade do possuído:

a) traço [+ animado]

b) traço [- animado]

Variável animacidade do possuidor:

a) traço [+ animado]

b) traço [- animado]

Variável genericidade/especificidade do possuído:

a) traço [+ genérico]

b) traço [+específico]

Variável genericidade/especificidade do possuidor:

a) traço [+ genérico]

b) traço [+ específico]

4.3 O pacote estatístico VARBRUL

Após categorizados, os dados foram submetidos aos programas computacionais do sistema logístico VARBRUL (cf. Scherre (1993)), que fornecem, como produto final, pesos relativos aos diversos grupos de fatores selecionados como relevantes para a variação dos fenômenos analisados. O tratamento estatístico caracteriza-se por usar o cálculo de percentagens para verificar tendências de uso, contextos categóricos e testar hipóteses, neste caso em especial, sobre o grau de correlação entre os condicionadores dos pronomes possessivos de segunda e de terceira pessoas, separadamente.

CAPÍTULO 5

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentamos a descrição e análise dos grupos de fatores ou variáveis que condicionam o uso dos pronomes possessivos de 2ª e 3ª pessoas, após submeter nossos dados categorizados ao pacote estatístico VARBRUL, conforme mencionamos no capítulo anterior. A partir dos grupos selecionados nas rodadas estatísticas, procuramos discutí-los em face dos resultados obtidos, relacionando-os com as nossas hipóteses, com os pressupostos teóricos que serviram de base para este estudo e comparando-os com os diversos trabalhos comentados anteriormente.

Também procuramos fazer avaliações qualitativas sobre o comportamento das formas em competição dos possessivos de 2ª e de 3ª pessoa, objeto deste trabalho, conforme o que foi estabelecido nos capítulos introdutórios desta investigação.

5.1 Análise dos resultados dos pronomes possessivos de 2ª pessoa

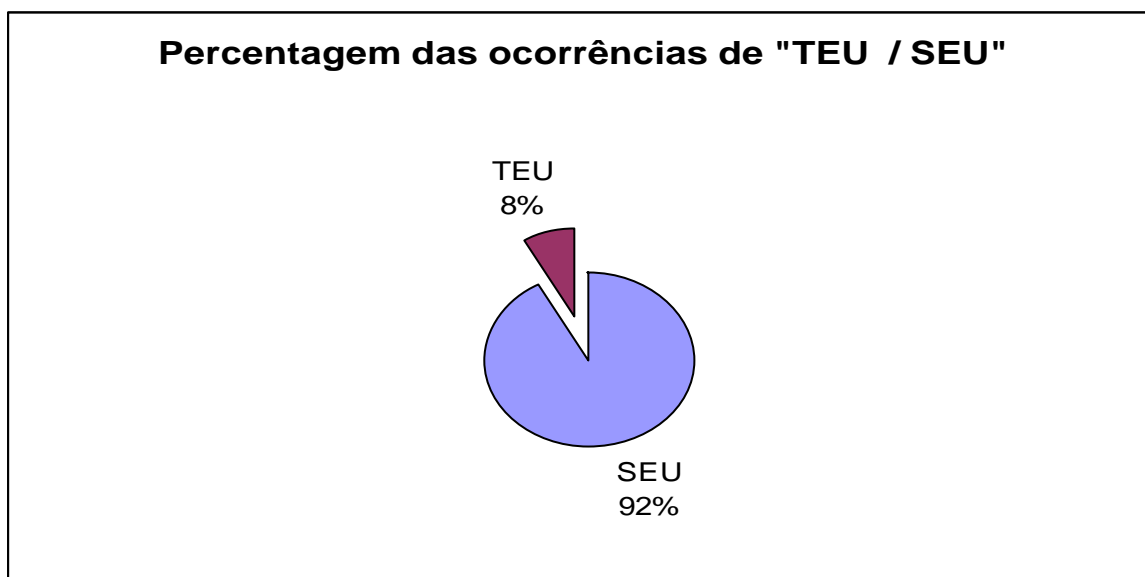
5.1.1 As rodadas estatísticas

Tivemos, no *corpus* analisado, constituído de 204 redações, um universo pequeno de dados de 2ª pessoa, 160 ocorrências.⁴⁹ Além do mais, foram poucos dados do pronome *teu*, apenas 13 ocorrências, contra as demais 147 do pronome *seu*. Acreditamos que, devido ao número escasso de dados, apenas um grupo de fatores foi significativo na rodada estatística, o grupo gênero dos autores das redações.

O gráfico 1 mostra a distribuição das variantes de 2ª pessoa.

⁴⁹ Consideramos pequeno esse número de 160 dados de 2ª pessoa, comparando com os de 3ª pessoa que perfizeram 637 ocorrências.

Gráfico 1



Abaixo, a tabela 1 mostra o total de ocorrências juntamente com o percentual das variantes *teu* e *seu*.

Tabela – 1 Número de ocorrências das variantes de 2ª pessoa e percentual

Variável dependente	Apl./ Total	Percentual
<i>Teu</i>	13/160	8%
<i>Seu</i>	147/160	92%
Total	160	

De qualquer forma, apesar dos poucos dados, nossa hipótese foi atestada, o uso de maior número de ocorrências da variante *seu* na 2ª pessoa, para concordar com *você*, pronome pessoal categórico em Curitiba, nesses dados de discurso reportado. Podemos, então, considerar inicialmente a influência do paralelismo formal como favorecedora da forma possessiva *seu*, fato comprovado por vários pesquisadores, dentre eles Arduin (2005), que constatou a presença dos pronomes pessoais *tu* e *você* exercendo influência na realização dos possessivos de 2ª pessoa *teu* e *seu*, respectivamente. De acordo com os resultados de Arduin, a presença do pronome pessoal *tu* levou os falantes a usarem o possessivo *teu* e, da mesma forma, para os falantes que utilizaram *você* em relação a *seu*. Como a pesquisa de Arduin foi realizada com dados de cidades que são reduto do pronome pessoal *tu*, os resultados da sua recente pesquisa foram diferentes dos nossos,

apontando para a presença do possessivo *teu*, em maior escala, conforme o que já foi comentado no primeiro capítulo.

5.1.2 Grupo de fatores selecionado

O único grupo de fatores selecionado pelas rodadas estatísticas, na 2ª pessoa, tomando como aplicação da regra o pronome *seu*, foi o grupo gênero dos autores das redações. Vamos observar a tabela a seguir:

Tabela 2 – Frequência e probabilidade do pronome *seu* segundo a variável gênero dos autores das redações

Gênero	Aplicação/ total	%	PR
Feminino	82/85	96	.66
Masculino	65/75	87	.32
Total	147/160		

Os resultados da tabela acima apontam que os informantes do gênero feminino utilizaram a variante *seu* 82 vezes num total de 85 ocorrências, atingindo o percentual de 96% e um PR de .66. Esses resultados estariam comprovando a nossa hipótese de que, na 2ª pessoa, o gênero feminino utilizaria o pronome possessivo *seu* de um modo mais expressivo, por ser a forma de prestígio para concordar com *você*. Essa tendência foi apontada por várias pesquisas comentadas nesta investigação, dentre elas as de Menon (1996) e de Arduin (2005). Menon, utilizando dados de fala da região de Curitiba, interpretou que o uso de *teu* poderia ser considerado uma marca de agressividade, daí ser mais utilizado pelos homens enquanto que as mulheres, devido a um discurso mais respeitoso, polido e conservador, tenderiam a utilizar *seu*. A pesquisa de Arduin, a exemplo da nossa, também apresentou a variável gênero como relevante e, da mesma forma, a tendência das mulheres a utilizarem a forma de maior prestígio.⁵⁰

5.1.3 Grupos de fatores excluídos

Como já foi mencionado anteriormente, após as rodadas estatísticas, fizemos a exclusão do segundo grupo de fatores: discurso reportado e não reportado porque as

⁵⁰ Lembramos que a forma de prestígio na pesquisa de Arduin é *teu*.

ocorrências de discurso reportado foram categóricas.⁵¹ Pelo mesmo motivo, foram excluídos outros grupos como animacidade do possuidor, com ocorrências exclusivas do traço [+ animado] do possuidor; genericidade e especificidade do possuído, com ocorrências exclusivas do traço [+específico] do possuído e genericidade e especificidade do possuidor com exclusividade do traço [+específico] do possuidor. A seguir, comentaremos o primeiro grupo excluído.

Os dados de 2ª pessoa foram todos (sem exceção) retirados do discurso reportado e, devido justamente às suas especificidades, por envolverem ‘aquele a quem nos dirigimos’ (Benveniste, 1995), a 2ª pessoa, esses dados somente ocorreram nessa modalidade de discurso. Foram os momentos em que as personagens dialogaram para trocar idéias com o objetivo de tentar resolver os problemas da família, conforme previsto anteriormente na proposta de redação deste estudo, proporcionando situações favoráveis para ocorrência das variantes dos pronomes possessivos de 2ª pessoa: *teu* e *seu*.

A maneira com que Benveniste diferenciou as três pessoas do discurso nos dá a noção de que a primeira e a segunda pessoa é que são na realidade os únicos a fazerem parte do discurso uma vez que a terceira pessoa, ‘a não pessoa’ estaria fora dessa relação. Entre a primeira e a segunda pessoa, há uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. Na segunda pessoa, “*tu*” seria designado por “*eu*” e não poderia ser pensado fora dessa relação. Para Mattoso (1979), a terceira pessoa, desde a língua latina, está ‘fora do processo’ e no português “*ele*” não passa de um substituto de um nome substantivo, a que o falante se reporta e consta explícita ou implicitamente do contexto lingüístico. Procurando relacionar essas considerações acima com as redações que fazem parte das nossas amostras podemos dizer que uma grande parte dos diálogos foi iniciado pelo pai ao chegar em casa e se dirigir à mãe e aos filhos para comunicar a triste notícia da demissão. O pai, aquele que fala, assume e emite um enunciado sobre o “*eu*” e quem está ouvindo é o “*tu*” que, na maioria das vezes, neste primeiro momento, é a mãe. Os demais membros da família, os filhos, quando presentes, logo em seguida, são inseridos na conversa. Normalmente, nesses diálogos iniciais, constituem a 3ª

⁵¹ Acreditamos que as ocorrências de possessivos de 2ª pessoa apenas no discurso reportado devem-se ao tipo de texto solicitado, ou seja, textos escritos de redações escolares.

pessoa “*ele*”, o ex-patrão, os filhos não presentes e às vezes a sogra, ou seja, aqueles que inicialmente não participam da conversa.

Destacamos alguns exemplos em que se evidenciam essas características apontadas acima:

(50) O marido chega em casa apavorado, sua esposa pergunta o que aconteceu, o marido que se chama Antônio diz - hoje na empresa recebi uma carta de demissão, o que vou fazer, viver só com o TEU emprego não dá. Logo em seguida chega seu filho Joni, e pergunta – o que foi pai, porque você está assim, o pai responde – praticamente estou demitido. (R8m)

(51) Numa certa tarde de segunda-feira, Luís chegou em casa todo para baixo, sua esposa Maria preocupada com o estado do marido pergunta:

-O que aconteceu, amor? Por que você está com essa cara de quem comeu e não gostou?

-Você queria que eu estivesse como, hoje recebi um aviso de que serei demitido da empresa. Agora como vamos sustentar os nossos filhos. SEU salário não é o suficiente para quatro pessoas. (L7f)

Em (50), o pai chega em casa, é recebido pela esposa e pelo filho presente que logo participa do diálogo. O pronome possessivo de segunda pessoa utilizado pelo marido é *teu*. Em (51), o marido é recebido apenas pela esposa, o possessivo de 2ª pessoa utilizado por ele é *seu*. Até aqui todos os envolvidos fazem parte do discurso. Em (50), a esposa ao perguntar, o marido ao responder, o filho ao perguntar, o pai ao responder seriam participantes, alternam-se e vão constituindo ora um, ora outro o “*eu*” (a primeira pessoa) e o “*tu*” (a segunda pessoa). Da mesma forma, a esposa ao perguntar e o marido ao responder em (51). Só que, nesse exemplo, os filhos, *os nossos filhos*, não estão presentes e constituem o “*ele*” (a terceira pessoa), a ‘não pessoa’ de Benveniste ou aquele que está ‘fora do processo’ de Mattoso.

Importante ressaltar que o pronome pessoal *tu*, nos nossos dados, inexistiu uma vez que se trata de texto escrito representando a fala curitibana, onde o pronome de segunda pessoa é *você*, fato confirmado por muitas pesquisas. Sobre o uso exclusivo de

você, na capital do Paraná, seria importante salientar o que afirmou Menon (1996). Segundo ela, em Curitiba, *tu* só é usado por pessoas de outros estados, pessoas ‘de fora’, principalmente catarinenses e gaúchos. Portanto, quando tratamos acima do “*tu*”, segunda pessoa, o pronome utilizado é *você*, pronome pessoal exclusivo de 2ª pessoa em Curitiba. Inclusive, quadros de classificações dos pronomes pessoais inserem o pronome *você* na segunda pessoa como é o caso de Oliveira e Silva (1988a) e Perini (1985).⁵² Para Oliveira e Silva, a introdução da forma *você* causou uma convulsão no sistema pronominal e passamos a ter dois pronomes pessoais para a 2ª pessoa, *tu* e *você*, conseqüentemente o possessivo *seu* passou a pertencer tanto à 2ª como à 3ª pessoa, causando ambigüidade. Perini também classifica *você* como pronome pessoal de 2ª pessoa, vindo a ocasionar ambigüidade do possessivo *seu*.⁵³

Segundo Biderman (1972-1973), embora o pronome de tratamento *tu* não seja mais usado em grande parte do Brasil, teriam ficado vestígios que seriam o pronome oblíquo *te* e o possessivo *tua*. É o que podemos perceber na nossa amostra de redações escolares de Curitiba, onde, juntamente com o pronome pessoal sujeito *você*, temos a presença do pronome oblíquo *te* e do possessivo *teu* como se observa nos exemplos seguintes:

(52) *Você trabalha comigo a mais de 20 anos, mas vejo que você não está trabalhando direito e está cansado então pensei bem e resolvi TE despedir.*

(S5f)

(53) *Ribeiro falou fico com à TUA proposta mas você não vende a geladeira e – assunto encerrado. (S8m)*⁵⁴

⁵² Podemos observar na pág. 16, deste estudo, o paradigma 2 de Oliveira e Silva e, na pág. 18, a tabela dos pronomes pessoais do português coloquial ou do padrão de Perini, ambos com o pronome *você* fazendo parte do sistema pronominal do português na segunda pessoa.

⁵³ Ambos os autores admitem que a língua criou estratégias para resolver a ambigüidade. Para Oliveira e Silva, com *você* acompanhado dos casos objeto e possessivo *te/teu* na 2ª pessoa e o genitivo *dele* na 3ª pessoa; para Perini, a língua coloquial teria deixado *seu* apenas na 2ª pessoa e substituído o possessivo por formas analíticas (*de + N*) como *dele* na 3ª pessoa. Para Menon (1995), a língua estaria compensando o movimento do pronome *seu* para a 2ª pessoa, adotando como possessivas formas compostas da preposição *de +* o pronome *ele*: *dele* na 3ª pessoa.

⁵⁴ Conforme mencionado, para Oliveira e Silva, essa seria uma das estratégias da língua para evitar a ambigüidade de *seu*.

5.1.4 Grupos de fatores não selecionados

Nas rodadas estatísticas, alguns grupos não foram selecionados pelo pacote estatístico VARBRUL. São eles: gênero dos interlocutores no discurso reportado, relações interpessoais no discurso reportado, animacidade do possuído e escolaridade/idade. O segundo e o quarto grupo são discutidos a seguir, porque acreditamos que se tivéssemos um maior número de dados poderíamos atestar outras hipóteses de 2ª pessoa relacionadas a esses dois grupos.

5.1.4.1 Relações interpessoais no discurso reportado

Ao verificarmos as 13 ocorrências de realização da variante do pronome possessivo *teu*, constatamos em quase todas elas a marca das relações simétricas/assimétricas, conforme os trabalhos de Brown e Gilman (2003 [1960]), de Biderman (1972-1973) e outros já comentados neste estudo.

Vamos primeiramente observar a tabela 3 abaixo com as ocorrências de *teu* no grupo de fatores relações interpessoais no discurso reportado e respectivos percentuais.⁵⁵

Tabela 3 – Ocorrências de *teu* no grupo de fatores relações interpessoais no discurso reportado

Ocorrências	Apl./total	%
+ superior p/inferior		
Pai p/filho	3/13	
Mãe p/filho	3/13	
Patrão p/empregado	1/13	
Total	7/13	54%
= entre iguais		
Marido p/esposa	4/13	
Esposa p/marido	0/13	
Total	4/13	30%
- inferior p/superior		
Filho p/pai	1/13	
Filho p/mãe	1/13	
Total	2/13	15%

⁵⁵ Conforme já mencionamos, não foram considerados outros sinais de linguagem que também poderiam estar interferindo nessas relações o que poderá ser feito no próximo trabalho.

Os resultados da tabela anterior nos mostram que, das 13 ocorrências de *teu*, 11 apresentam relações assimétricas e simétricas de superior para inferior e entre iguais, *teu = T* e apenas 2 ocorrências de inferior para superior.

Vejamos alguns exemplos:

(54) ... *eu fui demitido era isso que a TUA mãe queria conversar...* (H6m)

(55) ...*temos três carros o meu o TEU e do nosso filho mais velho...*(J6m)

Em (54), o pai está se dirigindo ao filho, seria uma relação assimétrica de superior para inferior. Em (55), o marido conversa com a esposa, uma relação simétrica entre iguais; em ambos, o possessivo *teu*, o *T* de Brown e Gilman, seria o mais adequado para indicar as relações de superior para inferior e entre iguais, respectivamente.

Procurando fazer uma comparação com o uso da outra forma de 2ª pessoa, a variante *seu*, procuramos algum exemplo que também mostrasse essas relações simétricas/assimétricas entre os interlocutores envolvendo as duas variantes *teu/seu* com dados do mesmo informante para percebermos até que ponto esse informante estabelece essas relações no seu discurso, bem como comprovarmos a variação no indivíduo.

Vejamos as ocorrências abaixo com o texto ampliado:

(56) –*Eu gostaria de até vender, eu quase não uso muito o meu carro mesmo se o pai conseguir vender pode vender, mas pai você não acha que da para vender o SEU carro também!*

–*Sim eu até poderia vender meu carro Diogo mas eu uso mais do que você, usaria para vender meu carro, mais tarde eu posso até pensar em vender o meu carro se a TUA mãe ganhasse uma carta de demissão.* (E8m)

Podemos perceber que o filho, interlocutor da primeira parte, utiliza o pronome *seu* e não chega a tratar o pai por *senhor*, mas também não o trata diretamente por *você* que seria o pronome para ser empregado entre iguais, o *T* dos dados de Curitiba. Ele utiliza uma forma intermediária que seria a expressão *o pai* em duas oportunidades até, por fim, utilizar *você*, mas no final emprega o possessivo *seu* que estaria impregnado de uma certa carga de respeito, justamente devido aos termos empregados anteriormente para se dirigir ao pai, portanto um *seu* mais para *V* do que para *T*, o que evidencia uma relação assimétrica. De acordo com Brown e Gilman (2003[1960]), como já mencionamos anteriormente, com o decorrer dos séculos, um conjunto de normas cristalizou a chamada semântica do poder não recíproco. O superior diria *T* e o inferior *V*. Haveria bases de poder e uma delas inclusive dentro da família. Além do mais, o uso do *V* sempre teria sido interpretado como uma marca de boa educação, segundo os autores. Também seria importante ressaltar aqui a afirmação de Biderman (1972-1973), que teríamos, em nosso país, dois pronomes compondo o sistema de díades pronominais: *você* (familiar) e *o senhor* (formal) que corresponderiam ao par *tu – vos* ou *T – V*.

5.1.4.2 Nível de escolaridade/idade

Conforme nos apresenta a tabela abaixo, o pronome *seu* é utilizado em quase a totalidade das ocorrências, nas quatro séries.

Tabela 4 – Frequência do pronome *seu*, segundo a variável escolaridade

Escolaridade	Apl./Total	%
5ª série	32/33	97
6ª série	56/64	88
7ª série	16/17	94
8ª série	43/46	93
Total	147/160	

Esse resultado poderia sinalizar que a influência da escola estaria se fazendo presente, pois se trata de dados extraídos da língua escrita e o pronome possessivo *seu* é ensinado nas aulas de Português como a forma correta para concordar com *você*, para se

evitar a chamada “mistura de tratamento”.⁵⁶ Acrescente-se o fato de que em Curitiba o pronome *tu* inexistente na língua falada e escrita, então, na escola, onde são impostas regras de concordância baseadas nos manuais de gramática normativa, a ocorrência de *teu* fica bastante prejudicada, pois, além da inexistência do pronome pessoal *tu* no dialeto curitibano, ainda temos a escola impondo regras de concordância. Acreditamos que isso também contribuiu para que o pronome possessivo *teu* tenha um número baixo de ocorrências nesses dados de escrita escolar da capital do Paraná.

A influência da escola na realização das formas consideradas “corretas” de acordo com a GT é comprovada por várias pesquisas já mencionadas anteriormente. O estudo de Arduin (2005) apontou que a variável escolaridade foi um dos grupos de fatores que favoreceu a realização do pronome *teu* para concordar com *tu*, forma de concordância imposta pela escola. E, no nosso caso, o aluno escreveu a redação numa aula de Português, portanto o real interlocutor do seu texto é o professor. Conforme aspectos destacados anteriormente, neste estudo, para Zilles e Faraco (2002), o interlocutor a quem os falantes reportam é o elemento que condiciona o dizer do informante, além do mais, trata-se de discurso hipotético, inventado pelo aluno, para esse fim. Logicamente todos esses fatores devem ser levados em consideração na hora de avaliarmos esses textos, por isso acreditamos que, em não se podendo fazer avaliações quantitativas, pelo menos nos restam estas considerações qualitativas. Também o que Labov (2003[1969]) afirmou sobre o chamado paradoxo do observador, que o falante utilizaria um estilo mais cuidadoso numa entrevista, caberia também considerar nos nossos dados, embora, segundo Labov, haja técnicas para se evitar isso nas pesquisas com dados da língua falada. E, nos nossos dados, o aluno, ao elaborar o seu texto, provavelmente empregou variantes diferentes daquelas que ele utilizaria no dia-a-dia não só no discurso não reportado, mas também no discurso reportado, principalmente por se tratar de texto escrito, elaborado em uma situação de sala de aula.

5.1.5 *Teu e seu*: um caso de variação?

⁵⁶ Para Menon (1996), as normas gramaticais vigentes para o ensino dos pronomes pessoais e dos outros pronomes que se relacionam com eles se fundamentariam numa concordância ditada pelas pessoas verbais e não pelas situações reais de comunicação e esse fato provocaria aquilo que é condenado pela gramática, a chamada “mistura de tratamento”.

Ainda, com respeito às 13 ocorrências do pronome possessivo *teu* em relação com as demais 147 da forma concorrente *seu* nesses dados de 2ª pessoa, na língua escrita, procuramos observá-las separadamente, relacioná-las com as nossas hipóteses e também com o aparato teórico que norteia esta investigação, para podermos tirar mais algumas conclusões.

Primeiramente, detectamos quantos alunos utilizaram as formas do possessivo de 2ª pessoa em seus textos. Tivemos um total de 96 alunos que utilizou as variantes de 2ª pessoa nas redações. Desse total, 6 alunos utilizaram apenas o pronome possessivo *teu*, 5 alunos usaram *teu* e *seu* e 85 alunos utilizaram apenas a variante *seu*. Então, fizemos tabelas para apresentar a distribuição dessas ocorrências, observando as diferentes séries e o gênero dos informantes.

A tabela 5 apresenta os 6 alunos que somente utilizaram *teu*.

Tabela 5 - Distribuição das ocorrências do uso exclusivo do pronome possessivo *teu*

Séries	Masculino	Feminino	Total de alunos por série
5ª série		1	1
6ª série	3		3
7ª série		1	1
8ª série	1		1
Total geral dos alunos	4	2	6

Em seguida, a tabela 6 com os 5 alunos que alternaram o uso de *teu* e *seu*.

Tabela 6 - Distribuição das ocorrências do uso alternado dos pronomes possessivos *teu* e *seu*

Séries	Masculino	Feminino	Total de alunos por série
5ª série			0
6ª série	1	1	2
7ª série		1	1
8ª série	2		2
Total geral dos alunos	3	2	5

E a tabela 7 com o uso exclusivo de *seu*.

Tabela 7 - Distribuição das ocorrências do uso exclusivo do pronome possessivo *seu*

Séries	Masculino	Feminino	Total de alunos por série
5ª série	11	11	22
6ª série	11	8	19
7ª série	7	17	24
8ª série	8	12	20
Total geral de alunos	37	48	85

Conforme se evidencia nas tabelas anteriores, temos variação entre as formas do pronome pessoal *você* e as formas possessivas *teu/seu*. Na tabela 5, dentre os 6 alunos que somente utilizaram a variante *teu* a maioria é do gênero masculino, tendência já comentada anteriormente na seleção da variável gênero. A distribuição dessas ocorrências também não se apresenta de maneira uniforme entre as quatro séries do 1º grau, porque temos uma maior incidência na 6ª série. Somando-se com a 5ª série, temos um total de 4 alunos nas séries iniciais empregando exclusivamente o pronome *teu* para concordar com *você* contra 2 alunos nas séries finais do primeiro grau. Com relação aos alunos que utilizaram as duas formas possessivas concorrentes, a tabela 6 apresenta uma distribuição uniforme quanto aos gêneros e também quanto às séries, embora não tenhamos nenhum aluno na 5ª série, talvez devido às poucas ocorrências. E a tabela 7 mostra os 85 alunos (a grande maioria) que somente utilizaram a forma mais prestigiada para concordar com *você* que é *seu*, conforme comentamos na subseções anteriores sobre as variáveis gênero dos autores das redações e nível de escolaridade/idade.

Seria importante salientar também que, apesar dos poucos dados do pronome *teu*, alguns alunos empregaram as duas formas (*teu/seu*) nessas ocorrências de 2ª pessoa, o que caracterizaria como a variação no próprio indivíduo. Os dados das tabelas anteriores estariam sinalizando uma tendência para a comprovação da nossa hipótese geral de 2ª pessoa de que os pronomes possessivos *teu* e *seu* são variantes de 2ª pessoa para concordar com *você* nos nossos dados de escrita escolar. É importante lembrar aqui o que disse Oliveira e Silva (1998a), que a entrada da forma *você* causou uma convulsão no sistema pronominal. Como uma das conseqüências, passamos a ter dois pronomes pessoais no paradigma pronominal da 2ª pessoa *tu* e *você* e junto com esses pronomes também passamos a ter dois possessivos, *teu* e *seu*.

Para finalizar esta seção, retomando as discussões anteriores sobre mesmo contexto e mesmo valor de verdade (Lavandera, 1977; Labov, 1978; Oliveira, 1987), concordamos com Oliveira quando diz que dessa polêmica pode-se depreender que a noção de variantes e variáveis dependeria de restrições em termos de contexto e de valor de verdade. Dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas e têm o mesmo valor de verdade deveriam ser considerados variantes de uma mesma variável. Dessa maneira, acreditamos que as formas possessivas de 2ª pessoa *teu* e *seu* têm o mesmo valor de verdade, pois significam possessivo de 2ª pessoa e têm o mesmo contexto, porque podem ser intercambiáveis. A diferença entre as formas seria apenas estilística. Sendo assim, podemos concluir que *teu* e *seu* são variantes de uma mesma variável.

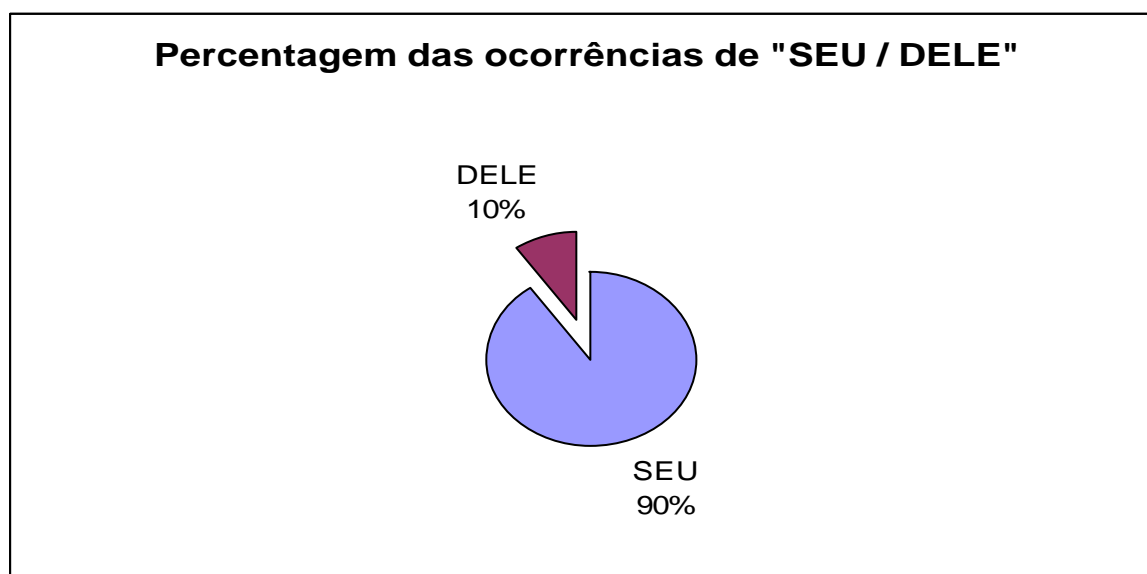
5.2 Análise dos resultados dos pronomes possessivos de 3ª pessoa

5.2.1 As rodadas estatísticas

No *corpus* total de 204 redações, conforme já mencionado, tivemos 637 dados de pronomes possessivos de 3ª pessoa, subdivididos em 575 ocorrências de *seu* e 62 de *dele*.

O gráfico 2 mostra a distribuição das variantes de 3ª pessoa.

Gráfico 2



A seguir, apresentamos a tabela 8 mostrando o total de ocorrências e o percentual das variantes *seu* e *dele*.

Tabela 8 - Número de ocorrências das variantes de 3ª pessoa e percentual

Variável dependente	Apl. /total	Percentual
<i>Seu</i>	575/637	90%
<i>Dele</i>	62/637	10%
Total	637	

5.2.2 Grupos de fatores selecionados

Foram selecionados significativos, na 3ª pessoa, tomando como aplicação da regra o pronome *dele*, os seguintes grupos de fatores: discurso reportado/não reportado; escolaridade/idade e gênero dos autores das redações, por ordem de relevância.

5.2.2.1 Discurso reportado/discurso não reportado

A grande maioria dos dados de 3ª pessoa foi retirada do discurso não reportado, principalmente de trechos em que os alunos fizeram comentários sobre o problema da família, as tentativas de soluções, o desdobramento dessas iniciativas, conforme o previsto neste estudo. Mas tivemos também algumas ocorrências das formas variantes dos pronomes possessivos de 3ª pessoa: *seu* e *dele* no discurso reportado. Foram os casos em que as personagens se referiram aos carros e seus respectivos proprietários não presentes no momento da conversa. Das 637 ocorrências de 3ª pessoa, 625 ocorreram no discurso não-reportado e 12 no discurso reportado, conforme podemos conferir na tabela 9, a seguir.

Primeiramente, vamos mostrar exemplos dessas modalidades de discurso retirados dos nossos dados:

(57) *No outro dia Olga muito preocupada, vai até a casa de SUA mãe, e comenta sobre o respectivo problema da família. (V8f)*

(58) ...passou oito meses e então o ex-chefe liga para a casa DELE e diz para ele voltar... (W8m)

(59) ...não Carlos o Carlinhos não vai querer vender o SEU carro... (V7m)

(60) Mas qual carro vamos vender? Rafael não vai querer vender o carro DELE. Nosso filho é muito teimoso. (L8f)

Em (57) e (58), podemos observar *seu* e *dele*, respectivamente, em discurso não reportado. Em (59) e (60), *seu* e *dele*, em discurso reportado.

Concernente ao grupo de fatores discurso reportado/discurso não reportado, o primeiro grupo de variáveis independentes selecionado, temos o resultado a seguir.

A tabela 9 mostra a aplicação total do pronome *dele* segundo a variável discurso reportado/não reportado.

Tabela 9 - Frequência e probabilidade do pronome *dele* segundo a variável discurso reportado/não reportado

	Apl./total	%	PR
Discurso não-reportado	54/625	9	.49
Discurso reportado	8/12	67	.96
Total	62/637	10	

Como podemos observar, a forma *dele* tem um índice alto de ocorrência no discurso reportado: 67% e um peso relativo de .96. Isso nos leva a considerar que, de acordo com uma das nossas hipóteses gerais, *seu* e *dele* apresentam evidências de estarem em distribuição complementar. *Dele* pode ser considerada a forma preferida para ser empregada nos diálogos, principalmente por não causar ambigüidade, enquanto que *seu* foi mais empregado nos trechos em discurso não reportado. Nas subseções seguintes, apresentamos outras discussões a respeito dessa questão.

Tivemos também com a seleção desta variável independente, discurso reportado/discurso não-reportado, a confirmação de outra das nossas hipóteses na 3ª pessoa, a hipótese específica de que trechos em discurso não reportado favoreceriam a variante *seu* e trechos em discurso reportado, a forma *dele*.

5.2.2.2 Escolaridade/idade

Em seguida, mostramos a tabela 10 com os resultados estatísticos do segundo grupo selecionado, a variável escolaridade/idade.

Tabela 10 – Frequência e probabilidade do pronome *dele* segundo a variável escolaridade

Série	Apl./Total	%	PR
5ª série	21/105	20	.75
6ª série	13/172	8	.44
7ª série	14/167	8	.48
8ª série	14/193	7	.43
Total	62/637	10	

Percebe-se que, na 5ª série, temos os maiores índices de ocorrências da forma *dele* em se comparando com as demais: 20% e um peso relativo de .75. Na 6ª série, temos uma queda acentuada em se comparando com a série anterior. A 7ª série apresenta um ligeiro aumento do peso relativo em relação à 6ª série, mas não significativo, mostrando também uma grande diferença em relação à 5ª série. E, na 8ª série, os menores índices. Interpretando a tabela acima, podemos afirmar que se confirmam as nossas expectativas de que a forma *dele* prevaleceria na terceira pessoa nos textos dos informantes menos escolarizados, enquanto que o pronome *seu* seria mais utilizado pelos informantes mais escolarizados. Conforme o que constatamos nesses resultados, o fator escolaridade favorece a variante *seu*, pois, à medida que vão se avançando as séries do 1º grau, reduzem-se as ocorrências do pronome *dele*, o que mostra a escola se fazendo presente, favorecendo *seu*, forma considerada a mais “correta” para a 3ª pessoa de acordo com os manuais escolares. Esses resultados

confirmam também discussões de Arduin (2005)⁵⁷ e de Votre (2003) a respeito da influência da escola e do paralelismo formal. Segundo Votre, a escola atuaria como preservadora das formas de prestígio, criando mecanismos de resistência à mudança.

5.2.2.3 Gênero masculino ou feminino dos autores das redações

Em seguida, apresentamos a tabela 11, com os resultados do terceiro grupo selecionado, a variável gênero dos autores das redações.

Tabela 11 – Frequência e probabilidade do pronome *dele* segundo a variável gênero dos autores das redações

Gênero	Apl.total	%	PR
Feminino	26/369	7	.41
Masculino	36/268	13	.62
Total	62/637	10	

Conforme se observa na tabela acima, existe proporcionalmente uma maior realização da variante *dele* por parte do gênero masculino com um percentual de 13%. O PR de .62 confirma essa tendência. Em contrapartida, o gênero feminino tenderia a utilizar a forma canônica do pronome possessivo de terceira pessoa *seu*. O gênero feminino obteve nos resultados acima um percentual de 7% com PR de .41. Esse resultado vem confirmar a nossa hipótese de que na terceira pessoa a forma *seu* seria a mais recorrente por parte do gênero feminino. E esses resultados confirmam os resultados de vários estudos comentados nos capítulos anteriores. Labov (1996) e (2003[1969]), Menon (1996), Votre (2003), Paiva (2003), Arduin (2005) comprovaram a relevância da variável gênero e a tendência das mulheres a utilizarem as formas de maior prestígio. Labov (2003[1969]) afirma que, desde os seus primeiros estudos, as mulheres teriam apresentado maior sensibilidade à correção e usariam as formas de prestígio mais do que os homens. Paiva considerou também que, num processo de mudança, quando se trata de implementar na língua uma forma socialmente prestigiada, as mulheres liderariam a mudança, mas, ao contrário, se a forma nova não fosse de prestígio, então as mulheres assumiriam uma atitude conservadora e os homens

⁵⁷ A pesquisa de Arduin, conforme já comentamos, apontou a escolaridade e o paralelismo formal como fatores relevantes para a realização das formas possessivas na 2ª pessoa.

liderariam a mudança. É o que estaria acontecendo com a forma nova de possessivo de 3ª pessoa em nossos dados. Os homens estariam utilizando mais a forma de menor prestígio, de acordo com a GT, que é a forma nova *dele*, enquanto as mulheres tenderiam a utilizar a forma mais conservadora e de maior prestígio para a 3ª pessoa que é *seu*.

5.2.2.4 Cruzamento entre discurso reportado/não reportado e gênero dos autores das redações

Procuramos, neste ponto da análise, fazer o cruzamento entre essas duas variáveis. Os resultados são apresentados na tabela 12, a seguir:

Tabela 12 – Cruzamento entre as variáveis gênero e discurso reportado/não reportado dos possessivos de 3ª pessoa

Gênero	Disc. não reportado		Disc.reportado	
	seu	dele	seu	dele
F	342/364	22/364	1/5	4/5
M	229/261	32/261	3/7	4/7
Total	571/625	54/625	4/12	8/12

Analisando os resultados do cruzamento entre as variáveis, na tabela acima, constatamos que *dele* é utilizado tanto no discurso reportado quanto no discurso não reportado, sem restrição. Enquanto que *seu* é mais utilizado no discurso não reportado, com restrição porque, principalmente no discurso reportado, o pronome *seu* é ambíguo. Quanto aos usos pelos gêneros, as mulheres apresentaram a tendência a utilizar *dele* mais no discurso reportado do que *seu*. Os homens usam indiferentemente *dele* e *seu* no discurso reportado. Esse resultado confirmaria a característica geral do estilo feminino, já comprovado neste estudo e também nas diversas pesquisas comentadas anteriormente, que é direcionar a sua fala para um discurso mais correto e também menos ambíguo uma vez que a variante *dele* é a que está isenta de ambigüidade, como veremos a seguir.

5.2.2.5 A ambigüidade do possessivo de 3ª pessoa, *seu*

Com relação à ambigüidade de *seu* na terceira pessoa, acreditávamos, conforme uma das nossas hipóteses específicas, que ela seria resolvida no contexto. Então, vamos retomar dois exemplos com ambigüidade já utilizados neste trabalho e verificar se os contextos realmente solucionam o problema:

(35) *O seu filho mais velho comprou um carro novo com SUAS economias.*
(A6m)

(36) *Mas denílson não vai querer vender o SEU carro pois ele foi reformar inteirinho.* (J6m)

Vamos ver agora os exemplos ampliados:

(35a) *Começaram vendendo o carro do seu filho mais velho.*
Para conseguir dinheiro para comprar comida para sua família...

...

Seu filho mais velho conseguiu emprego de entregador de pizza.

...

O seu filho mais velho comprou um carro novo com SUAS economias. (A6m)

(36a) *Paulo fala.*

-Pelomenos temos três carros o meu o teu e o do nosso filho mais velho que se chama Denilsom.

E a Vilma fala

-Mas denílson não vai querer vender o SEU carro pois ele foi reformar inteirinho.

...

E viuma fala.

-E se eu vender o meu carro é um palio é um carro bom...

E o Paulo Reponde

-Tabém vamos vender o seu carro mais como vosse vai ir para o seu trabalho?

E Vilma fala

-Você pode mi levar para o trabalho. (J6m)

Analisando os exemplos anteriores, verificamos que, em (35a), o possuidor poderia ser o filho, pois ele conseguiu emprego e comprou um carro novo *com suas economias*. Em (36a), o possuidor também poderia ser o filho, pois a família tem três carros. A esposa vai vender o dela, fato confirmado pelo pai, que irá levá-la para o trabalho, obviamente com o carro dele, pai. Aliás, o carro do pai parece ter sido o único a não ser citado para uma possível venda. Mas, apesar dos exemplos ampliados, dando-nos mais informações, acreditamos não ter resolvido totalmente as ambigüidades, porque, ainda assim, nada nos garante que, em (35a), *as economias* não sejam do pai e, em (36a), *o carro* também não pertença ao pai. A única forma de resolvermos completamente essas ambigüidades seria utilizarmos o pronome *dele* no lugar de *seu*.

Vejamos como ficariam os exemplos:

(35b) *O seu filho mais velho comprou um carro novo com (as) economias DELE.*

(36b) *Mas denilson não vai querer vender o carro DELE pois ele foi reformar inteirinho.*

Agora sim as ambigüidades desapareceram. Dessa forma, a nossa hipótese não se confirmaria totalmente, pois ela previa que a ambigüidade de *seu* seria resolvida no contexto ou com o emprego de *dele* e, conforme constatamos na discussão acima, o contexto não eliminou totalmente a ambigüidade, ela só foi eliminada com a substituição de *seu* por *dele*.

Vamos ver agora exemplos dos nossos dados, com a forma *dele*:

(61) *...eu trabalho com o meu o felipe com o DELE e você leva... (B6m)*

(62) *...trabalhar eu vendo o carro DELE, é claro eu também vou... (b7f)*

Os exemplos acima foram retirados do discurso reportado de 3ª pessoa nos quais temos o emprego da forma *dele* sem ambigüidade. Vamos substituir *dele* por *seu*:

(61a) ...*eu trabalho com o meu o felipe com o SEU e você leva...*

(62a) ...*trabalhar eu vendo o SEU carro, é claro eu também vou...*

Em (61a) e (62a), a substituição de *dele* pelo pronome possessivo *seu* causou ambigüidade, pois agora os carros podem pertencer tanto ao *Felipe* como ao ouvinte em (61a); da mesma forma, em (62a), onde o carro pode pertencer tanto a alguém não presente, 3ª pessoa, como ao ouvinte, 2ª pessoa. Essas conclusões confirmariam trabalhos já comentados neste estudo como o de Oliveira e Silva (1998a). Segundo a pesquisadora, com as modificações ocorridas no sistema pronominal, o possessivo *seu* passou a pertencer tanto à 2ª pessoa, acompanhando *você*, como à 3ª, mantendo os princípios da norma, concordando com *ele*. Por causa disso, esse possessivo teria ficado ambíguo. Para amenizar essa ambigüidade, haveria estratégias, uma delas seria a utilização do genitivo *dele* no lugar de *seu*, na terceira pessoa, principalmente na língua oral. Menon, em sua pesquisa de 1995, afirmou que, devido ao fato de termos, no português brasileiro atual, dois pronomes possessivos para a segunda pessoa *teu* e *seu*, a língua estaria compensando o movimento de pronome *seu* para a 2ª pessoa, adotando como possessivas de terceira pessoa, formas compostas da preposição *de* mais o pronome *ele*: *dele*.

5.2.3 Grupos de fatores excluídos e não selecionados

Na terceira pessoa, fizemos, após as rodadas estatísticas, a exclusão dos grupos seis e oito: animacidade do possuidor e genericidade e especificidade do possuidor devido às ocorrências categóricas de apenas uma das formas: o traço [+ animado] do possuidor e o traço [+ específico] do possuidor, respectivamente. Retomaremos a discussão a respeito da especificidade/genericidade do possuidor nas seções 5.2.4.2 e 5.2.4.3.

Quanto aos grupos de fatores não selecionados pelo programa VARBRUL para a variável dependente de terceira pessoa, o grupo 3, gênero dos interlocutores no discurso reportado e o grupo 4, grau de respeito no discurso reportado, acreditamos que o motivo seriam os poucos dados de discurso reportado na 3ª pessoa, totalizando apenas 12

ocorrências, conforme foi comentado anteriormente. O grupo 7, genericidade e especificidade do possuído, também não foi selecionado pelo programa, porque tivemos algumas poucas ocorrências do traço [+genérico] do possuído.

5.2.4 *Seu e dele*: um caso de distribuição complementar?

5.2.4.1 A posição dos possessivos no SN

Sobre a nossa hipótese geral de que *seu* e *dele* podem estar em distribuição complementar constatamos nos nossos dados que o contexto lingüístico em que se realizam as formas possessivas de 3ª pessoa *seu/dele* são específicos. *Seu* e *dele* ocupam, de forma categórica, respectivamente o início do sintagma nominal, anteposto ao núcleo, e o final do sintagma, posposto ao núcleo, conforme podemos constatar nos exemplos (63) e (64), a seguir:

(63) ...*ela* *comprimentou SUA patroa e seguiu direto...* (E6f)

(64) *É, e nem passou a hora do almoço DELE.* (S5f)

As posições ocupadas por *seu/dele* confirmariam as conclusões de Cerqueira (1996a), e também de Menon, (1995 e 1996), Oliveira e Silva (1998a), Mattoso (1972 e 1977), Perini (1985) e Kato (1985) mencionados anteriormente neste trabalho. Segundo Cerqueira, a partir da entrada da forma *você* em lugar de *tu*, ocasionando modificações no sistema pronominal do português brasileiro coloquial contemporâneo, passamos a ter dupla possibilidade de posse na terceira pessoa com: *seu* e *dele*. O autor procurou então determinar as condições de licenciamento dessas formas no sintagma nominal. O avanço da forma *dele* estaria relacionado aos reflexos causados pela simplificação do paradigma verbal no sistema dos possessivos. A forma *seu* só seria possível com o paradigma verbal suficientemente especificado para pessoa, caso contrário a forma *dele* seria a única autorizada. E, sob determinadas condições, já apontadas anteriormente neste trabalho, com a forma do pronome possessivo teríamos uma ramificação à esquerda do nome e, com a forma genitiva *dele*, essa ramificação se daria à direita do nome.

Como repercussão de tudo o que foi apontado acima, acreditamos que outros fatores perceptíveis em vários textos das nossas amostras mereçam ser considerados nesta discussão e que estariam licenciando as formas possessivas de 3ª pessoa. Vamos procurar apresentar alguns deles.

De acordo com nossos dados, poderíamos frisar que *seu*, de um modo geral, retoma possuidores mais próximos e *dele* tende a retomar possuidores mais distantes, como podemos ver nos exemplos seguintes.

(65) *Marcos e SUA família nunca mais... (C6f)*

(66) *Ela fica feliz para sempre e o marido DELA fica trabalhando... (JD7m)*

Comparando-se (65) com (66), percebemos que, em (65), o pronome possessivo *seu* aparece bem próximo do possuidor inclusive fazendo parte do sintagma do sujeito. Em (66), *dele* está mais distante do referente que se encontra na oração anterior. Essas tendências de *seu* e *dele*, constatadas nesses dois exemplos, são características gerais observadas na grande maioria dos dados das redações que compõem as amostras deste estudo. A forma *de + ele* teria uma inclinação anafórica para recuperar referentes mais distantes bastante acentuada, muitas vezes retomando possuidores que estão em parágrafos anteriores. É o que acontece em (67).

(67) *Então no dia seguinte ao amanhecer já saiu a procura de seu objetivo anda o dia inteiro mas nem se quer alguém se interessa po ele, então chega em sua casa desamparado daí começam as perguntas primeiro de sua esposa:*

-Encontrou alguma coisa?

-Não nem se quer alguém se interesou por mim.

Ao escutar seus filhos nem fizeram as perguntas que tinham a perguntar, e assim foi 3 meses repetidamente:

Mas o que ninguém esperava era que surgisse um emprego para o filho

DELES mais velho que tinha bastante estudo... (R8m)

Em (67), a forma *dele* está se referindo aos dois possuidores que estão no primeiro parágrafo *ele e sua esposa*, e evidencia outra de suas características que é a de ser mais explícita do que o pronome possessivo, porque apresenta o gênero e o número dos possuidores e, por apresentar mais informações sobre a referenciação, acreditamos ser uma das razões que favorecem *dele* na recuperação de elementos mais distantes.⁵⁸

Vejamos agora o que acontece em (68) e (69). Nesses exemplos *dele* se refere a elementos subsequentes, o que seriam referências catafóricas, evidenciando mais uma propriedade dessa forma possessiva.

(68) *Os dois filhos DELE, Mateus e Leni foram falar com ele: (F5m)*

(69) *Mas sorte DELES dessa família. (K7f)*

5.2.4.2 Os contextos lingüísticos antecedentes de *seu*

Sobre os contextos lingüísticos que estariam favorecendo a realização do pronome possessivo *seu* especificamente, como tipos de preposição, previsto anteriormente nas nossas hipóteses, conforme a pesquisa de Neves (2002), observamos nos nossos textos escritos que *seu* ocorre em várias situações. Vamos procurar apresentar em seqüência as principais dessas situações ou contextos seguidos de exemplos.

O contexto que mais favoreceu foi antecedente 0 (zero) (considerando o sintagma de que o possessivo faz parte):

(70) *SUA filha mais nova a Clara chora... (M7m)*

(71) *Juliana recupera SEU carro,... (JO7f)*

Em segundo lugar, aparecem os artigos definidos:

⁵⁸ Para o uso do possessivo *dele* parece que não há restrição de proximidade, mas para o uso de *seu* há. Por exemplo, (67) com *seu* ficaria ambíguo.

(72)... *as despesas da casa só a SUA mãe trabalhando não vai dar...* (S7f)

Em seguida, vêm os contextos em que *seu* é antecedido de preposições, sendo mais freqüente a preposição *de*. Em seguida, pela ordem decrescente de ocorrências, as preposições: *para*, *com*, *a*, *em*, e outras. Vejamos exemplos.

(73)... *já sai a procura de SEU objetivo anda o dia inteiro...* (R8m)

(74)... *escuta a conversa e diz para SEUS pais:* (LR7f)

Na seqüência, *seu* antecedido de preposição + artigo na seguinte ordem decrescente de acordo com o número de ocorrências: *de/em/para/ com/* e outras+ artigo.

(75)... *e tão desesperado resolveu falar com a SUA família.* (C5f)

(76) *Começaram vendendo o carro do SEU filho mais velho.* (A6m)

A seguir mostramos a tabela 13 com a relação completa dos contextos lingüísticos antecedentes de *seu* e o percentual das ocorrências.

Tabela 13 – Contextos lingüísticos antecedentes do pronome possessivo *seu*

Antecedentes	Apl./total	Percentual
Antecedente 0	287/575	49.91%
Artigo definido	69/575	12%
Preposição <i>de</i>	57/575	9.91%
Preposição <i>para</i>	43/575	7.47%
Preposição <i>com</i>	35/575	6.08%
Preposição <i>a</i>	25/575	4.34%
Preposição <i>em</i>	17/575	2.95%
Prepos. <i>de</i> + artigo	16/575	2.78%
Prepos. <i>em</i> + artigo	7/575	1.21%
Prepos. <i>para</i> + artigo	6/575	1.04%
Prepos. <i>com</i> + artigo	5/575	0.86%
Prepos. <i>por</i> + artigo	3/575	0.52%
Prepos. <i>a</i> + artigo	2/575	0.34%
Prepos. <i>sem</i>	1/575	0.17%
Prepos. <i>por</i>	1/575	0.17%
Prepos. <i>até</i>	1/575	0.17%
Total de ocorrências de <i>seu</i>	575	

Como podemos observar na tabela acima, o contexto 0, com 50% das ocorrências, foi o que prevaleceu com uma grande diferença em relação aos demais. Isso estaria demonstrando, nas nossas amostras, a tendência ao pronome possessivo *seu* realizar-se sem a presença do artigo determinante e, mais ainda, se acrescentarmos os contextos antecedentes com as preposições sozinhas, atingiremos um percentual de mais de 80%. É o que se pode ver melhor, na tabela 14, com os contextos agrupados.

Tabela 14 – Contextos lingüísticos antecedentes do pronome possessivo *seu* agrupados

Antecedentes	Apl./total	Percentual
Antecedente 0	287/575	49.91%
Prepos.sem artigo def.	180/575	31.30%
Artigo definido	69/575	12%
Prepos. + artigo def.	39/575	6.78%
Total	575	

Conforme texto de Mattoso (1979), comentado no primeiro capítulo deste estudo, haveria, a princípio, a necessidade de se usar o artigo diante do possessivo, mas no Brasil costuma-se omitir o artigo quando a definição provém do contexto.

Vamos apresentar uma seqüência de dados de *seu* retirados do mesmo texto:

(77) João era um homem muito trabalhador, era jornalista, o SEU trabalho era muito importante para ele não só pelo dinheiro mas pelos SEUS sonhos de ser dono de um jornal.

SUAS reportagens eram ótimas, ...

Chegava em casa, e SUA mulher olhava com um olhar de orgulhosa.

SEUS filhos Danilo e Daniel o recebiam carinhosamente. (R5f)

No trecho acima, o pronome possessivo é antecedido de artigo apenas nas duas ocorrências do primeiro parágrafo. Trata-se do início do texto e o narrador estaria fazendo a apresentação da personagem, havendo necessidade de uma maior definição. Na seqüência do texto, com a personagem já conhecida, *seu* é usado sem o artigo definido. Poderíamos afirmar que essas ocorrências de *seu* viriam ao encontro do que mencionou Mattoso de que a definição vinda do contexto provocaria a omissão do artigo.

No mesmo texto de Mattoso, mencionado acima, o autor afirma que o possessivo português só teria função adjetiva e as gramáticas admitiriam para ele a função substantiva, quando fosse predicativo. Mas, na função predicativa, haveria a supressão da distinção entre substantivo e adjetivo e mesmo as palavras que fossem exclusivamente substantivos, exerceriam nessa situação a função adjetiva e a presença do artigo não seria para substantivar o possessivo e sim para expressar a categoria do definido em oposição à de indefinido com a sua ausência, segundo o autor.

Nas nossas amostras de escrita escolar, encontramos cinco ocorrências com *seu* na função predicativa. Vamos apresentar duas delas:

(78) ... o outro carro era seu. (BR6m)

(79) *E Jaqueline que era SUA esposa pergunta. (AB7m)*

Observa-se nesses exemplos com *seu*, na função predicativa, a ausência do artigo. Seria porque a definição já provém do contexto uma vez que, em (78), o sujeito, *o outro carro*, já é antecedido pelo pronome possessivo, atribuindo-lhe um caráter de definido; então, já tendo uma definição anterior, o predicativo não precisa vir acompanhado de artigo. O mesmo estaria ocorrendo em (79), onde a esposa *Jaqueline*, sujeito da primeira oração, já está definida na oração principal. Inclusive, essa foi uma tendência geral nos nossos dados, conforme já evidenciamos também no exemplo (77), qual seja, na maior parte das ocorrências, *seu* foi empregado sem o artigo definido, porque, na tabela de contextos antecedentes do pronome possessivo, tabela 14, temos 50% de realizações com antecedente 0, mas, se somarmos os outros contextos com preposição sem artigo, como vimos na tabela 15, atingiremos um percentual de mais de 80% de ocorrências de *seu* sem o artigo definido como seu antecedente.

Um outro argumento interessante a respeito da definitude do possessivo pode ser visto em Cerqueira (1996b). O autor, em sua tese de doutorado, aborda a questão da presença/ ausência de um determinante (artigo ou outro) antes do pronome possessivo. Com o possessivo em posição pré-nominal, a presença do determinante não seria obrigatória, porque não alteraria o valor pressuposicional vinculado à presença ou à ausência do determinante, ou seja, na posição pré-nominal, o possessivo sozinho já funcionaria como um determinante, independentemente de vir ou não antecedido de artigo. Já, com o possessivo em posição pós-nominal, a presença de um elemento determinante teria repercussão semântica. Tomando o exemplo utilizado por Cerqueira, podemos perceber a repercussão semântica apontada acima: '*a. Filho meu não faria isso (o falante pode não ter filho) b. O filho meu não faria isso (o falante tem um filho)*' (cf. Borges Neto; apud Cerqueira, 1996b). Segundo Cerqueira, o possessivo posposto delimitaria o conjunto determinante e anteposto denotaria porção/parte do conjunto sobre o qual se faz uma predicação.

Refletindo sobre essas colocações de Cerqueira e procurando relacioná-las com as ocorrências de *seu*, poderíamos considerar que elas nos auxiliam a termos mais uma forma de interpretar a grande incidência do antecedente 0 nos nossos dados. Não seria somente pelo motivo de o antecedente já estar definido anteriormente no texto, como

vimos no exemplo (77), mas também o próprio possessivo já teria essa inclinação para ser definido na posição pré-nominal que foi a posição categórica ocupada pelo pronome *seu* nos nossos dados. Sendo assim, sintagmas nominais como *(o) meu filho* e *meu filho* já teriam um caráter definido com ou sem a presença do artigo e uma sentença como: *Meu filho não faria isso* só poderia ter a interpretação do exemplo *b* de Cerqueira.⁵⁹

5.2.4.3 Os contextos lingüísticos antecedentes de *dele*

Vamos comentar agora sobre os contextos lingüísticos que estariam favorecendo a forma que traz mais informações para a referenciação, *dele*. Em primeiro lugar, quanto ao número de realizações, temos os artigos definidos. Vejamos exemplos:

(80) *O filho DELE disse: (JE5f)*

(81) *... se ele não quiser vender o carro DELE... (B7m)*

Cabe ressaltar aqui que, pelo fato de a forma *dele* ocorrer no final do sintagma, entre *dele* e o artigo definido está presente o substantivo núcleo do sintagma nominal e assim também nos contextos lingüísticos seguintes que são preposição + artigo, pela ordem decrescente de ocorrências das preposições: *em, de, para, com*. Ficando assim a ordem no sintagma: preposição + artigo definido + substantivo (núcleo) + *DELE*.

Vejamos exemplos:

(82) *No outro dia a mulher chega e diz para o patrão DELA. (F5m)*

(83) *...nem a sorte estava no lado DELES e o banco abriu. (A7m)*

Depois, com poucas ocorrências, outros contextos . Vejamos alguns.

Artigo + numeral + substantivo (núcleo):

(84) *... e foi contar para os dois filhos DELE: (E5m)*

⁵⁹ Retomaremos essa discussão de Cerqueira no tópico seguinte, com *dele*.

Artigo + adjetivo + substantivo (núcleo):

(85)... *o antigo patrão DELE vê que ele não acha nada e devolve o ... (AM6f)*

Sobre contextos com preposição sem artigo, tivemos apenas dois casos nas nossas amostras Vejamos os casos:

(86) *E foram para casa DELES. (I5f)*

(87)... *fala para mãe DELE. (JD7m)*

Tivemos apenas uma ocorrência com artigo indefinido:

(88) *Ele está na casa de um amiguinho DELE, vai dormir lá. (ER8m)*

Uma ocorrência na função predicativa:

(89) *... e diga que o carro é DELE, mas que... (LL8f)*

Em seguida, mostramos a tabela 15 com a relação completa dos contextos lingüísticos antecedentes de *dele*, o número de ocorrências e o percentual.

Tabela 15 – Contextos lingüísticos antecedentes da forma possessiva *dele*

Antecedentes	Apl./total	Percentual
Artigo definido	39/62	62.90%
Prepos. <i>em</i> + art.def.	4/62	6.45%
Prepos. <i>de</i> + art. def.	3/62	4.83%
Prepos. <i>para</i> + art. def.	3/62	4.83%
Antecedente 0	2/62	3.22%
Art. definido + numeral	2/62	3.22%
Prepos. <i>para</i>	2/62	3.22%
Prepos. <i>com</i> + art. def.	2/62	3.22%
Numeral	1/62	1.61%
Artigo definido + subst. próprio	1/62	1.61%
Artigo definido + pronome indef.	1/62	1.61%
Artigo definido + adjetivo	1/62	1.61%
Prepos. <i>de</i> + artigo indef.	1/62	1.61%
Total	62	

Como se percebe, na tabela 15, ao contrário do pronome adjetivo possessivo *seu*, o genitivo *dele* tem como presença quase categórica, nos contextos que o antecedem, a presença do artigo definido. Somando-se todos os contextos com artigo definido, chegamos ao percentual de 90%. É o que podemos conferir melhor, na tabela 16, apresentando os contextos agrupados.

Tabela 16 - Contextos lingüísticos antecedentes do possessivo *dele* agrupados

Antecedentes	Apl./total	Percentual
Artigo definido	39/62	62.90%
Prepos. + artigo definido	12/62	19.35%
Art. definido + numeral/ subst./pron.indef./adjetivo	5/62	8.06%
Outros/sem artigo definido	6/62	9.67%
Total	62	

Essa forte inclinação ao pronome *dele* vir precedido de artigo definido no contexto que o antecede leva-nos a retomar a discussão de Cerqueira (1996b), a respeito da presença/ausência de um determinante antes do pronome possessivo, e relacioná-la agora com as ocorrências de *dele*. Ao contrário de *seu*, a forma possessiva *dele* ocupou categoricamente a posição pós-nominal nos nossos dados. Essa posição estaria justificando a presença do artigo em quase todos os contextos antecedentes de *dele*. A razão seria, conforme Cerqueira, que, com o possessivo posposto, o determinante teria repercussão semântica, portanto sintagmas como *filho dele* e *o filho dele* seriam diferentes. O primeiro, sem artigo, seria -específico e o segundo, com o artigo, + específico, da mesma forma que os exemplos *a* e *b* de Cerqueira respectivamente.⁶⁰ Sendo assim, a presença do artigo nos contextos que antecedem a forma possessiva *dele* estaria relacionada com a posição categórica ocupada por *dele* que é depois do substantivo núcleo.⁶¹

Além do mais *dele* também apresentaria uma grande versatilidade, pois, apesar de preencher apenas 10% das ocorrências possessivas de 3ª pessoa, em nossos dados, podemos verificar, na tabela anterior, uma gama bastante grande de contextos quase se

⁶⁰ Repetindo os exemplos de Cerqueira: *a) Filho meu não faria isso/b) O filho meu não faria isso.*

⁶¹ Essas discussões envolvendo *seu/dele* estão vinculadas ao grupo de fatores genericidade/especificidade do possuidor. Acreditamos que os resultados categóricos estariam vinculados às razões que acabamos de expor a respeito do grau de especificidade das ocorrências de *seu* e *dele*.

igualando ao número de contextos do pronome possessivo *seu*. Poderíamos frisar que, pelo fato de ter um poder anafórico maior e também por trazer maiores informações para a referenciação, a utilização da forma *dele* mostra-se bastante providencial e seria mais um recurso que a língua teria a sua disposição para utilizar como forma possessiva.

5.2.4.4 *Seu* + contexto lingüístico/contexto lingüístico + *dele*

Não podemos, neste momento, deixar de considerar a questão do mesmo contexto e do mesmo valor de verdade, discussão iniciada por Lavandera (1977), ao se referir ao texto de Labov em conjunto com Weiner (1983) das passivas sem agente e ativas generalizadas, consideradas variantes de uma mesma variável. A pesquisadora questionou o fato de estender-se a outros níveis, fora do fonológico (sintático, morfológico, léxico), a noção de variável lingüística desenvolvida originalmente com base em dados fonológicos, porque, segundo ela, seria necessário mostrar que as variáveis sintáticas, por exemplo, tivessem o mesmo valor de verdade antes de tratá-las como variáveis lingüísticas.

Labov (1978) contestou Lavandera, alegando que significados sociais e estilísticos não seriam fundamentais. O mais importante seria chegar-se à gramática da língua e à competência lingüística dos falantes e mais do que medir o peso dos fatores sociais, os trabalhos de (socio)lingüística deveriam obter um retrato da estrutura gramatical da língua. A maneira como as regras gramaticais cumpriram as funções de acomodação e de identificação seria um passo posterior da análise.

Com relação ao contexto, Oliveira (1987) aponta exemplos que seriam controlados por fatores estruturais e não-estruturais determinando que apenas uma das formas aconteça e aponta exemplos cujo contexto imporia que apenas uma das formas acontecesse. Quanto ao valor de verdade, o autor questiona sobre o que seria dizer a mesma coisa? A resposta dependeria em grande parte da noção de sinonímia e, no caso das análises sociolingüísticas, a sinonímia seria limitada ao valor de verdade e aponta, citando Labov (1978), a tendência dos lingüistas formalistas a expandir os significados representacionais e dos sociolingüistas a limitá-los. Quanto aos parâmetros de análise, uma vez detectado um caso de variação (no mesmo contexto e dizendo a mesma coisa),

deveríamos preferir a análise que minimizasse a variação, ou seja, para Oliveira, o ideal seria restringirmos os casos de variação a deixar que eles proliferem, porque os sistemas lingüísticos conspirariam contra a variação e tenderiam a resolvê-los mais cedo ou mais tarde.

Após levantarmos as discussões acima, percebemos nos nossos dados que existem diversas evidências para se dizer que o pronome possessivo *seu* e a forma perifrástica *de + ele* não se encontram em variação. Iniciando pela própria posição categórica de ambos, no início e no final do sintagma, passando pelos aspectos lingüísticos e discursivos na questão da realização de ambas as formas. Vimos que *seu*, além de retomar possuidores mais próximos, apresentou muitas outras formas lingüísticas como uma forte tendência para não ter antecedentes definidos no sintagma, além de causar ambigüidade, principalmente no discurso reportado. Já a forma *dele* ocorreu apenas no final do sintagma, mas, além dessa característica, apresentou outras como especificar melhor os referentes, em gênero e número, e talvez, por tudo isso, ter como contexto lingüístico a introdução no sintagma por um artigo, além do fato de não causar ambigüidade.

Logo, podemos concluir essa subseção dizendo que nos dados analisados *seu* e *dele* não são variantes de uma mesma variável, pois os contextos lingüísticos em que se encontram cada uma das formas estão em distribuição complementar.

CONCLUSÃO

Após a realização desta investigação, constatamos que as variáveis dependentes dos pronomes possessivos de 2ª pessoa *teu* e *seu* e de terceira pessoa *seu* e *dele*, em textos escritos de redação escolar de uma escola pública de Curitiba, apresentaram de um modo geral as mesmas evidências de outras pesquisas da área teórica da sociolinguística que serviram de aparato teórico ou que foram comentadas neste trabalho.

Na 2ª pessoa, apesar dos poucos dados, principalmente da variante *teu*, foi atestada a nossa hipótese de maior uso de *seu* para concordar com *você*, forma categórica de pronome pessoal de 2ª pessoa na região de Curitiba (Menon, 1996), uma vez que tivemos percentuais de 92% dos dados do pronome possessivo *seu* e apenas 8% de *teu*. O programa estatístico selecionou somente o grupo de fatores gênero dos autores das redações cujo resultado apontou o gênero feminino utilizando a forma de maior prestígio que é *seu*, tendência comprovada por diversas pesquisas (Labov, 1996 e 2003 [1969]; Menon, 1996; Votre, 2003; Paiva, 2003; Arduin, 2005).

Procurando fazer avaliações qualitativas dos dados de 2ª pessoa, fizemos considerações a respeito das nossas ocorrências de 2ª pessoa em relação às implicações teóricas a respeito das pessoas do discurso (Benveniste, 1995), (Mattoso, 1979) e também sobre poder e solidariedade nesses diálogos familiares envolvendo os membros da família, conforme havíamos previsto na proposta de redação. E constatamos, em quase todos os dados de discurso reportado fictício (Zilles e Faraco, 2002), de onde foram retirados os dados de 2ª pessoa, a marca das relações simétricas/assimétricas, comprovando as hipóteses de Brown e Gilman (2003 [1960]) e o estudo de Biderman (1972-1973).

Igualmente, o nível de escolaridade favoreceu a variante *seu* em detrimento do possessivo *teu* uma vez que *seu* é ensinado como forma “correta” para a concordância com *você*. Várias pesquisas comprovaram a influência da escola na realização das

formas de maior prestígio, dentre elas, vale ressaltar as de Votre (2003) e de Arduin (2005).

Esses resultados de 2ª pessoa, tanto quantitativos quanto qualitativos, levaram-nos a concluir que *teu* e *seu* encontram-se em processo de variação, confirmando nossa hipótese geral e também os resultados das diversas pesquisas que já focalizaram esse tema, como as de Oliveira e Silva (1984, 1991, 1998a e b) e de Menon (1995 e 1996).

Na terceira pessoa, os seguintes grupos de fatores foram selecionados significativos. O primeiro foi discurso reportado/ discurso não reportado com a forma *dele* determinada principalmente pelo discurso reportado por não causar ambigüidade e *seu* no discurso não reportado, confirmando a nossa hipótese. Escolaridade/idade foi o segundo grupo cujos resultados apontaram a influência da escolaridade na realização da forma *seu*, considerada de maior prestígio de acordo com os manuais escolares, confirmando também na 3ª pessoa a tendência das diversas pesquisas. Gênero dos autores das redações foi outro grupo selecionado, com o gênero masculino utilizando mais *dele*, forma possessiva de menor prestígio, em contrapartida, o gênero feminino tenderia para a utilização de *seu*, forma possessiva canônica, corroborando diversas pesquisas principalmente a de Paiva (2003).

O cruzamento entre discurso reportado/discurso não reportado mostrou que *dele* foi utilizado tanto no discurso reportado quanto no discurso não reportado, sem restrição. Enquanto *seu* foi utilizado principalmente no discurso não reportado, porque, no discurso reportado, apresenta ambigüidade. Quanto aos gêneros, as mulheres utilizaram *dele* mais no discurso reportado do que *seu*. Os homens usaram indiferentemente *dele* e *seu* no discurso reportado. Com esses resultados, estaríamos confirmando a característica geral do estilo feminino que é um discurso mais em conformidade com a língua padrão e também menos ambíguo, uma vez que a forma *de* + *ele* é isenta de ambigüidade.

Posteriormente, nas nossas apreciações qualitativas, na 3ª pessoa, constatamos que a ambigüidade de *seu* só seria eliminada totalmente com a substituição de *seu* por *dele* (Menon, 1995; Oliveira e Silva, 1998a), confirmando parcialmente a nossa hipótese.

Com relação às posições no sintagma nominal, *seu* e *dele* ocupam de forma categórica respectivamente o início (anteposto ao núcleo) e o final do sintagma (posposto ao núcleo). Essas posições e as condições que as determinaram confirmariam as conclusões de diversas pesquisas (Cerqueira, 1996a; Menon, 1995 e 1996; Oliveira e Silva, 1998a; Mattoso, 1972 e 1977; Perini, 1985; Kato, 1985).

Também constatamos, nos nossos dados, que *seu*, de um modo geral, retoma possuidores mais próximos e *dele* tende a retomar possuidores mais distantes.

Os contextos lingüísticos antecedentes das duas formas concorrentes, como tipos de preposições, de artigos e outros (Neves, 2002), mostraram que *seu*, em 80% das ocorrências, realizou-se sem a presença do artigo determinante. Um dos motivos seria que *seu* dispensaria o artigo quando a definição vem do próprio contexto (Mattoso, 1979) e o outro motivo seria a posição categórica ocupada por *seu*, início do sintagma, posição que dispensaria o artigo determinante que ficaria sem função, daí ser facultativo o uso do artigo (Cerqueira, 1996b).

Quanto aos contextos antecedentes de *dele*, observamos a presença quase categórica do artigo definido, percentual de 90% das ocorrências. O motivo seria a posição de final de sintagma nos nossos dados. Essa posição justificaria a presença do artigo, pois com o possessivo no final do sintagma, o artigo determinante teria repercussão semântica (Cerqueira, 1996b) e não seria um mero elemento facultativo como aconteceu nas poucas ocorrências de *seu* com artigo. Além do mais, ficou comprovado no nosso estudo a grande versatilidade de *dele*, porque, apesar do percentual de 10% das ocorrências possessivas de 3ª pessoa, foi usado em uma quantidade de contextos quase igual à do pronome *seu*. Poderíamos dizer que o pronome *dele* tem inclinação anafórica para recuperar referentes mesmo distantes, por especificá-los melhor em gênero e número, além de não ser ambíguo, diferentemente do pronome *seu*. Esses fatores contribuiriam para que o uso de *dele* seja um recurso bastante providencial para a língua utilizar como forma possessiva.

Essas colocações a respeito de *seu* e *dele* estariam justificando as ocorrências categóricas de especificidade do possuidor (Oliveira e Silva, 1991) uma vez que ambas

as formas, tanto *seu* quanto *dele*, diante do que foi discutido acima, apresentariam essa tendência.

Diante de todas essas características apresentadas pelas formas possessivas de 3ª pessoa e também refletindo sobre as discussões de Lavandera (1977), Labov (1978), Labov e Weiner (1983), Oliveira (1987) e Bentivoglio (1987) poderíamos concluir que as formas possessivas de terceira pessoa *seu* e *dele* estariam em distribuição complementar, atestando a nossa hipótese geral de 3ª pessoa.

Para encerrar diríamos que, apesar de todas as limitações do nosso *corpus*, acreditamos ter conseguido relacionar os nossos resultados e discussões com a maioria dos trabalhos comentados ao longo desta investigação e que serviram de base norteadora. E, ainda diríamos que, retornando às metáforas de Tarallo (2002), ao aceitarmos o desafio de “combater o ‘caos’ lingüístico”, tentamos “vencer uma batalha ainda maior: a de descrever, analisar e resolver as batalhas travadas entre as variantes lingüísticas de duas variáveis (*teu x seu* e *seu x dele*)”.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. M. de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 28 ed. São Paulo: Saraiva, 1979.
- ARDUIN, J. **A variação dos pronomes possessivos de segunda pessoa do singular teu/seu na Região Sul do Brasil**. 2005. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 122 p.
- BECHARA, E. **Gramática escolar da língua portuguesa**. 1.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- BENTIVOGLIO, P. A variação nos estudos sintáticos. In: ANAIS DO GEL, XIV, Campinas, 1987. p. 6-29.
- BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.
- BIDERMAN, M. T. A. Formas de tratamento e estruturas sociais. **ALFA**, Marília, n. 18-19, p.339-381, 1972-73.
- BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (Ed.). **Sociolinguistics: The essencial readings**. United Kingdom: Blackwell, 2003 [1960]. p. 156-176.
- CAMACHO, R. G. O formal e o funcional na teoria variacionista. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Ed.). **Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003. p. 55-65.
- CERQUEIRA, V. A forma genitiva “dele” e a categoria (agr.) no português brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Ed.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996a. p.129-157.

_____. **A sintaxe do possessivo no Português Brasileiro**. 1996b. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 214 p.

FERREIRA, M. **Aprender e praticar gramática**. São Paulo: FTD, 2003.

INFANTE, U. **Curso de gramática aplicada aos textos**. São Paulo: Scipione, 1995.

KATO, M. A. A complementaridade dos possessivos e das construções genitivas no português coloquial: réplica a Perini. **D.E.L.T.A.** São Paulo, v.1, n.1-2, p.107-120, 1985.

LABOV, W. **The social stratification of English in New York**. Washington: Center for applied Linguistics, 1966.

_____. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. **Sociolinguistic Working Paper**. Austin, n. 44, p. 43-88, 1978.

_____. La replica de Fowler del estudio de los grandes almacenes. In: _____. **Principios del cambio lingüístico**. Madrid: Gredos, 1996. p. 157-168.

_____. Some sociolinguistic principle. In PAULSTON, C. B.; TUCKE, G. R. (Ed.). **Sociolinguistics: The essential readings**. United Kingdom: Blackwell, 2003 [1969]. P. 234-250.

LAVANDERA, B. Where does the sociolinguistic variable stop? **Language Society**. Printed in Great Britain, V. 7, p. 171-182, 1977.

LOREGIAN-PENKAL, L. **Re(análise) da referência de segunda pessoa na fala da Região Sul**. 2004. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 260p.

MAIA, J. D. **Português série novo ensino médio**. São Paulo: Ática, 2000.

MATTOSO CÂMARA JR., J. **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

_____. **Estrutura da língua portuguesa**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **História e estrutura da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979

MENON, O. P. S. Reestruturação do sistema possessivo em português. **Anais do VIII Seminário do Centro de Estudos Lingüísticos e Literários Paraná**. Umuarama: UNIPAR/FAFIU, p.334-338, 1994.

_____. O sistema pronominal do português do Brasil. **Revista Letras**, Curitiba: Editora da UFPR, n.44, p. 91-106, 1995.

_____. Clíticos e possessivos em Curitiba: implicações para o ensino. **Anais do II Simpósio Nacional do GT de Sociolingüística da ANPOLL**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p.101-116.

MESQUITA, R. M.; MARTOS. C. R. **Gramática pedagógica**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 1985.

MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Ed.) **Introdução à Sociolingüística** – o tratamento da variação. São Paulo: Ed. Contexto, 2003. p. 9-14.

MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov**. Petrópolis: Vozes.2000.

NEVES, M. H. Possessivos. IN: CASTILHO, AT. (Ed.) **Gramática do Português Falado**. 3. ed. Campinas: ED. da UNICAMP/FAPESP, 2002. v.3, p. 149-211.

OLIVEIRA E SILVA, G. M. de. Variação no sistema possessivo de terceira pessoa. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 78/79, p. 54-72,1984.

_____. Um caso de definitude. **Organon**. Porto Alegre, n. 18, p.90-108, 1991

_____. Estertores da forma seu na língua oral. In: OLIVEIRA e SILVA, G. M.de., SCHERRE, M. M. P. (Ed.). **Padrões sociolingüísticos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998a. p. 171-181.

_____. Estertores da forma seu na língua oral: resultados sociais. In: OLIVEIRA e SILVA, G. M. de., SCHERRE, M. M. P. (Ed.). **Padrões Sociolingüísticos**. 2. ed. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998b. p. 297-307.

OLIVEIRA, M. A. Variável lingüística: conceituação, problemas de descrição gramatical e implicações para a construção de uma teoria gramatical. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 19-34. 1987

PAGOTTO, E. G. **Variação e (‘) identidade**. Maceió: EDUFAL.2004.

PAIVA, M. C. de. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, M.C., BRAGA, M. L. (Ed.). **Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003. p.33-42.

PASCHOALIN, M. A.; SPADOTO, N. T. **Gramática: teoria e exercícios**. São Paulo: FTD, 1989.

PERINI, M. A. O surgimento do sistema possessivo do Português Coloquial: uma interpretação funcional **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 1, n. 1 e 2, p .1-16, 1985.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 24 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

SCHERRE, M. M. P. **Introdução ao pacote VARBRUL para microcomputadores**. Rio de Janeiro: UFRJ. 1993. (Mimeo).

TARALLO, F. **A pesquisa sociolingüística**. 7. ed. São Paulo: Ática.2002

VOTRE, S. J. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Ed.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003. p.51-57.

WEINER, J.; LABOV, W. Constraints on the agentless passive. **Journal of linguistics**, n.19, p. 29-58, 1983.

ZILLES, A. M. S.; FARACO, C.A. Considerações sobre o discurso reportado em *corpus* de língua oral. In: VANDRESEN, P. (Ed.). **Variação e mudança no português falado da região sul**. Pelotas: EDUCAT, 2002. p. 15-46.